



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 13ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

**04/10/2022
TERÇA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senadora Margareth Buzetti
Vice-Presidente: VAGO**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM**

13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

terça-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 64/2022 - Não Terminativo -	SENADORA ELIANE NOGUEIRA	12
2	MSF 65/2022 - Não Terminativo -	SENADORA MARA GABRILLI	13
3	MSF 76/2021 - Não Terminativo -	SENADOR OGARI PACHECO	14
4	MSF 3/2022 - Não Terminativo -	SENADORA ELIANE NOGUEIRA	48
5	MSF 7/2022 - Não Terminativo -	SENADOR NELSON TRAD	76
6	MSF 8/2022 - Não Terminativo -	SENADORA NILDA GONDIM	119

7	MSF 62/2022 - Não Terminativo -	SENADOR MARCOS DO VAL	154
8	MSF 66/2022 - Não Terminativo -	SENADOR JULIO VENTURA	155
9	MSF 67/2022 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	156
10	MSF 68/2022 - Não Terminativo -	SENADOR OGARI PACHECO	157
11	MSF 69/2022 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	158
12	MSF 70/2022 - Não Terminativo -	SENADOR OGARI PACHECO	159

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senadora Margareth Buzetti

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PP)			
Luiz Pastore(MDB)(9)(50)(53)(77)(73)	ES 3303-1156 / 1129	1 Dário Berger(PSB)(9)(50)(53)(52)	SC 3303-5947 / 5951
Fernando Bezerra Coelho(MDB)(9)(50)(53)	PE 3303-2182 / 4084 / 2189	2 Ogari Pacheco(UNIÃO)(9)(50)(53)(80)(66)	TO 3303-6349 / 6352
Jarbas Vasconcelos(MDB)(9)(50)(53)	PE 3303-3522	3 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(8)(50)(53)	PB 3303-2252 / 2481
Nilda Gondim(MDB)(11)(51)(50)(53)	PB 3303-6490 / 6485	4 Flávio Bolsonaro(PL)(4)(35)(21)(51)(50)(53)(34)(40)	RJ 3303-1717 / 1718
Esperidião Amin(PP)(5)(17)(21)(42)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	5 VAGO(10)(42)	
Margareth Buzetti(PP)(81)(79)	MT 3303-6408	6 Eliane Nogueira(PP)(61)(60)	PI 3303-6187 / 6188 / 7892
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil(PODEMOS, PSDB)			
Mara Gabrilli(PSDB)(7)(30)(31)(45)	SP 3303-2191	1 Plínio Valério(PSDB)(7)(28)(26)(33)(45)	AM 3303-2833 / 2835 / 2837
Roberto Rocha(PTB)(7)(45)	MA 3303-1437 / 1506 / 1438	2 Tasso Jereissati(PSDB)(13)(67)(68)(62)(45)	CE 3303-4502 / 4503 / 4517 / 4573
Flávio Arns(PODEMOS)(12)(39)(54)	PR 3303-6301	3 Soraya Thronicke(UNIÃO)(14)(39)(54)	MS 3303-1775
Marcos do Val(PODEMOS)(25)(19)(64)(44)(63)	ES 3303-6747 / 6753	4 Giordano(MDB)(25)(19)(27)(36)(44)(56)(58)	SP 3303-4177
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos(PSD, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(2)(65)(69)(43)	RR 3303-5291 / 5292	1 Lucas Barreto(PSD)(2)(32)(43)	AP 3303-4851
Nelsinho Trad(PSD)(2)(29)(43)	MS 3303-6767 / 6768	2 Maria das Vitórias(PSD)(2)(29)(43)(74)(76)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Daniella Ribeiro(PSD)(47)(72)	PB 3303-6788 / 6790	3 Carlos Portinho(PL)(70)(71)	RJ 3303-6640 / 6613
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, PTB)			
Chico Rodrigues(UNIÃO)(3)(37)	RR 3303-2281	1 Marcos Rogério(PL)(3)	RO 3303-6148
Zequinha Marinho(PL)(3)	PA 3303-6623	2 Maria do Carmo Alves(PP)(3)	SE 3303-1306 / 4055 / 2878
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS, PSB, REDE)			
Jaques Wagner(PT)(6)(16)(20)(46)	BA 3303-6390 / 6391	1 Fernando Collor(PTB)(6)(46)	AL 3303-5783 / 5787
Humberto Costa(PT)(6)(46)	PE 3303-6285 / 6286	2 Telmário Mota(PRO)(15)(6)(46)	RR 3303-6315
PDT(PDT)			
Julio Ventura(PDT)(49)(82)(83)	CE 3303-6460 / 6399	1 Fabiano Contarato(PT)(57)(49)	ES 3303-9049
Randolfe Rodrigues(REDE)(24)(49)	AP 3303-6777 / 6568	2 Weverton Rocha(PDT)(49)(75)	MA

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (4) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (5) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (6) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- (8) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- (9) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- (10) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (11) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (12) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (13) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (14) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
- (15) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
- (16) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
- (17) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
- (18) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019).
- (19) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Orlivo Guimaraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
- (20) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
- (21) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
- (22) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- (23) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
- (24) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
- (25) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
- (26) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
- (27) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
- (28) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
- (29) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
- (30) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
- (31) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB).
- (32) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
- (33) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPSDB).
- (34) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
- (35) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
- (36) Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
- (37) Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
- (38) Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
- (39) Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
- (40) Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
- (41) Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
- (42) Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
- (43) Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
- (44) Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titulares e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
- (45) Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
- (46) Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
- (47) Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
- (48) Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
- (49) Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
- (50) Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).
- (51) Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
- (52) Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
- (53) Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
- (54) Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
- (55) Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
- (56) Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
- (57) Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
- (58) Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
- (59) Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
- (60) Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
- (61) Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP).
- (62) Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM).
- (63) Em 30.11.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 61/2021-GLPODEMOS).
- (64) Em 30.11.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 62/2021-GLPODEMOS).
- (65) Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
- (66) Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Márcio Bittar para compor a comissão (Of. 8/2022-GLMDB).
- (67) Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
- (68) Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-GLPSDB).
- (69) Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a Comissão (Ofício nº 1/2022-BLPSDREP).
- (70) Em 25.04.2022, o Senador Nelsinho Trad, Líder do Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, cedeu 1 vaga de suplente ao Partido Liberal (Of. nº 9/2022-BLPSDREP).
- (71) Em 03.05.2022, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, em vaga cedida ao Partido Liberal, para compor a comissão (Of. 26/2022-GLPL).
- (72) Em 04.05.2022, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 16/2022-BLPSDREP).
- (73) Em 02.06.2022, o Senador Renan Calheiros licenciou-se até 1º.10.2022.
- (74) Em 06.07.2022, o Senador Sérgio Petecão licenciou-se até 03.11.2022.
- (75) Em 06.07.2022, o Senador Weverton licenciou-se até 03.11.2022.
- (76) Em 06.07.2022, a Senadora Maria das Vitórias foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 31/2022-BLPSDREP).
- (77) Em 13.07.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2022-GLMDB).

- (78) Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022..
- (79) Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022.
- (80) Em 26.08.2022, o Senador Ogari Pacheco foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, em vaga cedida pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para compor a comissão (Of. nº 45/2022-GLMDB).
- (81) Em 01.09.2022, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à Senadora Kátia Abreu, para compor a comissão (Of. nº 25/2022-GLDPP).
- (82) Em 08.09.2022, o Senador Cid Gomes licenciou-se até 03.01.2023.
- (83) Em 19.09.2022, o Senador Julio Ventura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 05/2022-GLPDT).
- (84) Em 20.09.2022, a Comissão reunida elegeu a Senadora Margareth Buzetti Presidente deste colegiado (Of. nº 32/2022-CRE).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-5919
E-MAIL: cre@senado.leg.br
[HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC=OL=54](https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?CODC=OL=54)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 4 de outubro de 2022
(terça-feira)
às 09h

PAUTA

13ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 64, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora CARLA BARROSO CARNEIRO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e aos Organismos Internacionais Conexos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Eliane Nogueira

Relatório: Não apresentado

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 65, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Não apresentado

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 76, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ogari Pacheco

Relatório: Não apresentado

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 3, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Eliane Nogueira

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 5**MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 6**MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Nilda Gondim

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 7**MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2022**

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCO FARANI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Não apresentado

ITEM 8**MENSAGEM (SF) Nº 66, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Julio Ventura

Relatório: Não apresentado

ITEM 9**MENSAGEM (SF) Nº 67, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HÉLIO VITOR RAMOS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Não apresentado

ITEM 10**MENSAGEM (SF) Nº 68, DE 2022****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ogari Pacheco

Relatório: Não apresentado

ITEM 11

MENSAGEM (SF) Nº 69, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de San Marino e na República de Malta.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Não apresentado

ITEM 12

MENSAGEM (SF) Nº 70, DE 2022

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BENEDICTO FONSECA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, no Reino do Lesoto e na República de Maurício.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ogari Pacheco

Relatório: Não apresentado

1

2

3



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 76, DE 2021

(n° 621/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 621

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de novembro de 2021.

EM nº 00250/2021 MRE

Brasília, 19 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Tunísia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 956/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 25/11/2021, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3029657** e o código CRC **4B4B07AB** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009142/2021-65

SEI nº 3029657

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU

CPF.: 238.412.060-34

ID.: 8109 MRE

1957 Filho de Fernando da Encarnação Abreu e Lygia Marroni de Abreu, nasce em 17 de março, em São Borja/RS

Dados Acadêmicos:

1979 Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 1981 CPCD – IRBr
 1985 Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília/DF
 1986 Relações Internacionais pela Universidade Brasília/DF
 1988 Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Paris-I, Pantheon-Sorbonne, Paris/FR
 1989 CAD – IRBr
 2004 CAE - IRBr, A Política de Defesa Nacional - Uma Visão Crítica

Cargos:

1982 Terceiro-secretário
 1986 Segundo-secretário
 1994 Primeiro-secretário, por merecimento
 2000 Conselheiro, por merecimento
 2005 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2010 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1983-84 Divisão da África I, assistente
 1983 Instituto Rio Branco, professor assistente de Política Externa Brasileira Contemporânea
 1984-85 Divisão da África II, assistente
 1985-86 Subsecretaria-Geral da Assuntos Políticos, assistente
 1985 Curso de Formação de Diplomatas em Guiné-Bissau, diretor
 1986-89 Embaixada em Paris, terceiro e segundo-secretário
 1989-93 Embaixada em Havana, segundo-secretário
 1993 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente
 1993-94 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, assessor e chefe de Gabinete
 1994-95 Secretaria de Informações no Exterior, secretário, substituto
 1995-98 Embaixada em Roma, primeiro-secretário
 1998 Ministério Extraordinário de Política Fundiária, assessor internacional e chefe de Gabinete
 1999 Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, conselheiro
 2000-02 Ministério do Desenvolvimento Agrário, chefe de Gabinete
 2000 Comitê Gestor do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos de Reforma Agrária do Nordeste, presidente
 2001 Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, conselheiro

2002-03	Ministério da Defesa, assessor especial
2003-05	Ministério da Defesa, chefe de Gabinete
2003	Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Administração Aeroportuária - INFRAERO, vice-presidente
2003	Conselho Executivo da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, membro
2004	Conselho de Administração da EMBRAER, membro suplente
2005-08	Embaixada em Madri, ministro-conselheiro
2008-12	Embaixada em Amã, embaixador
2012-15	Agência Brasileira de Cooperação, diretor
2015-16	Subsecretaria-Geral Política III, subsecretário-geral
2016-18	Subsecretaria-Geral da África e do Oriente Médio, subsecretário-geral
2018-	Representação Permanente junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola e Programa Mundial de Alimentos, representante permanente

Publicações:

2000	Brasil e Cuba – A Gangorra Diplomática in Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990, o Desafio Estratégico, Ed. NUPRI-USP, São Paulo
------	---

Condecorações:

1990	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
2002	Medalha do Pacificador, Brasil
2002	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
2002	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2003	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
2003	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2003	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grã-Cruz
2004	Medalha da Vitória
2004	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2013	Ordem do Mérito Judiciário Militar, Alta Distinção

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



**Maço básico
República Tunisiana**

DAF III

DADOS BÁSICOS SOBRE A TUNÍSIA

NOME OFICIAL	República Tunisiana
GENTÍLICO	Tunisiano, tunisiana
CAPITAL	Túnis
ÁREA	163 610 km²
POPULAÇÃO	11 811 335 habitantes (CIA, 2021)
LÍNGUAS OFICIAIS	Árabe (oficial), árabe tunisino, francês, tamazight
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã 99% (sunita)
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral: Assembleia dos Representantes do Povo (Majlis Nuwwab ash-Sha'b) com 217 assentos eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO	Kaïs Saïed (desde outubro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Cargo vago (desde 26 de julho de 2021)
PIB NOMINAL (FMI, 2020)	US\$ 39,23 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020)	US\$ 123,57 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2020)	-7% (2020); 1% (2019); 2,7% (2018); 1,9% (2017); 1,2% (2016); 1,2% (2015); 2,9% (2014); 2,8% (2013); 4,1% (2012); -1,9% (2011); 3,5% (2010)
PIB PER CAPITA (FMI, 2020)	US\$ 3 300,00
PIB PER CAPITA PPP (FMI, 2020)	US\$ 10 380,00
IDH (PNUD, 2019)	0,74 (95º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA	76,57 anos (CIA, 2021)
ALFABETIZAÇÃO	81,8% (CIA, 2021)
DESEMPREGO	16% (PNUD, 2019)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar tunisiano (USD 1 = TND 2,75)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC										
BRASIL - TUNÍSIA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	480,9	488,9	426,7	310,1	360,9	244,8	337,1	313,0	278,5	276,9
Exportações	376,5	351,4	290,6	237,5	303,0	197,2	286,6	284,0	218,8	234,2
Importações	104,4	137,5	136,1	72,6	57,9	47,5	50,5	29,0	59,7	42,7
Saldo	272,1	213,9	154,5	164,9	245,0	149,7	236,1	255,0	159,1	191,5

MAPA



POLÍTICA INTERNA

Histórico

Ao longo de três mil anos de história, a Tunísia recebeu influência de diversos povos: berberes, cartagineses, romanos, árabes, otomanos. A Tunísia tornou-se protetorado francês, em 1881 em contexto de dificuldades econômicas locais e no auge do imperialismo europeu. Sob administração francesa, consolidou-se um sistema de educação bilíngue, que possibilitou às elites tunisianas o acesso a universidades francesas, onde se formaram as primeiras lideranças que viriam a contestar o domínio francês.

A resistência tunisiana ganhou intensidade durante a primeira metade do século XX. Em 1920, foi fundado o partido "Destur", de orientação nacionalista. Em 1934, cisão interna na agremiação política levou à criação do partido "Neo-Destur", que além da defesa da independência tunisiana, sustentava a preservação do caráter laico do estado. O novo partido, sob a liderança de Habib Burguiba, graduado em Direito em Paris, ganharia proeminência na contestação ao domínio francês.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, a contestação à presença francesa ganhou renovado impulso. O assassinato do líder sindical Farhat Hached, em dezembro de 1952, provocou intensa onda de protestos e greves no país, a qual duraria até 1954, quando a França concedeu autonomia interna à Tunísia e iniciou negociações com o "Neo-Destur" para a concessão da independência, formalmente obtida em março de 1956. Três anos mais tarde, em 1959, Burguiba elegeu-se como o primeiro presidente do país, após a supressão de revolta liderada pelo secretário-geral do Neo-Destur, Saleh Ben Youssef (1955-56) e a proclamação da República, em 1957.

O período Burguiba foi marcado, por um lado, pelos esforços de modernização e secularização do país, capitaneados pelo estado tunisiano e, por outro, pelas crescentes restrições a liberdades civis e políticas. Cinco meses após a formalização da independência, em agosto de 1956, adotou-se o Código de Estatuto Pessoal, legislação até então inédita no Mundo Árabe. A nova legislação garantiu importantes direitos às mulheres, tais como o divórcio, idade mínima e consentimento mútuo para o matrimônio, acesso à herança e à guarda dos filhos, entre outros. Esses avanços, contudo, foram acompanhados por retrocessos no âmbito político. Na década de 1960, a Tunísia tornou-se um regime de partido único, tendo o "Neo-Destour" sido

renomeado "Partido Socialista Destouriano" (PSD), em 1964, e, em 1975, Bourguiba tornou-se presidente vitalício do país.

No início da década de 1980, em decorrência do segundo choque do petróleo (1979), e da queda de sua produção agrícola, a Tunísia mergulhou em grave crise econômica, que foi acompanhada por protestos em favor de maiores liberdades e contra a carestia, em especial no preço dos alimentos. Em resposta, o governo tunisiano empreendeu movimento de tímida abertura, permitindo a realização de eleições legislativas multipartidárias em 1981. Embora o pleito tenha resultado em vitória expressiva do PSD, ganhou proeminência, nesse contexto, o "Movimento da Tendência Islâmica" (MTI), grupo de orientação islamista fundado naquele ano sob a liderança de Rached Ghannouchi. O MTI, acusado, ao longo dos anos 80, de estar por trás dos seguidos protestos contra a carestia no país, as chamadas "revoltas do pão", e chocando-se frontalmente com o projeto laico de Bourguiba, foi reprimido pelo governo tunisiano.

O recrudescimento da repressão política aos islamistas e a grave crise econômica acabaram por tornar a situação política de Bourguiba insustentável. Em 1987, sob a alegação de que o mandatário tunisiano estaria senil, o então primeiro-ministro, Zine El-Abidine Ben Ali, destituiu Bourguiba e assumiu a Presidência.

O Governo Ben Ali foi marcado, inicialmente, pela adoção de medidas de abertura política. O mandato vitalício do presidente da República foi abolido e nova lei de partidos políticos foi aprovada, permitindo a legalização de diversos agrupamentos. O MTI, que passou a se chamar *Ennahdha* (Renascença), em 1989, seguiu proscrito e sua liderança, embora inicialmente libertada por Ben Ali, voltou a ser perseguida, tendo partido para o exílio, em especial na Europa.

As medidas de abertura anunciadas não resultaram em maior participação no governo. O PSD, renomeado Aliança Constitucional Democrática (RCD, na sigla em francês), seguiu amplamente predominante na vida política e administrativa do país. Ben Ali, por sua vez, foi sucessivamente reeleito presidente (1994, 1999, 2004 e 2009) em pleitos contestados por entidades independentes. No plano econômico, intensificaram-se reformas liberalizantes, voltadas à atração de investimentos externos, baseadas em amplo programa de privatizações que favoreceram setores vinculados ao governo. Embora a renda per capita tunisiana tenha triplicado durante o período, ampliaram-se as desigualdades sociais e regionais no país. Desprovido da legitimidade de que Bourguiba gozara, enquanto líder da independência nacional e propulsor da modernização tunisiana, Ben Ali ancorou sua sustentação no chamado "milagre tunisiano" e na ampliação dos gastos com políticas de assistência social, em particular com subsídios a gêneros de primeira necessidade.

A Revolução tunisiana de 2011

Ao final da década de 2000, as tensões econômicas e políticas inerentes ao modelo tunisiano agravaram-se. Embora a economia do país mantivesse boas taxas de crescimento, os setores produtivos não foram capazes de absorver crescente contingente de mão de obra, em especial os mais jovens e recém-formados. A taxa de desemprego chegou a 13% da população ativa, em 2010, sendo superior a 20% entre jovens com diploma universitário e em cidades do interior do país. O regime político, por sua vez, revelava-se incapaz de responder às crescentes demandas por renovação e por maiores liberdades civis e políticas.

Em dezembro de 2010, a autoimolação de um jovem vendedor ambulante, Moahammed Bouazizi, desencadeou grande onda de manifestações populares no país. A persistência e a ampliação das manifestações acabaram tornando insustentável a permanência de Ben Ali no poder. Em janeiro de 2011, o presidente tunisiano retirou-se do país, após 23 anos no poder, exilando-se na Arábia Saudita. Os protestos tunisianos e a partida de Ben Ali marcaram o início da chamada "Primavera Árabe", onda de revoltas e insurreições populares que varreu grande parte dos países árabes naquele ano.

Após a partida de Ben Ali, em conformidade com a Constituição tunisiana, o presidente do Parlamento, Foued Mebazaa, assumiu como presidente interino do país. A liderança política tunisiana, juntamente com alguns setores moderados da oposição, iniciaram movimento em direção à realização de transição política branda. Nesse contexto, o primeiro-ministro Mohammed Ghannouchi, no cargo desde 1999, buscou formar governo de unidade nacional e convocar novas eleições gerais em 60 dias, o que se mostrou inviável diante da persistência dos protestos populares. Os manifestantes exigiam a renúncia do governo provisório, identificado com o RCD, e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Em fevereiro de 2011, em decorrência dos protestos populares, Ghannouchi demitiu-se. Para seu lugar, Mebazaa indicou Beji Caïd Essebsi, político que ocupou cargos de elevado perfil durante os governos Bourguiba e Ben Ali. Durante seu período à frente da chefia de governo, foi permitida a legalização de mais de uma centena de partidos políticos, entre os quais o Ennahdha, e organizaram-se eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Ao prevalecer a opção pela realização de eleições constituintes como primeira etapa de seu processo transitório, a Tunísia diferenciou-se de outros países da região que passaram pela "Primavera Árabe", os

quais optaram pela organização de eleições legislativas e presidenciais antes da definição de marco constitucional.

O Processo de Transição Tunisiano

A Tunísia empreendeu processo de transição (2011-2014) internacionalmente reconhecido como democrático e transparente, marcado pela participação social e pelo diálogo, capaz de gerar consensos entre as visões islamista e secular, cujo antagonismo, em outros países, resultou em choques e tensões.

Não obstante a exitosa realização de eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) (out/2011), e a consequente formação (dez/2011) de coalizão governista de transição liderada pelo partido islamista Ennahdha e integrada por partidos laicos, o processo de transição tunisiano deparou-se, ao longo de 2013, com grave impasse político entre islamistas e secularistas, no qual a oposição laica passou a bloquear os trabalhos da ANC. Nesse contexto, em out/2013, foi instaurado “Diálogo Nacional” envolvendo as principais forças políticas do país, e patrocinado por quatro entidades da sociedade civil tunisiana (o chamado "Quarteto do Diálogo Nacional Tunisiano"): União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato (UTICA), Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia (ONAT) e Liga Tunisiana dos Direitos do Homem (LTDH). No âmbito do Diálogo Nacional, foi possível encontrar novo consenso político, que permitiu, sucessivamente: a continuidade dos trabalhos da ANC; a aprovação da nova Constituição tunisiana (jan/2014); a formação de governo transitório de perfil tecnocrático (jan/2014); e a realização de eleições gerais (out-dez/2014), as quais concluíram, formalmente, o processo transitório tunisiano.

Ao consagrar amplo arsenal de direitos, dentre os quais a liberdade de crença e a igualdade legal entre os gêneros, e ao estabelecer, em seu preâmbulo, que a Tunísia se constitui como um estado civil, a nova constituição tunisiana é considerada como a mais progressista do mundo árabe.

Por ter tido sua atuação considerada fundamental na exitosa trajetória da transição tunisiana, o "Quarteto" foi laureado, em dezembro de 2015, com o Prêmio Nobel da Paz. O comitê avaliador do prêmio justificou a escolha do Quarteto pela sua "contribuição decisiva para a construção de uma democracia pluralista na Tunísia (...), país que passou pela transição democrática mais bem-sucedida após a Primavera Árabe".

Quadro político pós-transição

Nas eleições de fins de 2014, que marcaram a conclusão do processo de transição tunisiano, saiu vitorioso o partido Nidaa Tunes, então recém-formado a partir de congregação de forças seculares. Contudo, buscando manter a opção pela inclusão e pelo consenso como estratégia maior da transição tunisiana, o Nidaa, ao formar o governo, no início de 2015, articulou coalizão com a participação do Ennahdha, de orientação islamista, bem como com outros partidos de menor expressão.

Em 2015, uma série de atentados terroristas na Tunísia levou a um aumento da preocupação com a segurança nacional e o extremismo religioso, tendo sido adotado, em consequência, o estado de emergência, o qual vem sendo sucessivamente renovado. Os principais ataques ocorridos naquele ano, o atentado contra o Museu do Bardo, em Túnis, que resultou na morte de 22 pessoas, e o atentado contra turistas estrangeiros no balneário de Sousse, que vitimou 38 pessoas, também tiveram graves consequências para o turismo, que é responsável por parcela significativa do PIB tunisiano, contribuindo para agravar a crise econômica.

No início de 2016, desentendimentos internos levaram diversos deputados a deixar o Nidaa, fazendo com que o Ennahdha voltasse a dispor da maior bancada do Legislativo. Não obstante o novo equilíbrio de forças, o partido islamista manteve o apoio à liderança do Nidaa na coalizão governista. Em agosto de 2016, houve nova composição política para formação de governo de coalizão, que levou à ascensão de Youssef Chahed ao cargo de primeiro-ministro e à nomeação de novo gabinete. Nesse contexto, foi estabelecido o chamado "pacto de Cartago", pelo qual as partes concordaram em apoiar o governo de Chahed no enfrentamento dos grandes desafios da Tunísia, com destaque para o combate ao terrorismo, a aceleração do crescimento econômico e a geração de emprego, o combate à corrupção e a busca de políticas sociais eficazes.

A coalizão entre o Nidaa Tunes e Ennahdha garantiu certa estabilidade para o governo de Youssef Chahed. Permaneceram, contudo, dificuldades em atender as expectativas populares emergidas no contexto da Revolução de 2011, sobretudo quanto à distribuição de renda e à superação de crise econômica e social.

Em maio de 2018, a realização das primeiras eleições municipais da história da Tunísia constituiu um marco na consolidação da democracia no país. No pleito, teve destaque o desempenho dos candidatos independentes, seguidos dos candidatos do Ennahdha e do Nidaa.

Eleições de 2019

As eleições presidenciais e legislativas de 2019 representaram o fim do equilíbrio garantido pela coalizão entre seculares do fragmentado Nidaa Tunes e islamistas do Ennahdha, bem como expressaram o desejo popular por renovação política, uma vez que as tradicionais forças, com exceção do Ennahdha, que permaneceu com o maior número de assentos no Parlamento, não lograram resultados expressivos. O pleito ainda representou teste de resistência para a democracia e o Estado de Direito tunisiano, uma vez que foi marcado pela morte do presidente em exercício, Beji Caïd Essebsi.

O processo eleitoral de 2019 iniciou-se, prematuramente, em abril, quando o então presidente Beji Caïd Essebsi anunciou que não concorreria à reeleição no pleito previsto para novembro daquele ano, o que exacerbou as disputas internas no seio do Nidaa Tunes, para definir sua nova liderança. Poucos meses antes, o então primeiro-ministro, Youssef Chahed, decidira formar seu próprio partido, o Tahya Tunes, integrado por dissidentes do Nidaa. Esse contexto de pulverização das forças liberais favoreceu que, em junho daquele ano, o empresário televisivo Nabil Karoui, candidato independente à Presidência, emergisse como favorito nas pesquisas eleitorais. As probabilidades de que o pleito de 2019 repetisse a tendência verificada nas eleições municipais de 2018, em que os candidatos independentes se sobressaíram, tornaram-se ainda maiores quando, em junho, o presidente Essebsi veio a falecer durante o exercício de seu mandato. Esse fato provocou a antecipação das eleições para setembro, deixando pouco tempo hábil para que as forças liberais se reorganizassem e se reposicionassem competitivamente na campanha.

A prisão de Nabil Karoui durante a campanha eleitoral, acusado de lavagem de dinheiro e evasão fiscal, foi um momento de tensão durante os preparativos para as eleições presidenciais que se realizaram em setembro de 2019. Mesmo preso, porém, Karoui chegou ao segundo turno e foi liberado três dias antes da votação final, em outubro, que pôde transcorrer sem maiores turbulências. Ao final do pleito, Kaïs Saïed, candidato também independente, foi eleito com 72,5% dos votos válidos. Nabil Karoui, embora derrotado, logrou que seu partido Qalb Tunes (Coração da Tunísia), derivado do Nidaa Tunes, lograsse a segunda maior bancada da Assembleia de Representantes do Povo (ARP).

Paralelamente, as eleições parlamentares, com quase 60% de abstenção, resultaram em fragmentação partidária, sem maioria confortável de nenhum partido. A Ennahdha, maior bancada, conseguiu apenas 52 dos 109 assentos necessários para formar maioria. Os assentos restantes ficaram divididos entre Coração da Tunísia, Tahya Tunes, Al Karma, Partido Nacionalista Árabe, Corrente Democrática, Destourien Libre e o Nidaa Tunes, além de independentes.

Contexto recente

A ausência de um partido ou coalizão majoritária na Assembleia de Representantes do Povo (ARP), assim como o fato de o presidente da República não estar ligado a nenhum dos principais partidos na ARP, refletiu-se na dificuldade para formação e manutenção de um governo duradouro na Tunísia. Tendo logrado a maior bancada na Assembleia nas eleições de outubro de 2019, o Ennahdha pôde indicar o nome do presidente da ARP e influir na escolha do primeiro-ministro e de seu gabinete, por meio de alianças variáveis. Contudo, mesmo após longas negociações que se arrastaram por mais de dois meses, o nome apresentado pelo Ennahdha e indicado pelo presidente da República ao cargo de primeiro-ministro, Habib Jemli, não conseguiu obter voto de confiança na ARP para aprovação de seu governo.

Em 20 de janeiro de 2020, o presidente Kaïs Saïed indicou Elyes Fakhfakh ao cargo de primeiro-ministro, escolhido em lista tríplice apresentada pelos principais partidos da ARP. Fakhfakh, oriundo do partido de esquerda Ettakol e considerado de orientação social-democrata, nomeou gabinete integrado pelo Ennahdha e pelos partidos laicos, mas não pelo Coração da Tunísia, que passou a liderar a oposição. Um mês depois, a ARP, pressionada pela necessidade de convocação de novas eleições legislativas caso não fosse aprovado o novo governo, outorgou voto de confiança ao gabinete de Elyes Fakhfakh.

O governo de Fakhfakh iniciou-se com o desafio de fazer frente à pandemia do coronavírus, que ensejou, também, maior cooperação entre os parlamentares na ARP. Em abril de 2020, o Parlamento aprovou, embora com modificações no texto original, projeto de lei que previa a ativação do artigo 70 da Constituição, conferindo ao primeiro-ministro poderes excepcionais para emitir decretos-lei. Ao longo do primeiro semestre, contudo, surgiram novos desgastes na base do governo. Essas tensões acabaram levando a uma ruptura, tendo o Ennahdha se retirado do governo e buscado associação com o partido de Nabil Karoui, Coração da Tunísia, para aprovação de moção de censura contra o primeiro-ministro. Fakhfakh, nesse contexto, apresentou sua renúncia em 15 de julho de 2020.

Em julho de 2020, após a renúncia de Fakhfakh, o presidente da República nomeou o então ministro do Interior, Hichem Mechichi, para o cargo de primeiro-ministro. Mechichi, de perfil técnico, apresentou proposta de governo composto por nomes independentes, o qual governaria com base em interesses suprapartidários, como a racionalização dos gastos públicos; a atração de investimentos privados nacionais e estrangeiros; a reforma do setor público; e a proteção às classes menos favorecidas. Em setembro de 2020, a ARP outorgou seu voto de confiança ao novo

governo tunisiano, que contou com apoio das duas maiores bancadas no Parlamento, o Ennahdha e o Coração da Tunísia, assim como do Tahya Tounes. Pouco tempo depois, foi anunciada a formação de aliança entre o Coração da Tunísia, o Ennahdha e o partido islamista radical Al-Karama para apoiar o governo do primeiro-ministro.

O então primeiro-ministro Mechichi logo passou a deparar-se com desafios relacionados à disparidade de interesses de sua base parlamentar, além de ter-se envolvido em disputas com o presidente da República. Essa conjuntura dificultou a agenda de reformas econômicas em um contexto de deterioração das condições de vida no país pela pandemia da covid-19. O desemprego chegou a atingir 36% dos jovens no interior e no Sul do país. Apesar da adoção de medidas excepcionais, como a criação de auxílio a famílias desempregadas e apoio financeiro à manutenção de pequenas e médias empresas, foram registradas greves e protestos pelo país. Paralelamente, pesquisas de opinião demonstraram que, dez anos após os eventos da Primavera Árabe, a maioria dos tunisianos considerava que a revolução no país havia fracassado em seus objetivos, não somente no que tange à promoção de transformações socioeconômicas, mas também do ponto de vista político, sobretudo ao não ter logrado combater eficazmente a corrupção. Por outro lado, reconheciam a garantia às liberdades individuais como uma conquista do processo de transição.

Diante das crescentes tensões sociais, algumas lideranças tunisianas, sobretudo a União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), passaram a defender o lançamento de um diálogo nacional, nos moldes do realizado em 2013, com vistas à criação de novo pacto nacional que possibilite a superação dos desafios mais prementes. O presidente Kaïs Saïed chegou a manifestar apoio à proposta de diálogo apresentada pela UGTT, a qual excluiu os partidos Al-Karama e Destourien Libre (PDL), de orientação bourguibista, por defender posições consideradas extremas. A proposta, contudo, não teve desdobramentos concretos.

Em dezembro de 2020, foi novamente preso o empresário e político Nabil Karoui, líder do Coração da Tunísia, acusado de evasão fiscal e lavagem de dinheiro.

Em janeiro de 2021, Mechichi promoveu reforma ministerial, com troca de mais de uma dezena de ministros, inclusive os titulares das pastas da Justiça, do Interior e da Saúde. A medida refletiu a aproximação do governo com o Ennahdha e o Coração da Tunísia, bem como visou a marcar posição de independência frente ao presidente da República, que havia indicado vários dos ministros afastados. A ARP aprovou os novos nomes, porém o presidente Kaïs Saïed negou-se a dar posse ao novo gabinete, sob alegação de que a medida seria inconstitucional. Na leitura do chefe de estado tunisiano, a constituição do país preveria que, em caso de “mudança estrutural”

do gabinete, seria necessária concertação entre o presidente e o primeiro-ministro para definição dos novos nomes, o que não teria ocorrido.

Tendo em vista a inexistência de Corte Constitucional na Tunísia, cuja instalação tem sido postergada desde a aprovação da constituição de 2014, chegou-se a um impasse, deixando o governo praticamente paralisado desde então. Kaïs Saïed passou a exigir a destituição do então primeiro-ministro, que, por sua vez, recusou-se a renunciar, bem como pôde assegurar-se no cargo ao contar com apoio suficiente na ARP para evitar uma moção de desconfiança.

Após apelos internos e externos à moderação e ao diálogo, em março de 2021, a ARP aprovou emendas para complementação da lei orgânica que prevê a formação da Corte Constitucional, com vistas a obter uma solução definitiva e legal para o impasse. Em abril, contudo, o presidente Kaïs Saïed não sancionou as emendas à lei orgânica, de modo que a Corte Constitucional não pôde ser instituída. A UGTT novamente apresentou proposta de diálogo nacional, nesse contexto, porém sem conseguir engajar as lideranças nacionais. As tensões políticas, desse modo, intensificaram-se, apesar da realização, em junho, de contatos entre o principal partido do governo, o Ennahdha, e a presidência da República, com vistas a uma reconciliação.

Em 25/7/2021, foram registradas manifestações nas principais cidades da Tunísia, com demonstrações de apoio por parte dos manifestantes ao presidente Kaïs Saïed. Horas depois, Saïed convocou reunião de emergência com lideranças militares tunisianas, ao final da qual foi anunciado que o presidente da República, com base no artigo 80 da Constituição, decidira demitir o primeiro-ministro, suspender as atividades do Parlamento, levantar a imunidade de todos os parlamentares e assumir o poder executivo com o auxílio de um chefe de governo a ser indicado por ele. A medida teria sido tomada com vistas a “preservar a integridade do país, a sua segurança e independência, bem como garantir o funcionamento normal das engrenagens do estado”.

Nos dias seguintes ao anúncio, o presidente Kaïs Saïed editou decretos-leis restringindo os direitos de circulação e reunião. Na sequência, o então primeiro-ministro Mechichi anunciou que renunciaria ao cargo a fim de evitar uma escalada de tensões e que cederia o posto ao nome de escolha do presidente da República. Em reação às medidas, o presidente da ARP e líder da Ennahdha, Rached Ghannouchi, protestou, assim como outros partidos políticos com representação no Parlamento, como o Coração da Tunísia, o Al-Karama, o Partido dos Trabalhadores e a Corrente Democrática. A Alta Comissão Eleitoral Independente, que vinha supervisionando as

eleições tunisianas desde 2011, também criticou as medidas. Por sua vez, a UGTT buscou reunir-se com Saïed e defendeu uma saída institucional para a crise.

Em 25/8/2021, o presidente Kaïs Saïed anunciou a prorrogação das medidas excepcionais adotadas um mês antes. Até o momento, não foi formado novo governo.

Organizações não governamentais e associações da sociedade civil têm expressado preocupação pela situação dos direitos humanos na Tunísia, sendo particularmente criticada a prisão de parlamentares.

ECONOMIA

Desde a década de 1970, a Tunísia adota modelo econômico orientado para a industrialização e as exportações. A transformação estrutural da economia tunisiana foi viabilizada por ambiciosa política de investimentos públicos em infraestrutura e capital humano e pela atração de investimento externo direto com importantes incentivos fiscais a indústrias exportadoras, as quais estão frequentemente integradas a cadeias produtivas com matrizes no continente europeu. O setor de serviços responde por 63,8% do PIB. Produtos mecânicos, eletroeletrônicos e têxteis são os principais manufaturados produzidos no país. Entre os produtos agropecuários, destacam-se azeitonas e azeite, tomates, frutas cítricas, tâmaras e laticínios. O turismo, responsável por cerca de 15% do PIB, ainda sofre os efeitos da instabilidade vivida durante e após a Revolução de janeiro de 2011, bem como dos atentados terroristas no Museu do Bardo e na cidade de Sousse, em março e junho de 2015, respectivamente.

O fosfato, utilizado como matéria-prima para fertilizantes de solo, plásticos e tintas, é o principal recurso mineral da Tunísia e importante produto de sua pauta exportadora. A estatal *Compagnie de Phosphate de Gafsa* (CPG) esteve entre os maiores produtores de fosfato do mundo, além de ser uma das maiores empregadoras do país. Diferentemente de seus vizinhos da costa mediterrânea, a Tunísia não é um grande produtor de petróleo, tendo vivido seu apogeu na produção de hidrocarbonetos entre 1970 e 1986. Em 2019, a Tunísia produziu o equivalente a apenas 2% do montante da Nigéria, que lidera a produção de petróleo no continente africano. Desempenha papel preponderante na indústria tunisiana a estatal ETAP (*Entreprise Tunisienne d'Activités Pétrolières*), que, por meio de *joint-ventures*, detém a maior parte das concessões de exploração e produção. A atuação de grandes petroleiras é restrita, embora estejam presentes a italiana ENI e a holandesa Shell. A Tunísia importa, hoje, boa parte do petróleo (em sua maior parte proveniente da Líbia) e do gás natural (proveniente da Argélia) que consome, os quais respondem, respectivamente, por cerca de 9% e 7% das importações totais do país. No caso do gás natural, responsável por 48% de sua matriz energética, estima-se que o consumo

tunisiano seja três vezes maior do que a produção. Em 2013, a Tunísia descobriu novas reservas de petróleo, que poderão elevar a produção do país nos próximos anos.

Durante o período de transição (2011-2014), o governo tunisiano passou a adotar políticas monetária e fiscal expansionistas, voltadas a combater a depressão da economia e o desemprego. O efeito colateral destas medidas foi a deterioração da situação fiscal e o aumento da inflação, que atingiu 6,7% em 2017. A dívida pública tunisiana equivale hoje a mais de 80% do PIB, enquanto o déficit fiscal foi estimado em 13,2% do PIB em 2020. Os gastos com juros da dívida pública, custeio da máquina, sobretudo com pessoal, e consideráveis subsídios fazem com que restem poucos recursos para investimentos. A essa situação, somam-se sucessivos déficits na balança comercial tunisiana, que geram pressão adicional sobre o déficit público. Em 2019, a balança comercial acumulou saldo negativo de USD 6,6 bilhões.

Em parte, essa situação explica-se pela deterioração do setor de fosfato na esteira do processo revolucionário, em função de constantes interrupções. Foram produzidas 13 milhões de toneladas de fosfato entre 2011 e 2016 (cerca de 2,5 milhões ao ano), ao passo que, apenas em 2010, esse número havia sido de 8 milhões de toneladas. Em 2018, a produção foi quase totalmente interrompida, tendo-se recuperado gradualmente desde então. Nesse contexto, a Tunísia tem perdido espaço no mercado mundial frente a outros grandes produtores, como Marrocos, Jordânia e Arábia Saudita.

Como forma de compensar os déficits orçamentários, o governo tunisiano tem buscado fontes externas de financiamento. Em 2016, foram assinados acordos financeiros com o FMI, para liberação de recursos no valor de até USD 2,9 bilhões, e com o Banco Mundial, que concedeu apoio financeiro da ordem de USD 500 milhões para o programa de reformas econômicas e geração de emprego na Tunísia. Adicionalmente, com vistas a atrair investidores privados estrangeiros, o governo tunisiano lançou, em 2017, novo marco regulador de investimentos, com medidas de desoneração e desburocratização de negócios realizados no país. O novo marco prevê a promoção de processos de arbitragem e a criação de canais de contato entre investidores e governo. No relatório *Doing Business 2020*, do Banco Mundial, a Tunísia figura na quinta posição entre os países africanos no que se refere a perspectivas favoráveis de negócios e investimentos estrangeiros (78ª posição no ranking mundial).

Entretanto, as medidas expansionistas adotadas pelo governo não foram eficazes em alavancar o crescimento econômico (média de 1,6% entre 2015 e 2019) nem em reduzir significativamente o desemprego. Em 2020, a taxa de desocupação atingiu 16,2% da população economicamente ativa (PEA), com impacto

desproporcionalmente maior sobre mulheres e jovens. Entre a população jovem, o desemprego chega a 36% em algumas regiões. Já em setores de baixa qualificação, como agricultura, construção civil e serviços, há o aumento de emprego de imigrantes subsaarianos nos últimos anos. Por sua vez, o setor público continua a empregar cerca de um quarto da população economicamente ativa, com cerca de 49% do orçamento público destinado ao pagamento do funcionalismo. O FMI estima que a implementação das reformas liberalizantes é condição necessária para a recuperação da economia do país. Entre as medidas indicadas estão a redução da massa salarial, reestruturação de empresas estatais, redução de subsídios, combate à corrupção, redução da burocracia e aumento da transparência.

A pandemia da covid-19 agravou o quadro socioeconômico na Tunísia. O PIB tunisiano sofreu queda de 7% em 2020 (FMI). Turismo e as manufaturas destinadas à exportação foram impactados pela pandemia. O financiamento da dívida tornou-se mais oneroso com o rebaixamento da nota de crédito do país pela Fitch e pela Moody's em 2020. A entrada de investimentos estrangeiros, que teve um período de alta entre 2017 e 2018, sofreu redução em 2019 e retração significativa em 2020. Greves e paralisações também se tornaram mais frequentes, prejudicando os setores de energia e fosfato, apesar dos esforços do governo para entabular negociações. Em El-Kamour, onde se localiza a maior planta de gás natural do país, a extração ficou meses paralisada em função de bloqueios organizados por movimentos sociais.

Como forma de mitigar os impactos sociais da crise, foram aprovados recursos da ordem de US\$ 850 milhões para auxílio às famílias desempregadas e em situação de vulnerabilidade, bem como para socorro às pequenas e médias empresas, incluindo as do setor do turismo.

A ajuda internacional tem-se revestido de grande importância para a economia tunisiana. O país recebeu ajuda financeira do Banco Mundial, Suíça (USD 12 milhões) e União Europeia (EUR 600 milhões), além de empréstimo de USD 98 milhões do Fundo Monetário Árabe (FMA) e US\$ 745 milhões em recursos extraordinários pelo FMI.

Apesar da atual conjuntura, há melhora em alguns indicadores. A inflação, que decresce desde 2019, atingiu 5,6% em 2020, embora deva também ser considerado o cenário de retração econômica. Também é notável a redução no déficit da balança comercial, em 2020, ainda que puxada pela retração das importações devido à crise. Esse resultado contribuiu para que as reservas internacionais tunisianas atingissem, naquele ano, valor recorde de US\$ 8,6 bilhões.

POLÍTICA EXTERNA

Por razões históricas e geográficas, a política externa tunisiana tem sido caracterizada por relativa proximidade das potências ocidentais, posições moderadas em relação aos principais temas do Magrebe e do Oriente Médio e pelo compromisso com o multilateralismo. Após a revolução de janeiro de 2011, ganhou ímpeto movimento de revisão da política externa, que passou a buscar maior diversificação de suas parcerias e redução de suas dependências externas. Esse movimento, articulado durante o processo de transição democrática (2011-2015), conferiu à política externa tunisiana um caráter mais universalista e pragmático, no qual, sem descuidar das parcerias tradicionais, aquele país também passou a privilegiar uma aproximação com países em desenvolvimento, com ênfase no Mundo Árabe, na África Subsaariana, bem como em forças emergentes, como Brasil, China, Índia, Rússia e Turquia.

O apoio internacional à transição democrática na Tunísia tem-se mostrado importante para o financiamento de projetos de desenvolvimento no país, bem como para manter a sustentabilidade da economia. Além disso, foi fundamental para que a Tunísia fosse retirada da lista negra do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) em outubro de 2019, em reconhecimento aos esforços do país para combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo. Esse apoio e a orientação mais universalista da política externa tunisiana têm contribuído para a inserção internacional do país, que assumiu papel de protagonismo no encaminhamento da crise na Líbia e ocupa, atualmente, assento não-permanente no Conselho de Segurança da ONU (mandato 2020-2021).

Parcerias tradicionais

O continente europeu (sobretudo França, Itália e Alemanha) concentra mais da metade do intercâmbio comercial tunisiano e é fonte da maior parte da cooperação para o desenvolvimento destinada ao país, bem como de cerca de 40% dos investimentos diretos, e abriga a maior parte da diáspora tunisiana no exterior. A Tunísia possui com a União Europeia (UE), desde 1995, acordo de associação que estabeleceu zona de livre comércio com ênfase em produtos industrializados. Em 2015, foram iniciadas negociações para ampliar o escopo do acordo de livre comércio, o que deverá conduzir a uma maior integração da economia tunisiana ao Mercado Comum Europeu. No domínio político, a Tunísia é reconhecida como "parceira privilegiada" da UE no enfrentamento ao terrorismo e no controle da migração transmediterrânea.

A parceria com os EUA, fundada em considerações estratégico-militares e no apoio à estabilidade tunisiana, é também importante.

Entorno regional

No entorno regional, o tema mais premente da política externa tunisiana é a crise na vizinha Líbia, país com o qual a Tunísia tem fronteira comum porosa, de cerca de 459 km de extensão. Juntamente com outros atores regionais, a Tunísia tem buscado mediar solução política para a crise, que possui grande impacto negativo sobre a segurança e a economia do país. A partir de 2014, com a deterioração das condições de segurança em Trípoli, diversas representações de países estrangeiros junto ao governo líbio, inclusive a do Brasil, foram transferidas para Túnis.

Até janeiro de 2019, a capital tunisiana também abrigava a sede da Missão de Apoio das Nações Unidas para a Líbia (UNSMIL). Diante do recrudesimento do conflito na Líbia em 2020, foi criado, em maio daquele ano, grupo de trabalho para acompanhamento e assessoramento sobre a evolução da crise, subordinado diretamente à Presidência da República Tunisiana. Em novembro de 2020, foi sediado, em Túnis, o Fórum de Diálogo Político Intra-Líbio (FDPL), que marcou a retomada do diálogo político após a cessação das hostilidades no país e abriu caminho para a aprovação do governo interino de unidade nacional da Líbia. A escolha da Tunísia para sediar a primeira edição do FDPL prestigiou o engajamento construtivo de longa data do governo tunisiano na questão líbia.

A Tunísia, que possui boas relações tanto com a Argélia quanto com o Marrocos, busca dar alento ao projeto de integração regional da União do Magrebe Árabe (UMA). Estudos do Banco Mundial indicam ser possível criar mais de 40 mil empregos e alcançar incremento de 2% a 3% no PIB regional caso venha a concretizar-se a livre circulação de bens entre as fronteiras dos cinco países da UMA.

Relações com o Levante

A Tunísia acompanha a situação no Levante. Apesar de seu histórico alinhamento com os países ocidentais, o país manteve importante atuação entre os países árabes, tendo hospedado, na década de 1980, as sedes da Organização para a Libertação Palestina (OLP) e da Liga dos Estados Árabes (LEA). Em relação às situações na Síria e no Iêmen, a Tunísia tem-se alinhado às posições e decisões da LEA. No que concerne ao conflito israelo-palestino, o país reconhece o Estado da Palestina e tem defendido uma solução pacífica para a disputa, baseada na fórmula dos dois Estados. O país, contudo, não mantém relações diplomáticas com Israel. Após o Marrocos e outros países árabes anunciarem a normalização das relações com Israel em fins de 2020, o então primeiro ministro tunisiano, Hichem Mechichi, e o presidente

Kais Saïed declararam que movimento similar por parte da Tunísia estaria fora de cogitação.

Relações com os países do Golfo e a Turquia

No contexto de diversificação de suas parcerias internacionais após a revolução de 2011, a Tunísia tem estreitado seus laços com os países do Golfo e a Turquia, os quais têm constituído importantes fontes de investimentos. Com a Turquia, a Tunísia assinou, em 2004, acordo para o estabelecimento de uma zona de livre comércio. Diante da eclosão, em julho de 2017, da crise opondo Catar e o "quarteto" (Arábia Saudita, EAU, Egito e Bahrein), a Tunísia declarou posição de neutralidade, em linha com sua tradição de manter-se equidistante em conflitos e disputas regionais.

Aproximação com países em desenvolvimento

Para além do aprofundamento das relações com seus parceiros tradicionais, o país tem buscado ampliar seu leque de parcerias, com interesse especial pelos países emergentes, nomeadamente Brasil, China, Índia e Turquia, e pela África subsaariana. Objetivo declarado do governo de transição, a diversificação das relações internacionais da Tunísia continua a ser perseguida pelas atuais autoridades, como forma de forjar laços financeiros e comerciais com economias em rápida expansão. Além da diminuição de dependências externas, o movimento de aproximação a parceiros extrarregionais no mundo em desenvolvimento busca igualmente conquistar maior legitimidade para sua política externa. No que diz respeito à política externa para a África subsaariana, a diplomacia tunisiana tem defendido o fortalecimento dos mecanismos continentais de resolução de conflitos, a fim de garantir soluções africanas para problemas africanos.

RELAÇÕES BILATERAIS

No contexto da nova estratégia tunisiana de inserção internacional, a partir de 2011, marcada pela busca por diversificação de suas parcerias internacionais, registra-se movimento de renovação do relacionamento com o Brasil. A diversificação da pauta de cooperação, até 2011 praticamente inexistente, constitui uma das características mais marcantes do novo momento das relações. Temas que passaram a integrar a agenda bilateral incluem desenvolvimento social; agricultura; capacitação de empresas para exportação; turismo; cultura; defesa e educação. No campo econômico-comercial, setores como agricultura, agroindústria, indústria química e

farmacêutica, construção civil, transportes e turismo estão entre os mais promissores para negócios entre os dois países.

Histórico

O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia, em 1956. No mesmo ano, foi aberto consulado brasileiro em Túnis e, em 1961, foi criada embaixada residente. Desativada temporariamente em 1999, por razões orçamentárias, a missão diplomática brasileira foi reaberta em 2001, durante visita do secretário-geral do MRE a Túnis, ocasião em que teve lugar a I Sessão da Comissão Mista Brasil-Tunísia. A reabertura da embaixada brasileira deu início a movimento de reaproximação bilateral, consubstanciado na intensificação do fluxo de visitas de alto nível. Entre 2001 e 2010, vale destacar as visitas do então chanceler Celso Amorim a Túnis em três ocasiões (2005, 2008 e 2009), e dos então chanceleres tunisianos Habib Ben Yahia (2002) e Abdelwaheb Abdallah (2006) ao Brasil. Durante a visita do ministro Abdallah, teve lugar a II Comissão Mista Brasil-Tunísia.

Relações com a Tunísia pós-revolucionária

O Brasil buscou apoiar a Tunísia em seu processo de transição política (2011-2014). Já em março de 2011, o Brasil contribuiu com US\$ 224 mil ao ACNUR, com destinação à Tunísia, em razão do influxo de refugiados do conflito na Líbia. Visitas de alto nível desde então incluíram o então subsecretário-geral do Ministério das Relações Exteriores para Assuntos Políticos-III (maio de 2011), a primeira de um alto representante da América Latina à Tunísia pós-revolucionária, o então chanceler Antonio Patriota (abril de 2012) e o encontro bilateral em nível presidencial às margens da III Cúpula América do Sul-Países Árabes (Lima, outubro 2012). Pouco após a aprovação da Constituição tunisiana (janeiro de 2014), realizou-se reunião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia (Túnis, abril de 2014), voltada ao relançamento da cooperação bilateral. Dando seguimento político às iniciativas prospectadas em 2014, o então chanceler Mauro Vieira realizou visita a Túnis, em março de 2016. Em 2017, houve visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros tunisiano, Khemaïes Jhinaoui, concomitantemente à realização da III Comissão Mista Brasil-Tunísia. A visita a Túnis do então chanceler Aloysio Nunes, em julho de 2018, constitui o mais recente encontro bilateral de alto nível.

Nesse contexto de aproximação, Brasil e Tunísia têm buscado fortalecer o quadro jurídico de suas relações. Durante a visita do então chanceler Mauro Vieira, em 2016, foram assinados memorandos de entendimento para cooperação na área do desenvolvimento social e cidadania, bem como no campo do turismo. Em 2017, por

ocasião da visita do chanceler Jhinaoui, outros três atos foram assinados: i) Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (em tramitação na Câmara dos Deputados; aguarda parecer do relator na CREDN desde outubro de 2019); ii) Acordo-Quadro de Cooperação em Matéria de Juventude (em vigor); e Memorando de Entendimento para a Promoção das Relações Econômicas (em vigor).

Principais temas na pauta de cooperação

A cooperação técnica bilateral com a Tunísia está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica, vigente desde 2002. Desde o lançamento, em 2016, do primeiro projeto bilateral, no domínio do eucalipto, a Tunísia tem demonstrado interesse por ampliar e diversificar a cooperação com o Brasil. Entre as áreas de maior interesse estão o fortalecimento institucional da Agência Tunisiana de Cooperação Técnica (ATCT) e do Centro de Promoções das Exportações da Tunísia (CEPEX); promoção do artesanato; valorização socioeconômica da pesca e frutos do mar; transporte e logística e desenvolvimento social.

O projeto na área de cultivo do eucalipto, iniciado em 2016, reveste-se de caráter simbólico por se tratar do primeiro projeto de cooperação técnica desenvolvido entre os dois países e tem como objetivo contribuir para o êxito de programas de reflorestamento que estão sendo desenvolvidos pelo governo tunisiano com vistas a conter processos de desertificação. Devido ao avanço da pandemia de covid-19 em 2020, as atividades planejadas foram postergadas para 2021 e 2022.

A respeito do projeto “Fortalecimento das Capacidades Institucionais da Agência Tunisiana de Cooperação Técnica (ATCT)”, foi assinado, em julho de 2021, entre o diretor da ABC e o embaixador da Tunísia em Brasília, ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, que deverá possibilitar o início do projeto no segundo semestre de 2021.

Quanto à iniciativa com a CEPEX, houve missão conjunta ABC/APEX a Túnis em agosto de 2018, que resultou em proposta a ser executada para promover a exportação de produtos tunisianos de pequenas e médias empresas. Devido à pandemia e a questões internas da APEX, a ABC está em tratativas com essa instituição para estabelecer novas parcerias com outras entidades brasileiras de competência na área, a fim de dar seguimento a essa iniciativa.

O domínio do desenvolvimento social tem recebido atenção no âmbito da parceria Brasil-Tunísia, em virtude do interesse do governo tunisiano em modernizar os programas em benefício dos setores mais vulneráveis da população, concentrados no interior do país. Desde 2012, Brasil e Tunísia têm mantido iniciativas de troca de experiências (missões e seminários), as quais têm contribuído para o desenvolvimento,

na Tunísia, de programa de alimentação escolar e de sistema de identificação social ("cadastro único"), baseados nos modelos brasileiros. O IPEA também colaborou na revisão do projeto do Plano de Desenvolvimento Social e Econômico da Tunísia (2016-2020).

Com vistas a conferir visibilidade a essas iniciativas e catalisar novas ações, os dois países assinaram, em março de 2016, memorando de entendimento na área social. No contexto da III Comista Bilateral (2017), foi assinado acordo de cooperação em matéria de juventude, e avançaram as negociações de memorando de entendimento sobre trabalho, relações profissionais e previdência social. Em outubro de 2018, o governo tunisiano, juntamente a *Global Child Nutrition Foundation* e empresas multinacionais do ramo alimentício, realizou o *Global Child Nutrition Forum*, em Túnis. O evento possibilitou o aprofundamento do conhecimento de instituições tunisianas sobre experiências dos programas nacionais sustentáveis de alimentação escolar do governo brasileiro (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, coordenado pelo FNDE e implementado por entidades subnacionais brasileiras).

No campo da saúde, há histórico de cooperação entre o Hospital Sírio-Libanês e o Hospital La Marsa, na Tunísia, com vistas à capacitação de médicos tunisianos para o transplante de fígado entre pacientes vivos. Avalia-se que, como resultado, a Tunísia poderá vir a converter-se em referência regional nesse campo, no médio prazo.

No domínio do turismo, foi assinado, em março de 2016, memorando de entendimento para cooperação. Durante sua visita ao Brasil, em abril de 2017, o então chanceler Khemaïes Jhinaoui manteve encontro com o então ministro do Turismo, Marx Beltrão. Na ocasião, o ministro do Turismo brasileiro foi convidado a visitar a Tunísia, bem como foram propostas iniciativas de cooperação em áreas como qualificação profissional e promoção mútua de destinos. Durante a visita do então chanceler Aloysio Nunes a Túnis (julho de 2018), foi lançado plano de ação no âmbito do memorando de entendimento assinado em 2016, com vistas a dar início a iniciativas práticas nessa área.

No âmbito da educação, Acordo de Cooperação na Área da Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia com a Tunísia foi assinado em 2006 e encontra-se em vigor desde 2008. Apesar disso, não foi registrada nenhuma candidatura de estudantes tunisianos aos programas PEC-G e PEC-PG até o momento.

A cooperação no campo da defesa também passa por processo de adensamento. Por ocasião de visita do ministro da Defesa tunisiano para participação na LAAD, em abril de 2017, foi assinada declaração de intenções que selou o desejo de promover a troca de experiências e adotar ações conjuntas nos domínios de

operações militares, inclusive operações de paz no plano internacional, formação médico-militar, formação de atletas militares, indústrias de defesa e equipamentos de defesa. Em dezembro de 2017, o então ministro da Defesa, Raul Jungman, em escala técnica em Túnis, foi recebido pelo chefe do Estado Maior da Aeronáutica tunisiana. Na ocasião, o então ministro da Defesa reiterou o interesse na celebração de acordo de cooperação na área de defesa com a Tunísia.

Na área de inteligência, também há potencial de ampliação do diálogo e da cooperação entre Brasil e Tunísia, sobretudo em vista das posições convergentes quanto ao combate ao terrorismo e aos ilícitos internacionais.

Em 27/04/2017, foi firmado o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tunisiana de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. A Mensagem 469 ao Congresso foi enviada em 01/10/2019 e o texto do acordo foi publicado no Diário Oficial da União em 02/10/2019.

Promoção das relações econômico-comerciais

Há grande potencial para ampliação das relações econômico-comerciais com a Tunísia. A pandemia do novo coronavírus não teve impacto significativo na corrente de comércio bilateral. Em 2020, a corrente de comércio bilateral elevou-se a aproximadamente US\$ 277 milhões (variação de -0,6% em relação a 2019), com saldo positivo para o Brasil de cerca de US\$ 192 milhões (crescimento de 20,4% na comparação com o ano anterior). No período, destacaram-se na pauta de exportações brasileiras a soja, mesmo triturada (36% das exportações), e açúcares e melaços (34%). Já as exportações da Tunísia para o Brasil tiveram maior peso em setores como adubos ou fertilizantes químicos (32%) e sais e peróxossais, de ácidos inorgânicos e metais (20%).

Em anos mais recentes, Brasil e Tunísia intensificaram a troca de missões empresariais, com vistas a promover a dimensão econômico-comercial da parceria. Em março de 2016, em paralelo à visita do então ministro Mauro Vieira à Túnis, foi organizado "Seminário Empresarial Brasil-Tunísia". Durante a visita do chanceler Khemaïes Jhinaoui, em abril de 2017, também foi realizado o "Fórum Econômico sobre Oportunidades de Negócios entre o Brasil e a Tunísia", em São Paulo. Em abril de 2018, a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira promoveu o evento "Foro Econômico Brasil-Países Árabes", em São Paulo, que contou com a presença da Tunísia, bem como organizou missão de empresas brasileiras a Túnis. Em julho de 2018, por ocasião da visita do então ministro Aloysio Nunes, foi realizada a 8ª sessão do Conselho Empresarial Brasil-Tunísia.

A perspectiva de assinatura do **Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Tunísia** deverá ter grande impacto sobre o comércio bilateral. Estudo técnico elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento aponta que, no caso do Brasil, a conclusão do acordo deverá proporcionar vantagens às exportações brasileiras de bens agrícolas (milho, trigo, soja, óleo de soja, açúcar, café e fumo), pelo grau elevado de sua competitividade e pela elevada média tarifária praticada pela Tunísia em relação a produtos exportados pelo Brasil (em torno de 25%). Estudo realizado pela CNI, realizado em 2016, identificou 29 produtos com presença brasileira relevante no mercado tunisiano. Desses, 15 são sujeitos a tarifas e seriam beneficiados com a assinatura do ALC, com destaque para carnes e trigo, cujas alíquotas atingiam o percentual de 36%. O estudo também identificou outros 194 produtos com potencial de venda no mercado tunisiano, dentre os quais 187 correspondem a produtos industriais, com concentração nos setores de veículos automotores, produtos químicos e máquinas e equipamentos.

O Acordo-Quadro MERCOSUL-Tunísia sobre Comércio e Cooperação Econômica foi assinado em dezembro de 2014. A primeira reunião de seguimento do Acordo-Quadro teve lugar em Túnis em maio de 2015, ocasião em que as partes manifestaram interesse em um acordo de livre comércio (ALC). Em julho de 2016, o MERCOSUL encaminhou às autoridades tunisianas proposta de texto-base do ALC para as negociações, semelhante àquela proposto pelo MERCOSUL ao Líbano. Na I rodada de negociações, realizada em novembro de 2017, em Brasília, as partes confirmaram o interesse recíproco em negociar acordo com ampla cobertura para os produtos de ambos os lados, sem exclusões a priori. A Tunísia tem demonstrado interesse no agendamento da II rodada de negociações.

Com respeito aos investimentos bilaterais, as negociações de **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)**, bem como o contexto de reformas econômicas na Tunísia, em que o governo local tem buscado atrair capitais estrangeiros, geram oportunidades de negócios para o Brasil, sobretudo nas áreas de construção civil, transportes e energia e no setor farmacêutico.

Cronologia das relações bilaterais

1956 – Brasil reconhece a independência da Tunísia e são estabelecidas relações diplomáticas.

1961 – Instalação da Embaixada do Brasil em Túnis.

1968- Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Bourguiba Junior; assinatura de acordos nas áreas de cultura e migração.

1990- Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Boularès; assinatura dos acordos de comércio e de estabelecimento da Comissão Mista de Cooperação.

1999 – Desativação temporária da Embaixada em Túnis por motivos orçamentários.

2001 – Reabertura da Embaixada do Brasil em Túnis.

2001 – Visita à Tunísia do então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa; assinatura de acordo de isenção parcial de vistos e do protocolo de criação do mecanismo de consultas políticas.

2001 – Realização da I Comissão Mista Bilateral, na Tunísia.

2002 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Bem Yahia; assinatura dos acordos de cooperação técnica e de cooperação entre academias diplomáticas.

2005 – Visita à Tunísia do então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim

2006- Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Abdelwaheb Abdallah; assinatura do acordo de cooperação na área de educação superior.

2006 – Realização da II Comissão Mista Bilateral, no Brasil.

2008 – Visita à Tunísia do então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

2008 – I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Tunísia, em Túnis.

2009 – Visita à Tunísia do então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

2012 – Visita à Tunísia do então Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota

2014 – II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Tunísia, em Túnis.

2016 – Visita do então Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, à Tunísia; assinatura de memorandos de entendimento das áreas do turismo e do desenvolvimento social.

2017 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Khemaïes Jhinaoui; assinatura dos acordos de ciência, tecnologia e inovação, do acordo-quadro em matéria de juventude e do memorando de entendimento para a promoção das relações econômicas.

2017- Realização da III Comissão Mista Bilateral, no Brasil.

2018 – III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Tunísia, em Túnis.

2018 – Visita do então Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Tunísia.

2021- IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Tunísia, por videoconferência.

4

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL EVALDO FREIRE**

CPF: 362.977.987-53

ID.: 9062 MRE

1954 Filho de Francisco Antônio Freire e Teresinha de Jesus Matta Freire, nasce em 19 de agosto, em Teresina/PI

Dados Acadêmicos:

1976 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 1978 Especialização em Direito Marítimo, Fundação de Estudos do Mar, Rio de Janeiro, RJ
 1979 Especialização em Transporte Marítimo, Fundação de Estudos do Mar, Rio de Janeiro, RJ
 1980 Pós-Graduação em Matemática Financeira Aplicada, Fundação Getúlio Vargas, RJ
 1981 Pós-Graduação em Economia Brasileira Contemporânea, Associação Brasileira de Imprensa, RJ
 1985 CPCD – IRBr
 1994 CAD – IRBr
 1995 Mestrado em Política Internacional, Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica
 2011 CAE: O Secom de São Francisco e a Economia Verde do Vale do Silício: Perspectivas de uma Nova Promoção Comercial do Brasil

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
 1992 Segundo-secretário
 2002 Primeiro-secretário
 2007 Conselheiro
 2011 Ministro de segunda classe
 2014 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

1986-89 Divisão de Informação Comercial, assessor
 1989-90 Secretaria Especial de Imprensa, assessor
 1990-91 Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, assessor do Secretário Nacional de Economia
 1991-92 Divisão de Política Financeira, assessor
 1992-95 Missão junto à CEE, Bruxelas, terceiro-secretário e segundo-secretário
 1995-99 Embaixada em Tóquio, segundo-secretário
 1999-2001 Divisão de Informação Comercial, assessor
 2001-04 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assessor
 2002-03 Embaixada em Abu Dhabi em missão transitória
 2004-07 Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunto
 2007-11 Consulado-Geral em São Francisco, cônsul-adjunto
 2011-13 Comitê Nacional da Rio+20, diretor
 2013-14 Embaixada em Bissau em missão transitória
 2014 Departamento do Serviço Exterior
 2014-15 Subsecretaria-Geral Política III
 2015- Embaixador do Brasil em Malabo, Guiné Equatorial

Publicações:

"Ciência, Tecnologia e Inovação na Região da Baía de São Francisco", Coleção de Artigos de Chefes dos Setores de Ciência e Tecnologia do Itamaraty, editada pela Fundação Alexandre de Gusmão

Condecorações:

2018 Ordem de Rio Branco, Grau de Grã-Cruz

FERNANDO PERDIGÃO

Chefe de Divisão de Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 699

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **EVALDO FREIRE**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **EVALDO FREIRE** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.

EM nº 00282/2021 MRE

Brasília, 7 de Dezembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **EVALDO FREIRE**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **EVALDO FREIRE** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 1041/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **EVALDO FREIRE**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 17/12/2021, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3078810** e o código CRC **CCC1B7C5** no site:



https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

53

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009715/2021-51

SEI nº 3078810

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

MAURITÂNIA



OSTENSIVO
Dezembro de 2021

SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	5
Reunião de consultas políticas	5
Cooperação técnica	5
Cooperação em Defesa	6
Comércio Bilateral	6
Investimentos	7
Promoção Comercial	7
Assuntos consulares	8
POLÍTICA INTERNA	9
Instituições políticas	10
Indicadores demográficos e sociais	10
POLÍTICA EXTERNA	12
Sahel e terrorismo	12
África Ocidental	13
Mundo árabe	13
Parceiros extracontinentais	13
ECONOMIA	15
Petróleo e gás natural	15
MAPA	17
DADOS BÁSICOS E COMÉRCIO BILATERAL	18

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Mohamed Ould Ghazouani



Nasceu em 31 de dezembro de 1956, na cidade de Boumdeid, Mauritânia. Coursou a *Academie Royale Militaire de Meknès*, no Marrocos, e obteve um mestrado em administração e ciências militares. Seguiu carreira militar na Mauritânia e foi ajudante de ordens do presidente Ould Taya, de 1987 a 1991. Foi nomeado ministro da Defesa em 2018, pelo presidente Mohamed Ould Abdel Aziz. Elegeu-se presidente em junho de 2019.

Primeiro-ministro Mohamed Ould Bilal



Nasceu em 10 de dezembro de 1963, em Rosso, Mauritânia. Formou-se em engenharia hidráulica e tem mestrado em ciência da administração. Foi assessor especial do primeiro-ministro de 2019 a 2020. Foi nomeado primeiro-ministro em 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência da Mauritânia em 28 de novembro de 1960, e as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1961. Até a década de 1990, o relacionamento bilateral apresentou baixa densidade, mas, a partir do início da década de 2000, verificou-se incremento das iniciativas bilaterais, a exemplo de autoridades de alto nível, da abertura recíproca de embaixadas residentes em 2007, da assinatura de acordos e do aumento das trocas comerciais. Em 2008, o governo mauritano inaugurou sua representação permanente em Brasília, e, em 2010, foi aberta a embaixada do Brasil em Nouakchott.

A abertura de embaixadas e a troca de visitas de alto nível contribuíram para o adensamento das relações bilaterais e, em especial, para a assinatura de importantes acordos bilaterais. Em fevereiro de 2012, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica. Em abril do mesmo ano, durante visita do então ministro das Relações Exteriores a Nouakchott, foi firmado Memorando de Entendimento para a Criação de Comissão Mista. E em dezembro, por ocasião de visita do então chanceler mauritano ao Brasil, assinou-se Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas.

Reunião de consultas políticas

Foi realizada, em abril de 2018, a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mauritânia, em Nouakchott, com a participação de delegação chefiada pelo Subsecretário para África e Oriente Médio à época. Na pauta do encontro, abordaram-se a cooperação técnica e a cooperação em defesa, especialmente no que diz respeito ao uso pelas forças armadas mauritanas de aeronaves da Embraer e de sistemas de vigilância brasileiros.

Cooperação técnica

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Mauritânia foi celebrado em Brasília em 17 de fevereiro de 2012 e promulgado em 6 de junho de 2017. Mesmo antes

de sua entrada em vigor, projetos de cooperação técnica haviam sido negociados, embora não se tenha podido executá-los. Também se realizaram atividades isoladas, como cursos e treinamentos específicos.

Em outubro de 2011, enviou-se à Mauritânia missão de prospecção de projetos nas áreas de educação rural e de pesca e aquicultura, da qual participaram técnicos do Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e do então Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Na sequência da missão, foram elaborados dois projetos de cooperação técnica. Contudo, em razão de restrições orçamentárias posteriores, os projetos não chegaram a ser implementados.

Cooperação em Defesa

A cooperação em matéria de defesa é, atualmente, o campo mais dinâmico das relações bilaterais. O governo da Mauritânia negociou e assinou contratos de compra e manutenção de aeronaves Super Tucano A-29 (Embraer, 2012 e 2015), de compra de Sistema de Vigilância de Fronteiras, Equipamento de Tráfego Aéreo e Sistema de Controle Aéreo - C3I (Atech, 2015), de uso de Sistema de Aquisição e Manutenção de Radares fixos e móveis (empresa Badar), de Programa de Sensoriamento Remoto por Satélite (empresa Vision). Ademais, a empresa Avibrás vinha suprindo o país com mísseis para utilização pelos aviões SuperTucano. Foram iniciadas negociações para a assinatura do Acordo-Quadro sobre Cooperação em matéria de Defesa.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral conheceu trajetória ascendente entre 2001 e 2012, quando a corrente de comércio atingiu seu recorde histórico, US\$ 198 milhões. O superávit comercial brasileiro está baseado, tradicionalmente, nas exportações de açúcar refinado, trigo, aparelhos elétricos e carne de frango, ao passo que as importações brasileiras são pouco significativas. Desde 2014, a média anual do volume das exportações brasileiras tem sido de pouco mais de US\$ 100 milhões. Em 2019, a Embraer realizou venda de duas aeronaves modelo E-175 para uso da Mauritania Airlines, em contrato de valor aproximado de US\$ 93,8 milhões. Em 2020, a corrente de comércio manteve-se estável,

com destaque para produtos do agronegócio (açúcar refinado e carne de frango congelada).

Investimentos

A Mauritânia tem potencial para atrair investimentos brasileiros nos setores de bioenergia, pesca e logística portuária. Em visita ao Brasil, em 2012, o chanceler da Mauritânia apresentou ao setor privado brasileiro oportunidades de investimento nas áreas de agricultura e energia, em especial em projeto de desenvolvimento no setor de açúcar e biocombustíveis, bem como oportunidades no setor de pesca e aquicultura.

Em 2017, houve tratativas para a implementação de usina de processamento de açúcar acoplada a projeto de cultivo de cana-de-açúcar. Nesse sentido, o governo da Mauritânia busca tornar-se autossuficiente na produção de açúcar.

O diretor-geral do Porto de Nouakchott, em dezembro de 2017, manifestou interesse em estabelecer contato com autoridades portuárias brasileiras e com empresas especializadas na venda de equipamentos e de serviços de dragagem marítima, para modernizar e ampliar a capacidade dos portos de Nouakchott e de Nouadhibou, bem como receber navios de maior calado.

A Embraer regularmente tem designado técnicos para auxílio na manutenção de aviões vendidos para a Mauritania Airlines, além de treinamento de pessoal local. A Atech Negócios em Tecnologias, do grupo Embraer, possui contrato com o Estado mauritano para desenvolvimento e implantação de sistemas de radares e controle do espaço aéreo, além de fornecer treinamento para pessoal local.

Promoção Comercial

A Embaixada tem mantido diálogo frequente com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Mauritânia, com vistas à identificação de oportunidades de negócios e à facilitação do contato entre empresários dos dois países. Em duas ocasiões, a Embaixada organizou visita de trabalho de representantes da CCAB a esta capital.

Em abril de 2018, delegação da CCAB composta de representantes comerciais dos setores de carne, café e cosméticos reuniu-se na “Chambre de Commerce, d’Industrie et d’Agriculture de Mauritanie” (CCIAM) com empresários locais de diversos setores. Na

ocasião, a Embaixada facilitou também encontros individuais entre os referidos representantes brasileiros e importadores mauritanos, além de organizar visitas às áreas comerciais da cidade. Em janeiro de 2020, missão da CCAB teve por objetivo principal divulgar o 4º Fórum Econômico Brasil-Países Árabes, que ocorreria em São Paulo naquele ano. Durante a visita, representantes da CCAB se reuniram com o presidente da CCIAM e com o diretor da “Agence Mauritanienne d'Information” (AMI).

As dificuldades na ampliação do comércio residem na falta de ligação marítima e aérea diretas entre os dois países. A embaixada deu apoio a projeto de investidores particulares no Brasil que ambicionavam implantar ligação aérea direta de cargas entre os dois países, o que, no entanto, não foi possível concretizar até o momento.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na jurisdição da embaixada não ultrapassa dez pessoas. O posto concede regularmente vistos a empresários mauritanos de pequeno porte.

POLÍTICA INTERNA

A Mauritânia tornou-se independente em 1960, depois de seis décadas de domínio colonial francês. Desde então, sua política interna tem sido marcada por instabilidade e, mais recentemente, por processo de democratização.

À frente do movimento de independência, Mokhtar Ould Daddah instalou um regime de partido único, o Partido do Povo Mauritano (PPM). Certa abertura política foi observada a partir de meados da década de 1980, quando eleições municipais passaram a ser realizadas. No início da década seguinte, o processo de abertura foi intensificado com a aprovação de nova Constituição e a legalização dos partidos políticos. Em 2005, o coronel Ely Ould Mohamed Vall assumiu o governo e passou a presidir o Conselho Militar, responsável pela transição política que resultou na organização, em março de 2007, das primeiras eleições presidenciais consideradas livres e justas pela comunidade internacional. No entanto, essa transição não impediu o retorno de mais uma crise política, que culminou com a derrubada do governo em 2008. Em resposta a essa ruptura, a União Africana (UA) suspendeu a Mauritânia da organização, e a União Europeia (UE) interrompeu todos os projetos de cooperação com o país. Eleições realizadas em 2009 – vencidas por Mohamed Ould Abdel Aziz – permitiram que o país retornasse à normalidade institucional.

O governo Abdel Aziz destacou-se no campo da segurança e da luta contra o terrorismo. O mandatário, tendo como braço direito o atual presidente, soube levar a bom termo reforma das Forças Armadas e de Segurança, criando tropas de elite e dotando a Mauritânia de estrutura bélica para reprimir os grupos terroristas islâmicos que atuavam no país. Ademais, seu legado ademais consistiu em importantes obras de infraestrutura, como o aeroporto internacional de Nouakchott, o centro de convenções, a ampliação expressiva da rede viária do país e a implantação do registro civil biométrico.

Mohamed Ghazouani foi eleito sucessor de Abdel Aziz em junho de 2019. Desde sua investidura, o chefe de Estado mauritano anunciou ambicioso programa de governo e procurou dialogar com a oposição. Há avanços no que tange à governança, notadamente na área econômica, mas a retomada do crescimento econômico acabou prejudicada pela crise sanitária causada pela COVID-19. O sistema de saúde pública teve dificuldades para absorver o impacto da pandemia, especialmente na terceira onda.

Entre os muitos desafios que permanecem, cabe destacar a vulnerabilidade social dos haratines (classe social descendente de escravos) e dos negros-africanos. O governo vem buscando enfrentar os problemas sociais, mas o combate ao terrorismo tem exigido grandes investimentos.

Instituições políticas

A Mauritânia é uma república semipresidencialista. À semelhança do que ocorre em outros países africanos de colonização francesa, a presidência tem papel proeminente, embora o primeiro ministro (indicado pelo presidente) também tenha destaque. O país é um Estado unitário, dividido em 13 regiões, 56 departamentos e 208 comunas.

O parlamento é unicameral. A Assembleia Nacional (*Assemblée Nationale*) é formada por 147 deputados, eleitos para mandatos de cinco anos, por meio do voto direto. O partido União para a República (UPR) é a principal agremiação da maioria presidencial. O Tawassoul, oposicionista, é partido de ideologia islâmica. O principal agrupamento de partidos de oposição é o Fórum Nacional pela Democracia e Unidade (FNDU). A Constituição em vigor data de 1991 e é influenciada pela xaria (lei islâmica).

Indicadores demográficos e sociais

Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, o IDH do país é de 0,546, o que o coloca na 157^a posição dentre 188 países avaliados. A expectativa de vida é de 64,9 anos, e o índice de alfabetização, de 53,5%. Apenas 40% da população tem acesso a saneamento básico, sendo que na região rural a cifra cai para 13%. Cerca de 28% da população tem acesso a energia elétrica, mas nas regiões rurais essa cifra é de apenas 2%. Aproximadamente 18% dos mauritanos têm acesso à internet.

A população mauritana, estimada em 4,2 milhões de habitantes, concentra-se principalmente no sudoeste do país, em torno da capital, Nuakchott (onde vive metade da população), e em alguns aglomerados populacionais médios ao Sul (fronteira com o Mali e o Senegal). É um país marcadamente jovem, com idade média de 20,5 anos e pouco mais de 8% da população acima dos 55 anos.

Há uma histórica rivalidade entre os mauritanos de origem árabe e os de origem negra. Conflitos étnicos em 1989 resultaram na expulsão ou fuga de milhares de cidadãos negros do país, que buscaram refúgio no Senegal. O governo tenta superar o passivo humanitário que remonta àquela época e, nos últimos anos, deu início, entre outras medidas, ao processo de pagamento de indenizações aos parentes das vítimas do conflito. Quase a totalidade dos mauritanos professa a fé islâmica.

POLÍTICA EXTERNA

Em razão da heterogeneidade étnica de sua população – dividida entre os descendentes de povos nômades e seminômades árabes e berberes e os de pastores do sul – a Mauritânia conduz, desde os anos 1970, sua política externa regional buscando equilibrar-se entre suas origens árabes e africanas. O combate ao terrorismo é eixo central da inserção internacional do país.

No plano regional, a atual gestão realizou esforço de concertação com países vizinhos, como o Senegal e o Reino do Marrocos. Desde a retirada da Mauritânia do território do Saara Ocidental, o país reivindica política de neutralidade positiva. Oficialmente, reconhece a “República Árabe Saaraui Democrática” desde 1984. No âmbito multilateral, a Mauritânia tem buscado maior protagonismo com o lançamento de algumas candidaturas em organismos internacionais.

Sahel e terrorismo

A Mauritânia tem sido negativamente afetada pela crescente insegurança no Sahel, em especial pelos reflexos da ação de grupos terroristas no Mali e em outros países. A fim de enfrentar esses desafios de segurança, a Mauritânia patrocinou a criação, em fevereiro de 2014, do G5-Sahel, grupo de coordenação que inclui também Mali, Burkina Faso, Níger e Chade. O país abriga também a sede da Força Conjunta G5-Sahel, em Nouakchott. O G5-Sahel tem como objetivo reforçar a cooperação na luta contra o terrorismo, o crime organizado transfronteiriço e a imigração ilegal. Recentemente, a organização ampliou o escopo de sua atuação, abarcando metas nas áreas de desenvolvimento e infraestrutura.

Além disso, o país, apoiado por EUA e França, já fez incursões antiterroristas no território do Mali, com a autorização maliana. A luta contra o terrorismo tem sido também um fator de aproximação com a Argélia. A Mauritânia tem desempenhado papel importante no que diz respeito aos refugiados do conflito no Mali, pois adotou política de "portas abertas", a qual já permitiu que milhares de malianos entrassem em seu território.

África Ocidental

Com o restante da África Ocidental, a Mauritânia também tem buscado fortalecer suas relações. Tendo sido um dos fundadores da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o país decidiu deixar a organização em 2002. À época, o governo mauritano justificou essa decisão por sua incapacidade de aderir a uma moeda única (até hoje não implementada) e de extinguir as barreiras alfandegárias entre os membros da CEDEAO. Houve, em agosto de 2017, a assinatura de um acordo de associação entre a Mauritânia e a CEDEAO, com ênfase no livre comércio e em esforço de aproximação.

Mundo árabe

Desde 1973, o país é membro da Liga Árabe. Contudo, nem sempre partilha das posições comuns dos demais membros da organização. Em 1999, por exemplo, o país sofreu pressões da Liga por ter decidido estabelecer relações diplomáticas com Israel. Dez anos depois, em janeiro de 2009, o então presidente determinou o rompimento unilateral das relações diplomáticas, por ocasião da operação militar israelense então em curso em Gaza. A Mauritânia presidiu a Liga dos Estados Árabes após ter sediado, pela primeira vez, uma cúpula da organização, em julho de 2016.

Parceiros extracontinentais

França

Mauritânia e França mantêm estreitos laços econômicos e de cooperação. Paris tem apoiado continuamente os esforços de Nouakchott para resguardar as fronteiras mauritanas, além de cooperar também com a Força Conjunta G5-Sahel. O governo mauritano, por sua vez, apoiou a intervenção militar francesa no Sahel (operações Serval e Barhane). A cooperação bilateral envolve, igualmente, transferência de tecnologia de vigilância fronteiriça e equipamentos de escuta, ademais de assistência em matéria de formação técnica. O presidente Emmanuel Macron fez duas visitas oficiais a Nouakchott (2018 e 2020) e foi o primeiro chefe de estado francês a visitar o país desde 1997.

Estados Unidos

Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência mauritana, em 1960, quando se estabeleceram relações diplomáticas. Nos anos 1990, as relações sofreram abalo por conta da Guerra do Iraque e das recorrentes acusações relacionadas às violações de direitos humanos contra a Mauritânia. Atualmente, a questão do combate ao terrorismo na Mauritânia e no Sahel domina a agenda bilateral, tendo os Estados Unidos investido no treinamento militar mauritano e apoiado financeira e logisticamente as tropas da Força Conjunta G5-Sahel.

Espanha

Com a Espanha, a Mauritânia mantém diversos programas de cooperação bilateral, bem como diálogo profícuo na área da imigração. Ações conjuntas praticamente eliminaram o desembarque de africanos nas ilhas Canárias.

Rússia

O relacionamento mauritano com a Rússia concentra-se, tradicionalmente, na cooperação nas áreas de pesca e educacional. A antiga União Soviética desempenhou papel importante como centro de formação universitária para jovens mauritanos.

China

A presença da China no país é crescente. Ao longo dos últimos 40 anos, empresas chinesas têm participado ativamente da construção da infraestrutura mauritana. Ao amparo de créditos subsidiados ou de generosas doações, empresas chinesas construíram, recentemente, obras de grande visibilidade em Nouakchott, como a sede do Governo, o porto e o novo prédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Há também grande presença de capital chinês no setor da pesca. Pequim tem oferecido bolsas de estudos para estudantes mauritanos na China e patrocinado o envio de professores de chinês e equipes médicas chinesas para a Mauritânia.

ECONOMIA

País pobre, mesmo para o contexto africano, a Mauritânia tem como principal atividade econômica a mineração, responsável por boa parte das receitas governamentais e por quase 60% das exportações. O principal desafio do país é o de diversificar sua estrutura produtiva, o que lhe permitirá ser menos dependente dos ciclos de preços das *commodities* no cenário global. O PIB da Mauritânia, que vinha de um crescimento de 5,8% em 2019, contraiu-se 1,8% em 2020, resultado um pouco melhor do que o dos países vizinhos, em razão do bom desempenho da indústria extrativa (ferro, ouro e pesca).

Os empréstimos do FMI mais a ajuda internacional de diversas origens limitaram os efeitos danosos da pandemia sobre a economia, mantendo o déficit de conta corrente em 11% do PIB em 2020. As perspectivas econômicas para os próximos anos permanecem incertas e, em grande medida, dependentes da volatilidade dos mercados globais de *commodities*, com riscos consideráveis de baixa em caso de novas ondas de contaminação por COVID-19.

Petróleo e gás natural

A descoberta de petróleo em 2001 trouxe a expectativa de que o país pudesse acelerar seu crescimento econômico. De fato, em 2006, quando a produção foi iniciada, o PIB mauritano cresceu quase 12%. Problemas técnicos para extração do óleo, no entanto, resultaram em uma produção decrescente.

Mais recentemente, foram descobertas imensas jazidas de gás nas águas territoriais da Mauritânia. O adiamento do início da produção de gás e petróleo na bacia da fronteira marítima Tortue Ahmeyin, de gestão binacional, para 2023 também contribuiu para baixar as expectativas do ingresso próximo de recursos externos significativos que turbinem o crescimento econômico a médio prazo. A recuperação da economia, segundo estudos do Banco Mundial e do FMI, deve começar a ocorrer apenas em 2022, desde que a pandemia seja razoavelmente contida em 2021. Nesse cenário, os setores não diretamente ligados à indústria extrativa poderiam crescer em torno de 4% a partir de 2023 devido principalmente ao setor de serviços e ao investimento público. Segundo estimativas do FMI, a situação das finanças públicas

poderá equilibrar-se gradualmente, a partir de 2022, após a retomada das atividades econômicas e da eventual redução das medidas de emergência.

A recente criação de fundo estatal contra a pobreza (TAAZOUR) demonstra que a preocupação social do governo tem se traduzido em ações concretas. O governo comprometeu-se com a ambiciosa meta de tornar o país autossuficiente no plano alimentar até 2024. Para atingir esse objetivo, a pasta do Agricultura foi separada da Pecuária e pôs-se em execução amplo projeto que visa estimular investimentos nacionais e estrangeiros para o cultivo intensivo das terras aráveis ao longo do rio Senegal, no sul do país.

MAPA

DADOS BÁSICOS E COMÉRCIO BILATERAL

NOME OFICIAL:	República Islâmica da Mauritânia
GENTÍLICO:	Mauritana (o)
CAPITAL:	Nouakchott
ÁREA:	1.030.700 km ²
POPULAÇÃO (BM, 2019):	4,15 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (99,1%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral: Assembleia Nacional com 147 membros (Senado foi abolido em agosto de 2017)
CHEFE DE ESTADO:	Mohamed Ould Ghazouani (desde 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Mohamed Ould Bilal Messoud
CHANCELER:	Ismail Ould Cheikh Ahmed
PIB NOMINAL (FMI, 2020):	US\$ 8,11 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020):	US\$ 25,07 bilhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (FMI, 2020):	US\$ 1,96 mil
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (BM, 2019):	US\$ 6,04 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	-1,8% (2020), 5,8% (2019), 4,5% (2018), 6,3% (2017); 1,3% (2016); 5,4% (2015)
IDH (ONU, 2021)	0,556 (157 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (ONU, 2020):	64,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2020)	53,5%

DESEMPREGO (ONU, 2020):	9.5%
UNIDADE MONETÁRIA:	Ouguiya
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Abdoulaye Idrissa Wagne (2016)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	9

**INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte:
MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

Brasil – Mauritânia	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (janeiro-outubro)
Intercâmbio	106.232	141.767	120.354	102.339	44.213	112.551	98.154	46.678
Exportações	106.095	141.696	119.897	101.987	44.212	112.549	98.154	46.678
Importações	138	71	457	352	1	2	0	0
Saldo	105.957	141.625	119.440	101.635	44.211	112.547	98.154	46.678

RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 3, de 2022 (MSG nº 699/2021), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.*

Relatora: Senadora **ELIANE NOGUEIRA**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Dessa forma e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor Evaldo Freire, filho de Francisco Antônio Freire e Teresinha de Jesus Matta Freire, nasceu em 19 de agosto de 1954, na cidade de Teresina, Piauí.

Em 1976, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ. É mestre em Política



Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica (1995). No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1985), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1994) e o Curso de Altos Estudos (2011), tendo defendido a tese com o seguinte título: “O Secom de São Francisco e a Economia Verde do Vale do Silício: Perspectivas de uma Nova Promoção Comercial do Brasil”.

O indicado foi nomeado Terceiro-Secretário em 1986 e Segundo-Secretário em 1992. Chegou a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2007; a Ministro de Segunda Classe em 2011; e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2014.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Cônsul-Adjunto nos Consulados-Gerais em Nova York (2004-07) e São Francisco (2007-11); Diretor do Comitê Nacional da Rio+20 (2011/13); missão transitória na Embaixada em Bissau (2013/14); e, desde 2015, Embaixador do Brasil em Malabo, Guiné Equatorial.

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Islâmica da Mauritânia. Constan informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Segundo documento informativo anexado pelo Itamaraty, a Mauritânia conta com população de 4,15 milhões de habitantes (dados de 2019) e Produto Interno Bruto (PIB) nominal da ordem de US\$ 8.11 bilhões (dados de 2020), sendo uma República semipresidencialista. Praticamente 100% de sua população pratica a religião muçulmana.

O Brasil reconheceu sua independência em 1960 e estabeleceu relações diplomáticas com o país em 1961. Em 2008, o governo mauritano inaugurou representação diplomática permanente em Brasília. Em 2010, foi aberta a embaixada do Brasil em Nouakchott. A abertura das respectivas missões contribuiu para maior aproximação bilateral.

Em 2012, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica, que restou promulgado em 2017. No momento presente, a cooperação em matéria de defesa é a área mais dinâmica do relacionamento entre os dois países. Nesse sentido, o governo mauritano celebrou contratos de compra e manutenção de aeronaves Super Tucanos A-29 (Embraer, 2012 e 2015); de



compra de sistema de vigilância de fronteiras, equipamento de tráfego e sistema de controle aéreo (2015); e de uso de sistemas de aquisição e manutenção de radares fixos e móveis. Some-se a esse quadro, a venda pela empresa Avibrás de mísseis para utilização pelas aeronaves referidas.

No tocante às relações econômicas, o fluxo de comércio bilateral experimentou trajetória ascendente entre 2001 e 2012. O superávit comercial brasileiro está lastreado sobretudo em produtos do agronegócio (açúcar refinado e carne de frango congelada). Desde 2014, a média anual do volume das exportações brasileiras é de pouco mais de US\$ 100 milhões. Registre-se, ainda, a venda pela Embraer, em 2019, de duas aeronaves modelo E-175 para uso da *Mauritania Airlines*. Já nossas importações são inexpressivas.

Por fim, observo que a comunidade brasileira residente na Maurîtânia é estimada em 10 pessoas.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



5

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL LEONARDO CARVALHO MONTEIRO**

CPF.: 011.082.588-83

ID.: 4415150 SSP-SP

1958 Filho de Ivan Carvalho Monteiro e Zenaide Carvalho Monteiro, nasce em 22 de junho, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1979 Letras pela Universidade Mackenzie/SP

1982 CPCD - IRBr

1991 CAD - IRBr

2013 CAE - IRBr

Cargos:

1983 Terceiro-secretário

1987 Segundo-secretário

1997 Primeiro-secretário

2006 Conselheiro, por merecimento

2015 Ministro de segunda classe

2018 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

1983-86 Inspeção-Geral de Finanças, assistente

1986-88 Embaixada em Copenhague, terceiro-secretário e segundo-secretário

1988-91 Consulado-Geral em Ciudad del Este, cônsul-adjunto

1991-94 Consulado-Geral em Genebra, cônsul-adjunto

1994-97 Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros, assessor e subchefe

1997-2000 Consulado-Geral em Barcelona, cônsul-adjunto

2000-03 Embaixada em Wellington, primeiro-secretário

2003-05 Embaixada em Varsóvia, primeiro-secretário

2005-06 Divisão do Pessoal, subchefe

2006-07 Departamento do Serviço Exterior, assessor

2006-07 Embaixada em Islamabad, encarregado de negócios em missão transitória

2007-10 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, assessor

2010-14 Consulado-Geral em Paris, cônsul-geral adjunto

2014- Embaixada em Jacarta, conselheiro, ministro-conselheiro e encarregado de negócios a.i.

2016- Embaixada em Nouakchott, ministro de segunda classe, embaixador comissionado

Condecorações:

2015 Ordem de Rio Branco no grau de Comendador

2015 Medalha Mérito Santos Dumont

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 44

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de fevereiro de 2022.

EM nº 00016/2022 MRE

Brasília, 28 de Janeiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **EVALDO FREIRE**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 49/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



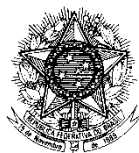
Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 11/02/2022, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3181685** e o código CRC **26EA5C41** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

GUINÉ EQUATORIAL



OSTENSIVO
Jan 2022

SUMÁRIO

PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	4
POLÍTICA INTERNA	6
POLÍTICA EXTERNA	8
ECONOMIA	11
MAPA	12
DADOS BÁSICOS.....	13
DADOS COMERCIAIS E ECONÔMICOS.....	14

PERFIS BIOGRÁFICOS



Presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo. Nasceu em 5 de junho de 1942, na cidade de Acocán, na porção continental da Guiné Equatorial. Ingressou na Guarda Territorial ainda no período colonial, tornando-se tenente da Guarda Nacional em 1969, após a independência. Foi Diretor-Geral de Planejamento do Ministério da Defesa, Secretário-Geral do Ministério das Forças Armadas Populares, Vice-Ministro das Forças Armadas, Governador da Ilha de Bioko e Chefe da Guarda Nacional. Formou-se em direito na Universidade Nacional de Educação à Distância da Espanha. Chegou ao poder em 1979.



Simeón Oyono Esono Angue, Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação Internacional. Nasceu em 18 de fevereiro de 1967, em Mibang, na porção continental da Guiné Equatorial. Kursou contabilidade e finanças na Universidade de Pinar del Río e economia na Universidade de Batalla, em Cuba. Foi professor da Faculdade de Economia da Universidade Nacional da Guiné Equatorial. Como diplomata, foi Secretário-Geral do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação, Embaixador na Etiópia e junto à União Africana (UA) e ocupou os postos de Presidente do Conselho de Paz e Segurança da UA e

do Comitê de Representantes Permanentes da UA sobre Refugiados, Retornados e Deslocados Internos na África. É Ministro de Assuntos Exteriores desde fevereiro de 2018.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Guiné Equatorial estabeleceram relações diplomáticas em 26 de maio de 1974. A Embaixada da Guiné Equatorial em Brasília foi aberta em 2005, e a Embaixada do Brasil em Malabo, em 2006.

Nos últimos anos, a realização de visitas de autoridades de alto nível e o ingresso da Guiné Equatorial na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (2014) contribuíram para impulsionar as relações bilaterais. Em fevereiro de 2013, realizou-se visita presidencial brasileira à Guiné Equatorial, por ocasião da III Cúpula América do Sul-África. Em junho de 2018, o chanceler Simeón Oyono Esono Angue visitou o Brasil. Em janeiro de 2019, o segundo vice-primeiro-ministro Angel Masie Mebuy representou o governo equato-guineense na posse do Senhor Presidente da República.

Desde 2005, foram assinados acordos nas áreas de Cooperação Técnica (2005), Cooperação Educacional (2009), Criação da Comissão Mista de Cooperação (2010), Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático (2010), Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço (2010), Formação e Intercâmbio de Experiências no Âmbito Diplomático e Consular (2010) e Cooperação em Matéria de Defesa (2010).

Língua Portuguesa. A Embaixada do Brasil em Malabo conta com Núcleo de Estudos Brasileiros, que oferece curso de português a cerca de 140 alunos matriculados. A iniciativa é considerada uma das maiores contribuições para a difusão da língua portuguesa na Guiné Equatorial. O chanceler da Guiné-Equatorial, Simeón Oyono Esono Angue, discutiu medidas de apoio à promoção do português no país. Manifestou interesse na capacitação de formadores do idioma, de modo a ensinar, de maneira sustentada, a desejada presença efetiva do português na Guiné Equatorial, tendo em conta a entrada do país na CPLP. Apenas uma escola oficial, voltada a crianças socialmente desfavorecidas, ofereceria curso de português no sistema educacional equato-guineense.

Cooperação cultural e educacional. Brasil e Guiné Equatorial celebraram Acordo para Cooperação Educacional em outubro de 2009. O documento entrou em vigor em junho de 2017, o que permitiu a inclusão do país no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) a partir de 2018, visando à seleção de estudantes que iniciariam seus estudos em 2019. Atualmente, 132 estudantes equato-guineenses participam do Programa.

Cooperação técnica. O Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado em 2005, foi ratificado pelas partes em 2009. Foram elaboradas propostas de projetos nas áreas de agricultura familiar, futebol e defesa civil. De todos estes, o projeto de cooperação em matéria de defesa civil, preparado pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, com a assistência da ABC, com vistas ao fortalecimento institucional e operacional do sistema nacional de proteção civil da Guiné Equatorial, é o único em fase final de negociação. O projeto “Fortalecimento institucional e operacional do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil da Guiné Equatorial” tem como objetivo dotar o Corpo Nacional de Proteção Civil da Guiné Equatorial de capacidade para o gerenciamento e atendimento de emergências de pequeno, médio e grandes portes.

Candidaturas. A Guiné Equatorial apoiou a candidatura do Brasil a assento não permanente no CSNU (biênio 2022-2024).

Comércio. O comércio entre o Brasil e a Guiné Equatorial cresceu substancialmente entre 2004 e 2014, passando de USD 17 milhões, em volume total, para USD 1,1 bilhão, recorde histórico. Nos anos seguintes, decresceu fortemente, caindo para USD 43,5 milhões em 2019. Em 2020, a despeito dos impactos da pandemia no comércio internacional, houve aumento nas exportações brasileiras para a Guiné Equatorial, que somaram USD 44,8 milhões (em comparação com USD 9,5 milhões em 2019). Já importações oriundas da Guiné Equatorial caíram para USD 4 milhões (em comparação com os USD 34 milhões registrados em 2019). A corrente de comércio somou USD 48,8 milhões. Em 2021, as exportações reduziram-se novamente, para USD 15,4 milhões, que, sem registro de importações, corresponderam ao total da corrente de comércio.

Até 2017, a pauta de importações brasileiras oriundas da Guiné Equatorial era dominada por produtos da indústria petrolífera (óleos brutos de petróleo e gás de petróleo, em geral) – situação que se repetiu em 2019. Em 2018 e 2020, contudo, as importações foram, em sua totalidade, de metanol. Os principais produtos exportados pelo Brasil para o mercado equato-guineense em 2020 foram tubos de ferro e aço.

Apoio consular. Um bispo e um pastor brasileiros da Igreja Universal do Reino de Deus foram detidos na Guiné Equatorial em abril de 2020, com risco de expulsão, acusados de não observar proibição de celebração de cultos religiosos no país durante quarentena motivada pela COVID-19 – acusação negada por ambos. No âmbito dessas detenções, decreto presidencial determinou o encerramento das atividades da IURD no país. A referida Igreja solicitou nova autorização de funcionamento. Em atenção a gestões da Embaixada em Malabo, os religiosos passaram à prisão domiciliar e, posteriormente, foram libertados.

POLÍTICA INTERNA

Navegantes portugueses foram os primeiros europeus a explorar o golfo de Guiné em 1471. Em 1493, D. João II de Portugal proclamou-se Senhor de Guiné. As ilhas de Bioko (batizada pelos portugueses de Fernando Pó), Ano Bom e Corisco foram ocupadas por portugueses em 1494. Em 1778, o Tratado de El Pardo formalizou a transferência das colônias portuguesas na Guiné Equatorial à Espanha (em troca de concessões espanholas na América do Sul). No século XIX, a “Sociedad Geográfica de Madrid” lançou diversas expedições exploratórias ao continente africano tendo o rio Muni como referência. Após perder o controle de Cuba e Filipinas, na virada para o século XX, a Espanha intensificou esforços de ocupação da Guiné Equatorial. Na primeira metade do século XX, consolidou-se a presença do estado espanhol e a exploração de cacau.

Desde os anos 1950, o movimento nacionalista de Guiné Equatorial atuou sob influência do pan-africanismo, da luta anticolonial e da Guerra Fria. Em 1968, após pressões da Assembleia Geral da ONU e da Organização da Unidade Africana, a Espanha concordou com eleições que culminaram na proclamação de independência. O primeiro presidente equato-guineense, Francisco Macías Nguema, aproximou-se do bloco comunista. Seu governo caracterizou-se por intensa repressão política. Em 1979, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, sobrinho de Francisco Macías, liderou movimento de contestação do governo e se tornou o presidente do país. Em 1987, Obiang fundou o Partido Democrático da Guiné Equatorial (PDGE). Em 1992, foi instituído o multipartidarismo.

Em 2011, uma reforma constitucional aprovada por referendo recriou o cargo de vice-presidente e limitou o mandato presidencial a dois períodos de sete anos e criou o Senado (com 70 integrantes, dos quais 55 são eleitos e 15 são designados pelo presidente). Nas eleições presidenciais de 2016, o presidente Obiang foi reeleito com 93,5% dos votos. Na disputa legislativa de 2017, o Partido Democrático da Guiné Equatorial (PDGE), governista, obteve a totalidade dos assentos do Senado e 99 das 100 cadeiras da Câmara dos Deputados.

A pandemia da Covid-19 chegou à Guiné Equatorial em março de 2020. Em janeiro de 2022, o país apresenta um total acumulado de 13.710 pessoas infectadas pela Covid-19, com total de 175 mortes causadas pela doença. Foram aplicadas 425.666 doses de vacina, a maioria das quais doadas pela China (vacina do laboratório Sinopharm). Os 203.390 imunizados com as duas doses são aproximadamente 15% da população.

Indicadores sociais e demográficos. Embora tenha a 70ª maior renda *per capita* no mundo e a terceira maior entre os países africanos (ficando atrás somente de Ilhas Maurício e Seychelles), a Guiné Equatorial ocupa a 145ª posição no índice de desenvolvimento humano. O baixo crescimento econômico dos últimos anos vem prejudicando a melhora nos índices sociais. A expectativa de vida é de 58,7 anos, devido, entre outros fatores, à elevada taxa de mortalidade infantil (62,6 por 1000 nascimentos). A educação é obrigatória e gratuita para as crianças de 6 a 11 anos. Apesar da alta evasão escolar, 94,4% da população adulta seria alfabetizada.

Do ponto de vista demográfico, predomina a etnia Fang, que reúne 85% dos equato-guineenses, enquanto 6,5% são da etnia Bubi e 3,6%, da etnia Mdowne. A Guiné Equatorial tem atraído considerável contingente de imigrantes oriundos, sobretudo, de

Cameroun, Gabão e Nigéria para trabalhar em projetos de infraestrutura. O país é o único da África independente onde o espanhol é língua oficial. Aproximadamente 70% da população vive em áreas urbanas; 60% dos habitantes têm menos de 25 anos.

Nova capital. Em 2011, o presidente Obiang anunciou a construção de uma nova capital, com a futura transferência da sede do governo de Malabo (localizada na Ilha de Bioko) para a província de Wele-Nzas, no leste da parte continental do país. A nova capital, “Ciudad de la Paz” (também conhecida como Djibloho), tinha inauguração prevista para 2020. Muitas das obras encontram-se em estágio avançado, mas a crise econômica e fiscal dos últimos anos atrasou a inauguração.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Guiné Equatorial é movida por esforço permanente de evitar o isolamento internacional do país. Com os festejos do Cinquentenário da Independência, em 12 de outubro de 2018, do qual participaram vários chefes de Estado e governo africanos, o presidente Teodoro Obiang buscou reafirmar sua influência regional.

Conselho de Segurança. A Guiné Equatorial exerceu mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) entre janeiro de 2018 e dezembro de 2019. Na presidência rotativa, organizou um debate aberto sobre a agenda “Silenciando as armas na África”, da União Africana, e dois debates fechados: um sobre “Atividades mercenárias como fonte de insegurança e desestabilização na África” (com pronunciamento do presidente Obiang) e outro sobre “Crime Organizado Transnacional no mar” (com intervenção do chanceler Simeón Oyono Esono Angue, centrada nos desafios para o Golfo da Guiné). Ainda no âmbito do CSNU, a Guiné Equatorial atuou como presidente dos Comitês de Sanções relativos ao Líbano e à Guiné-Bissau e como vice-presidente dos Comitês de Sanções relativos à República Popular Democrática da Coreia e à Somália. Não há atualmente pessoal uniformizado equato-guineense desdobrado em operações de manutenção da paz e missões políticas especiais da ONU.

Relações com EUA e Europa. Grande exportadora de petróleo, a Guiné Equatorial busca manter relações cordiais com os maiores importadores do produto. O relacionamento com os Estados Unidos, por exemplo, tem sido fluido, e diversas empresas norte-americanas atuam no território equato-guineense, embora a Exxon Mobil e a Hess tenham vendido ativos em volume significativo no país desde 2017. Os EUA são, ainda, parceiros no patrulhamento das águas do Golfo da Guiné. A Guiné Equatorial participa anualmente do “Obangame Express”, exercício de forças navais dos Estados Unidos com os 20 países signatários do Código de Conduta de Iaundê (Angola, Benin, Camarões, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Congo, Cabo Verde, Gabão, Gana, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Marrocos, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe e Togo, além da própria Guiné Equatorial) e do qual o Brasil também tem tomado parte.

Na Europa, o principal parceiro da Guiné Equatorial é a Espanha. As relações entre os dois países são marcadas pela cooperação técnica bilateral e pelo sólido fluxo comercial (a Espanha foi o principal destino das exportações equato-guineenses na Europa em 2019 e o terceiro principal destino em todo o mundo, além de ter sido a principal origem das importações da Guiné Equatorial provenientes do continente europeu no mesmo ano e a segunda principal origem na escala global).

Relações com a África. No continente africano, a Guiné Equatorial integra a União Africana (UA); a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC); a Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central (CEMAC); a Comissão do Golfo da Guiné; o Banco Africano de Desenvolvimento; a Organização Internacional da Francofonia (OIF) e outros organismos internacionais.

Em 2010 um equato-guineense foi nomeado presidente do Banco dos Estados da África Central (BEAC); em 2011, Obiang foi presidente de turno da UA e da Cúpula da

Assembleia de Chefes de Estado e Governo da organização; em 2017 a Guiné Equatorial exerceu a presidência da CEMAC; em janeiro de 2018, recebeu também um assento, por dois anos, no Conselho de Segurança e Paz da UA. Além disso, tem se destacado por sediar diversas cúpulas, como em dezembro de 2012, quando sediou a VII Cúpula de Chefes de Estado do Grupo de Estados da África, do Caribe e do Pacífico (ACP); em fevereiro de 2013, quando sediou a III Cúpula ASA; em junho de 2014, quando sediou a XXIII Assembleia Ordinária da União Africana; e em novembro de 2016, quando foi sede da Cúpula do Mundo Árabe-África.

Na última década, a Guiné Equatorial intensificou seu envolvimento nos assuntos internacionais, com foco nas relações multilaterais do continente africano e em cooperação regional. O Fundo de Solidariedade Africana, estabelecido por Guiné Equatorial e Angola junto à FAO em 2013, dedicou mais de USD 40 milhões a projetos nacionais e regionais de segurança alimentar. Foram realizados 18 projetos em 41 países africanos com o apoio técnico da FAO, que administra o fundo. No auge das receitas petrolíferas, a Guiné Equatorial tornou-se doadora importante, o que a faz alvo de demandas por cooperação e a levou a ocupar lugar de prestígio entre os países africanos.

Relações com os vizinhos. Com o Cameroun, o relacionamento é marcado por periódica expulsão de imigrantes camerouneses da Guiné Equatorial. Já em relação ao Gabão, a disputa territorial com Libreville pelas ilhas Mbanié, Cocotiers e Eloby, supostamente ricas em petróleo, estende-se por 46 anos. A disputa territorial vem sendo arbitrada pela Corte Internacional de Justiça desde 2017.

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A Guiné Equatorial incorporou-se à CPLP como membro pleno após a X Cúpula da Comunidade, realizada em Díli, em julho de 2014. O governo equato-guineense adotara o português como língua oficial em 2011, a fim de integrar-se à Comunidade. O processo de adesão foi acompanhado por plano de trabalho que formalizou o compromisso do país de promover o português em seu território, bem como de aproximar as estruturas institucionais equato-guineenses dos valores e princípios da CPLP. Entre as medidas adotadas, incluem-se a criação de novas instituições, como o Senado, o Tribunal de Contas e o Provedor de Justiça, e a moratória da aplicação da pena de morte, acompanhada de projeto de sua extinção total, que ainda não ocorreu.

A Guiné Equatorial tem procurado sediar reuniões oficiais da CPLP, como a de Chefes de Polícia e de Migrações, a de ministros da Defesa, a IV Reunião de Governança Eletrônica e a X Reunião dos Ministros das Comunicações da CPLP, realizadas nos últimos anos.

China. A cooperação chinesa com a Guiné Equatorial deita raízes em 1970, ano em que os dois países estabeleceram relações diplomáticas. Desde 1971, têm-se multiplicado iniciativas nos campos de infraestrutura, energia, telecomunicações, educação, cultura e saúde, em consonância com o estreitamento da parceria chinesa com a África. A China é, atualmente, o maior parceiro comercial da Guiné Equatorial, absorvendo boa parte das exportações de hidrocarbonetos do país.

A China financiou diversas obras de infraestrutura na Guiné Equatorial, incluindo a ampliação da rede elétrica de Malabo e de Bata; a construção da hidrelétrica de Djibloho e de Bikomo; a construção de estrada de 88,6 km unindo os povoados de Micomiseng e Bonkoro (na fronteira norte com o Cameroun); a edificação do Centro de Conferências Internacionais de Sipopo, nas cercanias do centro da capital; a construção do novo terminal do aeroporto internacional de Malabo; e a ampliação e modernização

do porto de Bata, entre outras. A Guiné Equatorial chegou a abrigar mais de 10 mil trabalhadores chineses, no auge dos investimentos em infraestrutura. Empresas chinesas estão presentes, também, nos setores de pesca e exploração de madeira. Há, ainda, projetos importantes na área social, como a construção de casas populares em Malabo e a doação de Centro de Formação Profissional e Ocupacional de Oyala. O Instituto Confúcio, fundado em 2016 na Universidade Nacional da Guiné Equatorial, conta presentemente com mais de 1.300 alunos equato-guineenses. A cada ano, a China oferece cerca de 200 bolsas a estudantes da Guiné Equatorial interessados em cursos de formação nas universidades chinesas. Especula-se que a dívida total de Guiné Equatorial com a China exceda UDS 1 bilhão.

Durante a pandemia de Covid-19, a China doou material médico-hospitalar e equipamentos de proteção individual, entre outros, além de enviar missão de especialistas à Guiné Equatorial. Foi doado centro hospitalar com 100 leitos, integralmente financiado por recursos chineses e instalado na região de Niefang, na parte continental do país. A vacinação na Guiné Equatorial só foi possível por meio de doações de vacinas chinesas da empresa Sinopharm. Ressalte-se que, no começo de 2020, o presidente Obiang doou à China USD 2 milhões para o combate à pandemia no país asiático.

As visitas de alto nível entre a China e a Guiné Equatorial são frequentes. O presidente Teodoro Obiang já realizou dez visitas oficiais à China.

ECONOMIA

Até os anos 1990, a extração de madeira, a produção de cacau e a pesca dominavam a economia equato-guineense. A descoberta de petróleo, em meados daquela década, levou a uma drástica mudança nesse quadro. Hoje, aproximadamente 95% das exportações da Guiné Equatorial são constituídas de petróleo cru e gás liquefeito. Os restantes 5% correspondem a produtos como madeiras tropicais. Estima-se também que o país tenha grandes reservas de diversos minérios.

Desde a descoberta das reservas petrolíferas, a economia equato-guineense foi uma das que mais cresceram no continente africano. O país chegou a ser o terceiro maior produtor de petróleo na região, depois da Nigéria e de Angola. Entre 1995 e 2005, a média de crescimento do PIB foi de mais de 40% ao ano (em 1997, o crescimento foi de 150%). Houve aumento considerável na renda per capita – que atualmente é das mais altas do continente. Em maio de 2010, a Guiné Equatorial anunciou que suas reservas de gás natural tinham aumentado para 4,5 trilhões de pés cúbicos. Contudo, após a queda do preço do petróleo, a economia equato-guineense entrou em recessão.

A política fiscal da Guiné Equatorial apresenta a peculiaridade de não depender das receitas tributárias (estimadas em 1,5% do PIB em 2012), devido às receitas petrolíferas. Em decorrência dos compromissos assumidos no âmbito da CEMAC, a política monetária da Guiné Equatorial segue as diretrizes definidas e aplicadas pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC). Os principais critérios de convergência monetária estabelecidos pelo BEAC são: taxa de inflação abaixo de 3%, superávit ou equilíbrio nominal no orçamento e dívida interna e externa abaixo de 70% do PIB.

O mercado equato-guineense é muito dependente de importações, cuja pauta cobre quase tudo, desde sofisticados equipamentos da indústria petrolífera até os mais básicos bens de consumo, provenientes de países vizinhos, ou enlatados e bebidas de origem europeia. Em 2019, as principais origens das importações equato-guineenses foram Estados Unidos, Espanha e China, e os principais destinos das exportações foram China, Índia, Espanha e Estados Unidos.

A deficiente distribuição de renda representa grande desafio para a Guiné Equatorial. Embora o país apresente indicadores socioeconômicos globais favoráveis, como um alto PIB per capita para os padrões africanos, a maioria dos cidadãos vive na pobreza, com precário acesso a serviços de saúde. A carência de mão de obra qualificada tende a impactar o desenvolvimento equato-guineense. Mesmo profissões menos especializadas são ocupadas, em grande medida, por estrangeiros, a maior parte dos quais em situação irregular.

A economia equato-guineense vem experimentando grave crise nos últimos anos. De 2015 a 2020, o PIB equato-guineense sofreu retração contínua (de 9,1% em 2015; 8,8% em 2016; 5,7% em 2017; 6,2% em 2018; 6% em 2019; e 4,9% em 2020). Em 2021, o FMI estima ter havido crescimento de 4,1%, mas projeta-se nova recessão para 2022. O mau desempenho é relacionado com as oscilações do preço do petróleo e com a queda da produtividade na exploração das jazidas equato-guineenses.

DADOS BÁSICOS

	Guiné Equatorial	Brasil
Nome oficial	República da Guiné Equatorial	República Federativa do Brasil
Idioma oficial	Espanhol, francês e português	Português
População	1,41 milhão (FMI)	211,7 milhões (IBGE)
Área	28.051 km ²	8,516 milhões km ²
PIB nominal (FMI, 2020)	US\$ 10,04 bilhões	US\$ 1,36 trilhão
PIB <i>per capita</i> (FMI)	US\$ 7,1 mil	US\$ 6,4 mil
Crescimento do PIB (FMI; BACEN)	-4,9% (2020) 4,1% (2021)	-4,5% (2020) 3,2% (2021)
IDH (PNUD, 2019)	0,592 (145 ^a posição)	0,765 (84 ^a posição)
Índice de alfabetização (PNUD, 2019)	94,4%	93,2%
Expectativa de vida (PNUD, 2019)	58,7 anos	74,7 anos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)

BRASIL-GUINÉ EQUATORIAL	2019	2020	2021
Intercâmbio total	43,511	48,890	15,382
Exportações	9,496	44,844	15,382
Importações	34,015	4,046	-
Saldo	-24,519	40,798	15,382

* Principais produtos da pauta comercial (2020)

- **Exportações:** tubos de ferro e aço.
- **Importações:** metanol.

Encarregado de negócios: Bienvenido Ebang Otogo Obono

Embaixador do Brasil na Guiné Equatorial: Evaldo Freire.

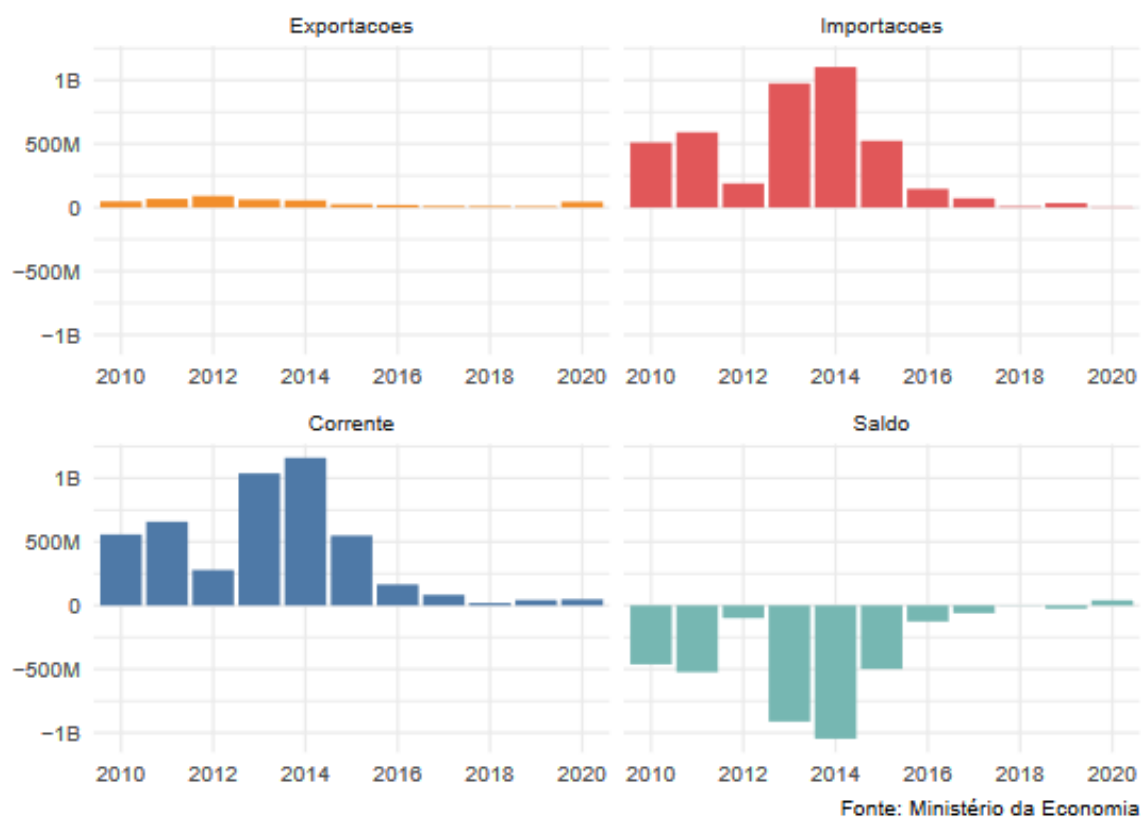
DADOS COMERCIAIS E ECONÔMICOS

Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

1 Dados anuais

1.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Guiné Equatorial, Fluxo de Comércio até 2020

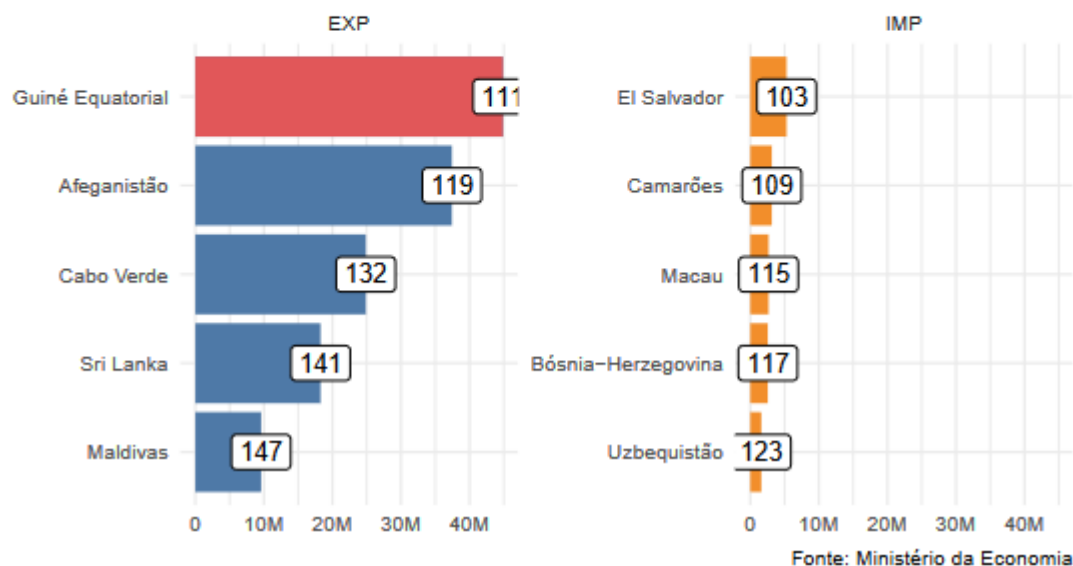


	2020	2019	2018	2017	2016
Exportações	45M (372.20%)	9M (-11.01%)	11M (-8.86%)	12M (-40.41%)	20M (-22.00%)
Importações	4M (-88.104%)	34M (299.261%)	9M (-88.191%)	72M (-50.585%)	146M (-72.161%)
Saldo	41M (66.40%)	-25M (-1 238.99%)	2M (-96.44%)	-60M (-147.83%)	-126M (-125.31%)
Corrente	49M (12.36%)	44M (126.72%)	19M (-77.11%)	84M (-49.38%)	166M (-69.86%)

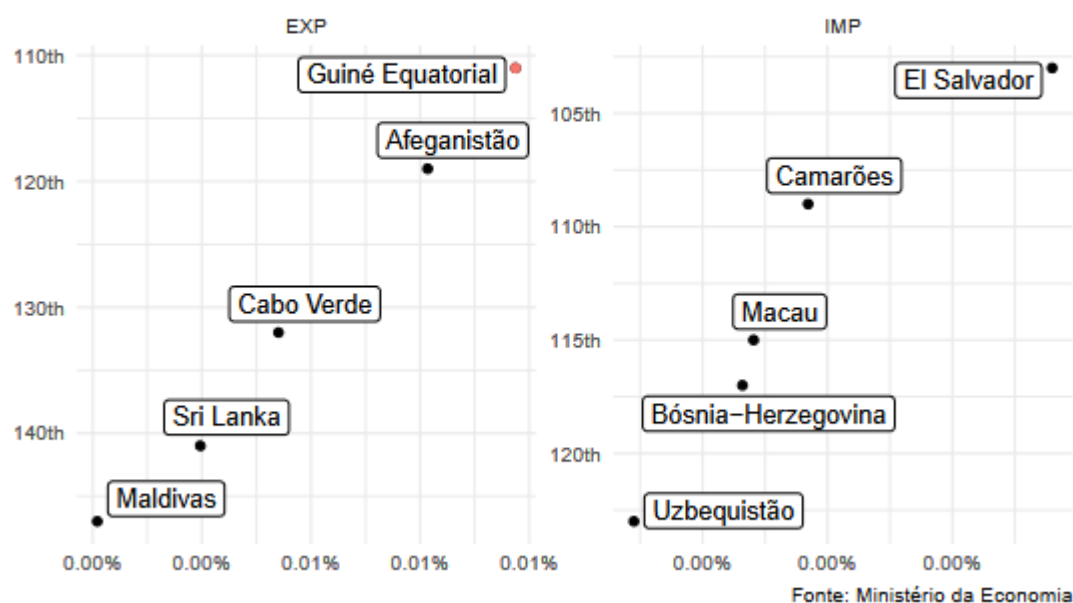
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportações	25M (-55.30%)	56M (-10.18%)	63M (-30.68%)	91M (34.78%)	67M (41.62%)
Importações	524M (-52.487%)	1B (13.176%)	975M (415.951%)	189M (-68.007%)	591M (15.838%)
Saldo	-499M (-147.66%)	-1B (-214.78%)	-912M (-1 026.36%)	-99M (-118.81%)	-524M (-213.19%)
Corrente	550M (-52.62%)	1B (11.76%)	1B (271.33%)	280M (-57.52%)	658M (18.03%)

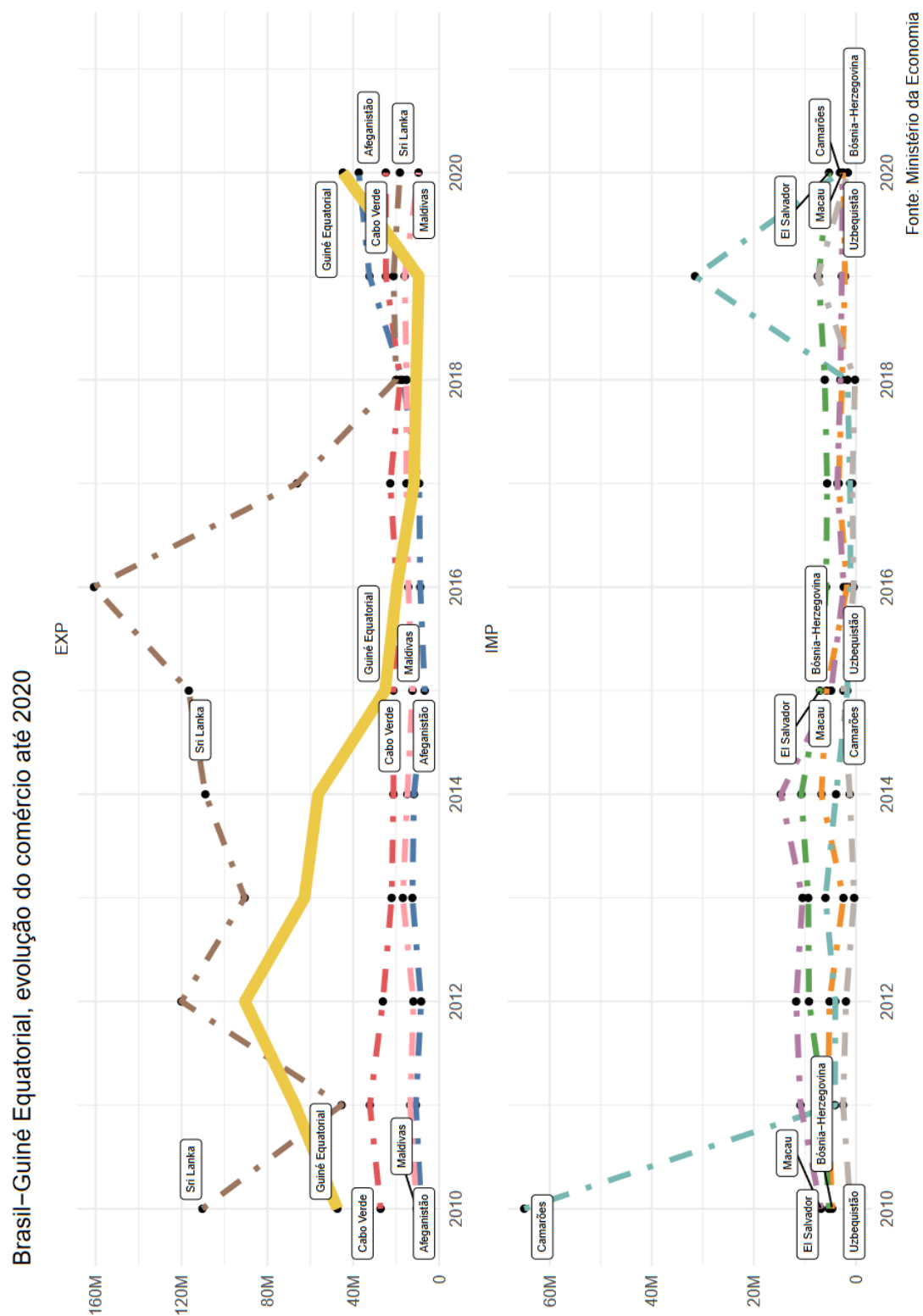
1.2 Destinos de exportações e origens de importações

Brasil-Guiné Equatorial, parceiros comerciais próximos em 2020



Brasil-Guiné Equatorial, ranking e proporção de comércio, em 2020



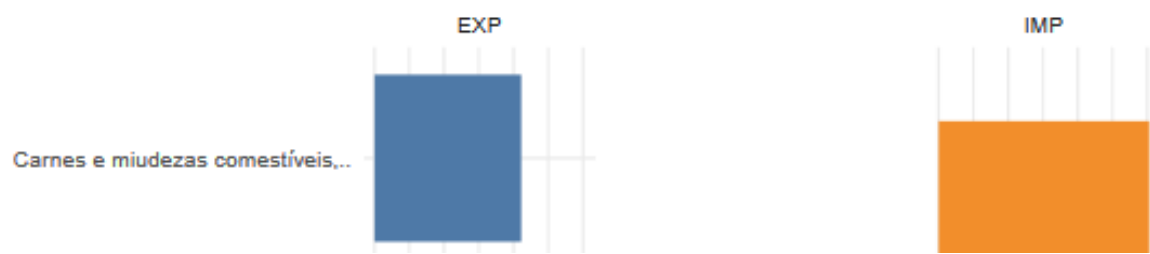


Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

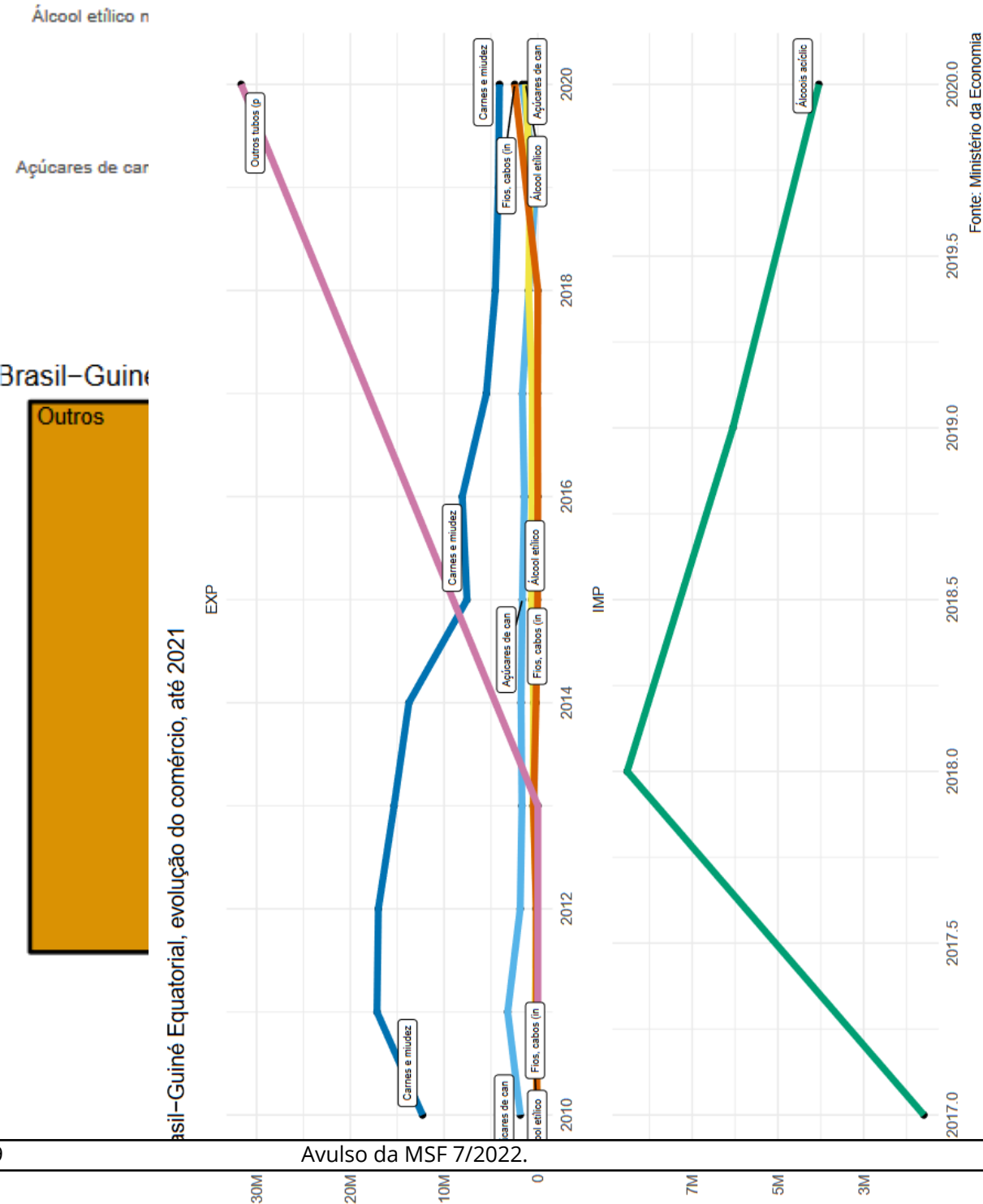
Dados Anuais				
Direção	País	Valor	Variação	Proporção
2020				
EXP	Guiné Equatorial	44.84M	372,20%	0,01%
	Afeganistão	37.43M	15,31%	0,01%
	Cabo Verde	24.86M	0,34%	0,01%
	Sri Lanka	18.27M	-14,02%	0,00%
	Maldivas	9.59M	-40,36%	0,00%
IMP	El Salvador	5.30M	-27,44%	0,00%
	Camarões	3.14M	-90,04%	0,00%
	Macau	2.66M	-4,47%	0,00%
	Bósnia-Herzegovina	2.56M	18,65%	0,00%
	Uzbequistão	1.60M	-78,60%	0,00%
2019				
EXP	Afeganistão	32.46M	91,00%	0,01%
	Cabo Verde	24.78M	36,73%	0,01%
	Sri Lanka	21.25M	6,00%	0,01%
	Maldivas	16.08M	5,98%	0,00%
	Guiné Equatorial	9.50M	-11,01%	0,00%
IMP	Camarões	31.54M	1 770,63%	0,01%
	Uzbequistão	7.48M	3 647,39%	0,00%
	El Salvador	7.30M	19,26%	0,00%
	Macau	2.78M	-8,63%	0,00%
	Bósnia-Herzegovina	2.16M	-20,86%	0,00%
2018				
EXP	Sri Lanka	20.05M	-69,73%	0,00%
	Cabo Verde	18.12M	-20,34%	0,00%
	Afeganistão	16.99M	83,20%	0,00%
	Maldivas	15.17M	-0,31%	0,00%
	Guiné Equatorial	10.67M	-8,86%	0,00%
IMP	El Salvador	6.12M	8,35%	0,00%
	Macau	3.05M	-16,51%	0,00%
	Bósnia-Herzegovina	2.73M	-19,57%	0,00%
	Camarões	1.69M	45,25%	0,00%
	Uzbequistão	199.67K	-72,45%	0,00%
2017				
EXP	Sri Lanka	66.21M	-58,83%	0,02%
	Cabo Verde	22.75M	15,24%	0,01%
	Maldivas	15.22M	6,09%	0,00%
	Guiné Equatorial	11.71M	-40,41%	0,00%
	Afeganistão	9.28M	5,62%	0,00%
IMP	El Salvador	5.65M	-3,70%	0,00%
	Macau	3.65M	51,42%	0,00%
	Bósnia-Herzegovina	3.39M	92,33%	0,00%
	Camarões	1.16M	9,56%	0,00%
	Uzbequistão	724.85K	52,26%	0,00%

1.3 Produtos comercializados

Brasil-Guiné Equatorial, pauta comercial, 2020



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

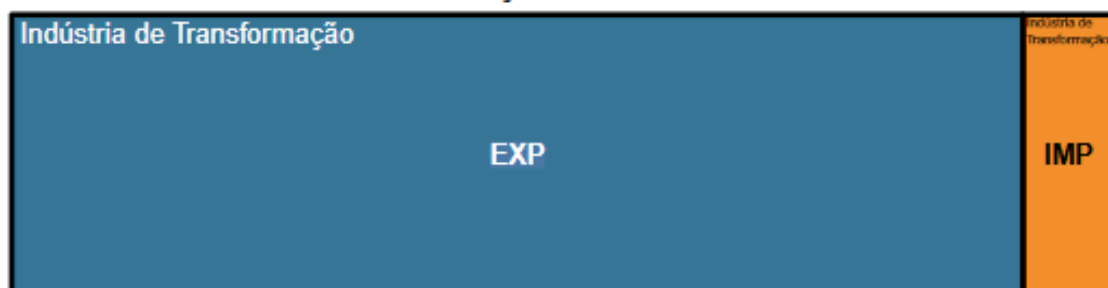


Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

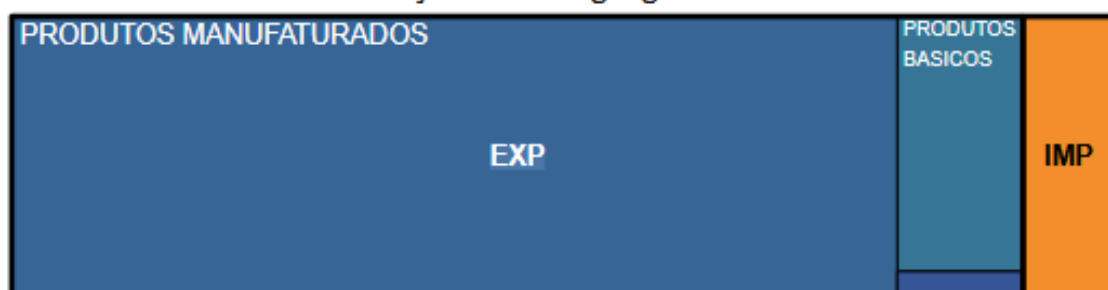
Dados Anuais						
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção
2020	EXP	Outros tubos (por exemplo: soldados ou rebitados),...	7305	31.65M	95 901 800,0%	70,6%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	4.10M	-2,9%	9,1%
		Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros..	8544	2.47M	1 259 891,3%	5,5%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	1.64M	593,5%	3,7%
		Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	1.30M	61,1%	2,9%
	IMP	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, su..	2905	4.05M	-33,1%	100,0%
2019	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	4.22M	-6,9%	44,4%
		Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	808.08K	-18,0%	8,5%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	236.72K	-75,6%	2,5%
	IMP	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, su..	2905	6.05M	-29,0%	17,8%
2018	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	4.53M	-17,4%	42,5%
		Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	985.08K	68,7%	9,2%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	971.78K	-41,3%	9,1%
		Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros..	8544	196.00	-99,2%	0,0%
	IMP	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, su..	2905	8.52M	433,6%	100,0%
2017	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	5.49M	-31,9%	46,9%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	1.66M	15,1%	14,1%
		Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	583.80K	-7,4%	5,0%
		Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros..	8544	25.87K	690,7%	0,2%

1.4 Classificações do Comércio

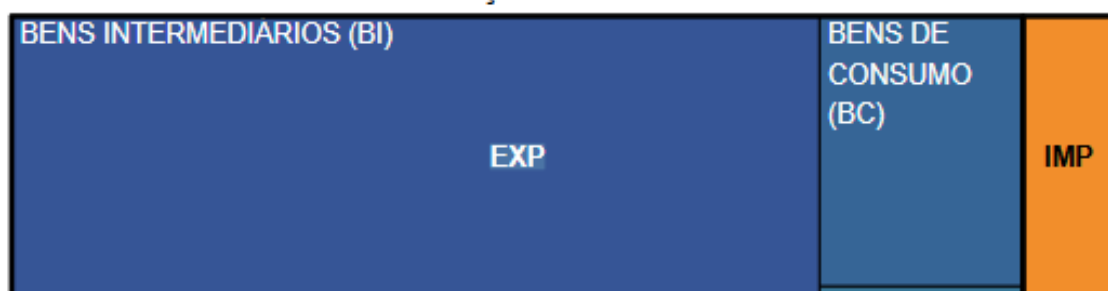
Classificação ISIC em 2020



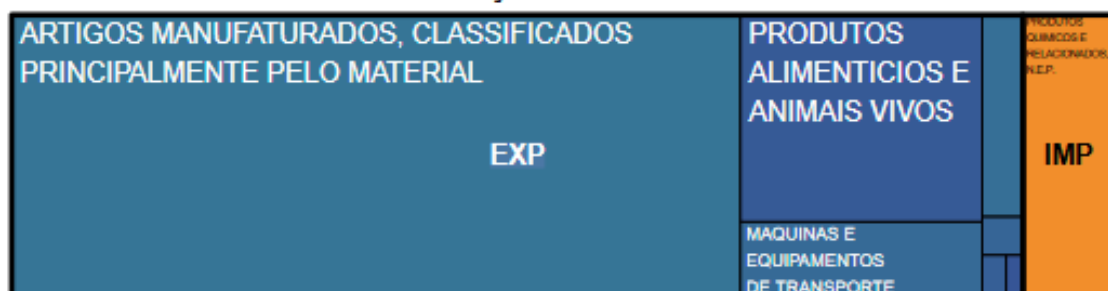
Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



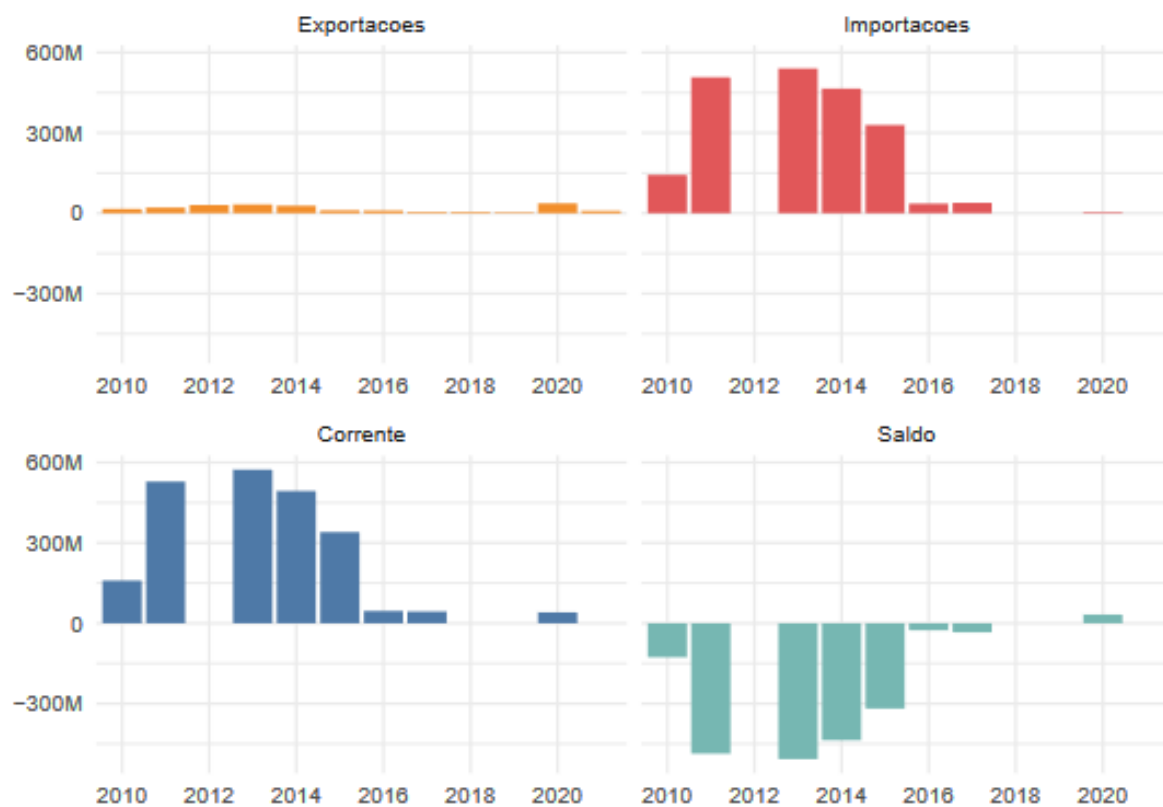
Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	44.8M	100,0%
	Indústria Extrativa	449.0	0,0%
IMP	Indústria de Transformação	4.0M	100,0%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	39.3M	87,6%
	PRODUTOS BASICOS	5.1M	11,3%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	507.9K	1,1%
IMP	PRODUTOS MANUFATURADOS	4.0M	100,0%
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	35.8M	79,9%
	BENS DE CONSUMO (BC)	8.7M	19,4%
	BENS DE CAPITAL (BK)	343.2K	0,8%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	4.0M	100,0%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	32.3M	72,1%
	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	7.9M	17,6%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	2.8M	6,3%
	BEBIDAS E TABACO	1.3M	2,9%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	246.7K	0,6%
	OBRAS DIVERSAS	152.6K	0,3%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	107.3K	0,2%
IMP	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	4.0M	100,0%

2 Dados mensais

2.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Guiné Equatorial, Fluxo de Comércio agregado até Maio



Fonte: Ministério da Economia

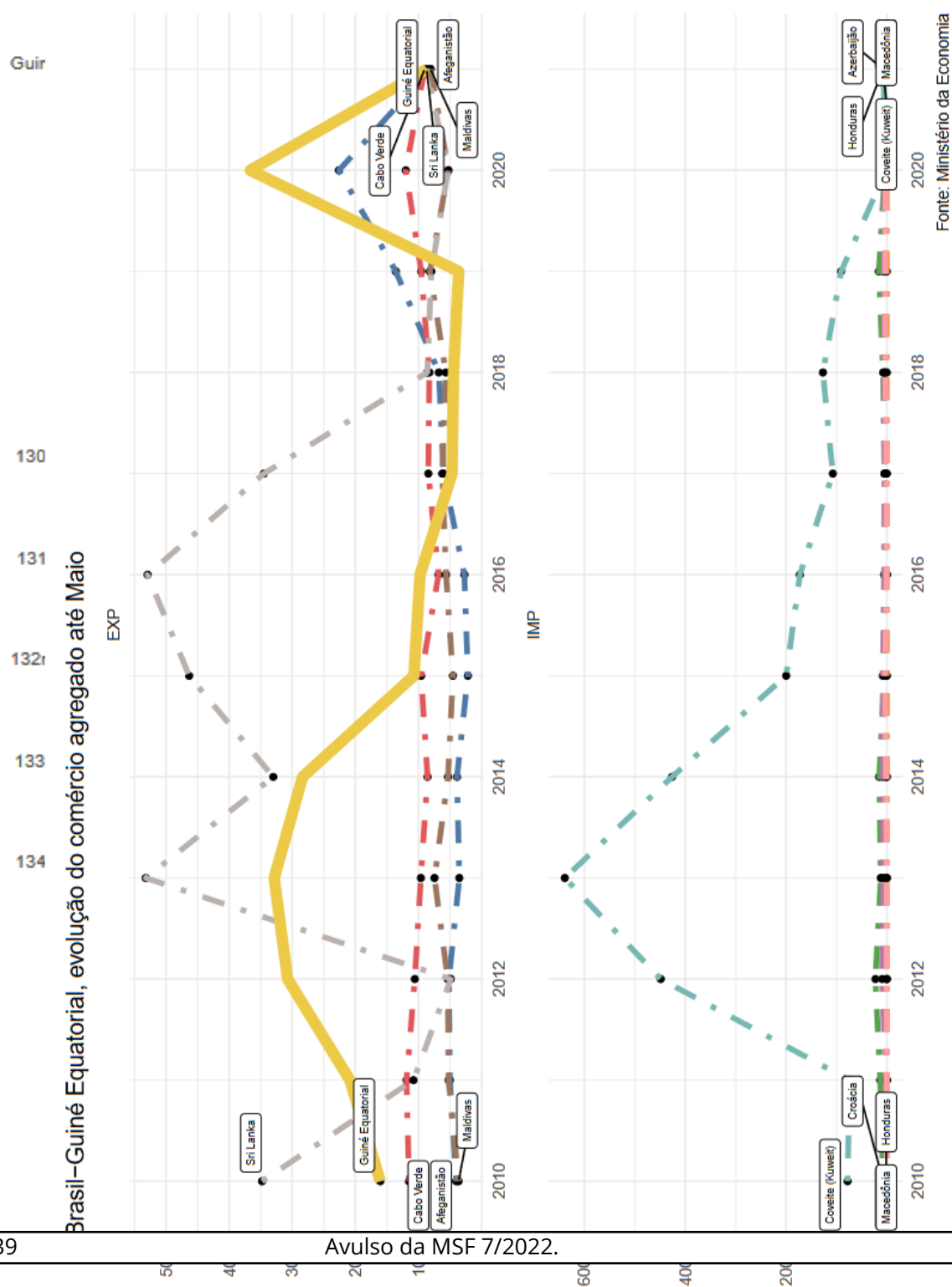
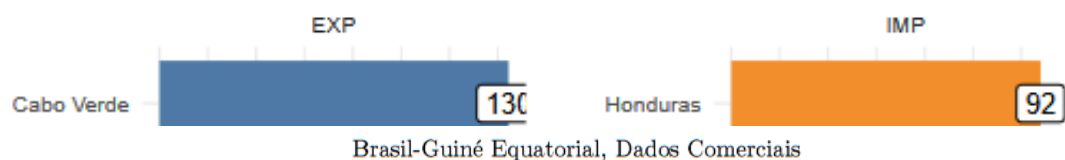
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportações	9M (-76.4%)	37M (915.3%)	4M (-18.7%)	4M (-4.9%)	5M (-52.0%)
Importações	NA (NA)	4M (NA)	NA (NA)	NA (NA)	39M (8%)
Saldo	NA (NA)	33M (NA)	NA (NA)	NA (NA)	-34M (-231%)
Corrente	NA (NA)	41M (NA)	NA (NA)	NA (NA)	44M (-4.5%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportações	10M (-9.2%)	11M (-62.2%)	28M (-13.7%)	33M (6.9%)	31M (47.4%)
Importações	36M (-89%)	329M (-29%)	465M (-14%)	540M (NA)	NA (NA)
Saldo	-26M (-108%)	-319M (-173%)	-437M (-186%)	-507M (NA)	NA (NA)
Corrente	46M (-86.6%)	340M (-31.1%)	493M (-13.9%)	573M (NA)	NA (NA)

Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

2.2 Destinos de Exportações e Origens de Importações

Brasil-Guiné Equatorial, parceiros comerciais próximos
2021, agregado até Maio

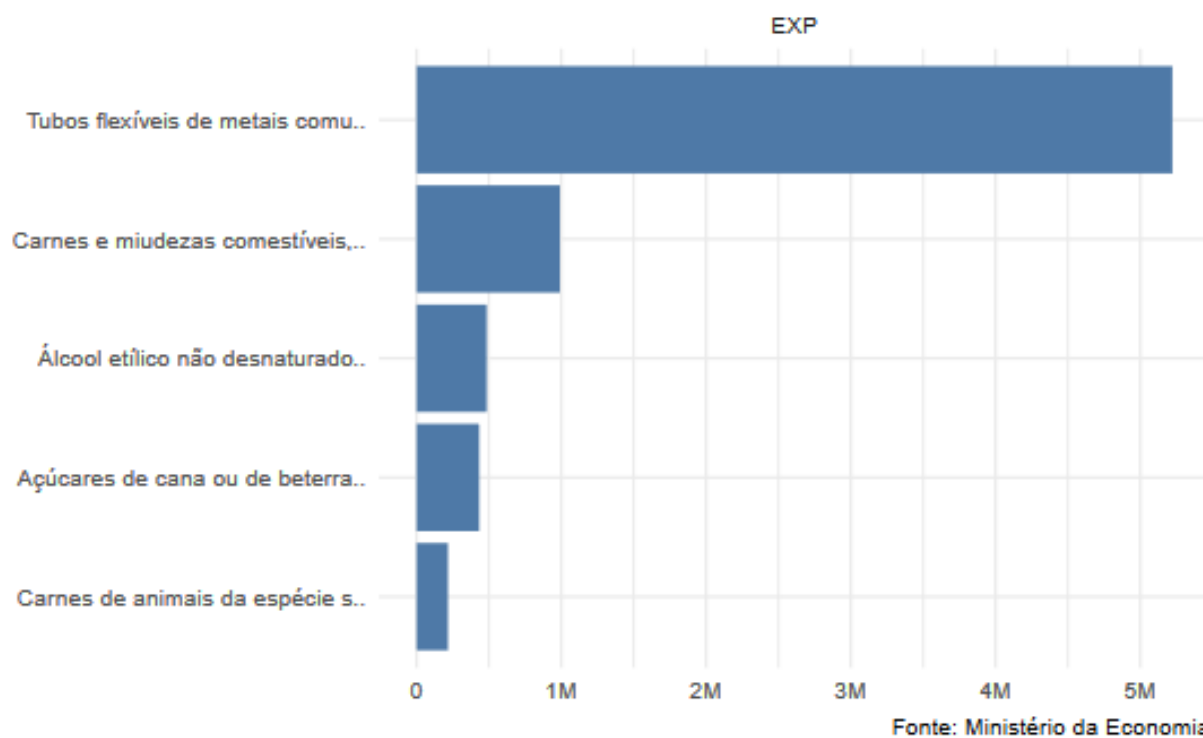


Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

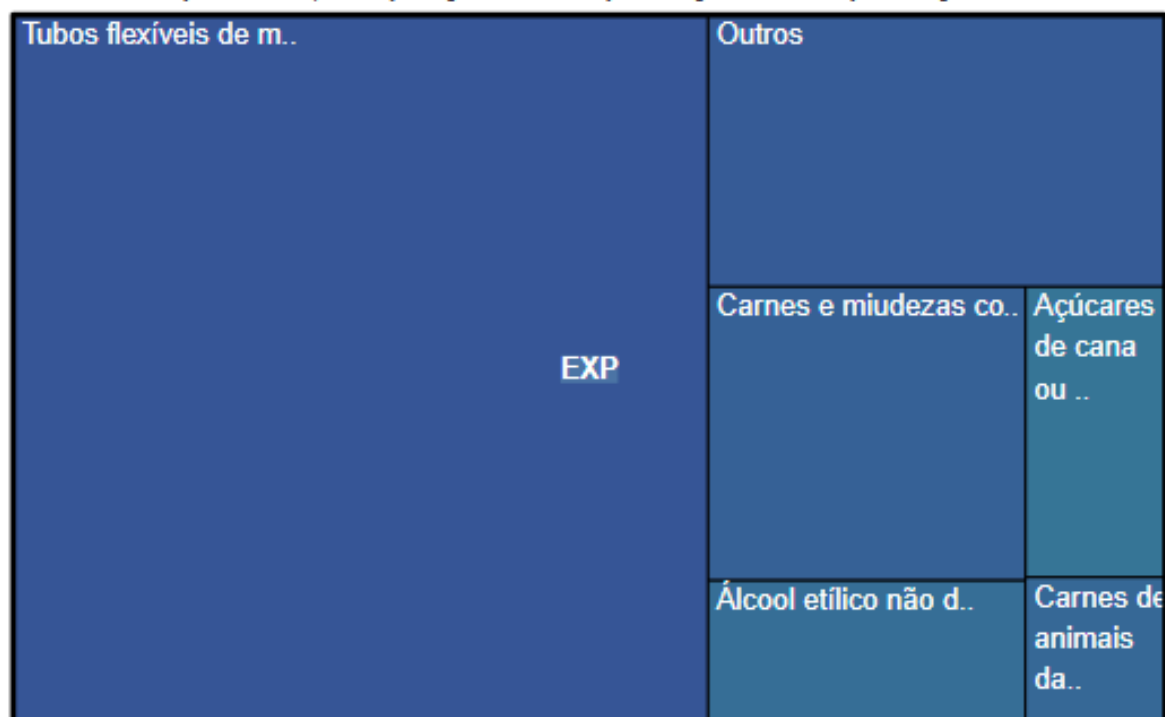
Dados Agregados até Maio					
Direção	País	Valor	Variação	Proporção	
2021	EXP	Cabo Verde	9.02M	-24,86%	0,00%
		Sri Lanka	8.69M	63,79%	0,00%
		Guiné Equatorial	8.66M	-76,38%	0,00%
		Maldivas	8.08M	54,36%	0,00%
		Afganistão	8.08M	-64,25%	0,00%
	IMP	Honduras	8.00M	72,30%	0,00%
		Azerbaijão	7.41M	1 999,54%	0,00%
		Covette (Kuwait)	7.27M	365,91%	0,00%
		Croácia	6.56M	70,65%	0,00%
		Macedônia	6.01M	163,74%	0,00%
2020	EXP	Guiné Equatorial	36.67M	915,26%	0,02%
		Afganistão	22.60M	66,40%	0,02%
		Cabo Verde	12.01M	25,53%	0,01%
		Sri Lanka	5.31M	-33,30%	0,00%
		Maldivas	5.24M	-36,12%	0,00%
	IMP	Honduras	4.64M	-17,44%	0,00%
		Croácia	3.85M	-76,06%	0,00%
		Macedônia	2.28M	-33,33%	0,00%
		Covette (Kuwait)	1.56M	-98,28%	0,00%
		Azerbaijão	352.84K	80,62%	0,00%
2019	EXP	Afganistão	13.58M	100,74%	0,01%
		Cabo Verde	9.57M	15,71%	0,01%
		Maldivas	8.20M	44,95%	0,00%
		Sri Lanka	7.96M	-7,41%	0,00%
		Guiné Equatorial	3.61M	-18,69%	0,00%
	IMP	Covette (Kuwait)	90.86M	-28,34%	0,06%
		Croácia	16.06M	117,66%	0,01%
		Honduras	5.62M	2,52%	0,00%
		Macedônia	3.42M	9,61%	0,00%
		Azerbaijão	195.35K	-33,72%	0,00%
2018	EXP	Sri Lanka	8.60M	-75,08%	0,01%
		Cabo Verde	8.27M	-1,97%	0,01%
		Afganistão	6.77M	12,13%	0,00%
		Maldivas	5.65M	-9,32%	0,00%
		Guiné Equatorial	4.44M	-4,92%	0,00%
	IMP	Covette (Kuwait)	126.80M	18,15%	0,08%
		Croácia	7.38M	60,76%	0,00%
		Honduras	5.49M	13,20%	0,00%
		Macedônia	3.12M	161,67%	0,00%
		Azerbaijão	294.73K	265,57%	0,00%

2.3 Produtos comercializados

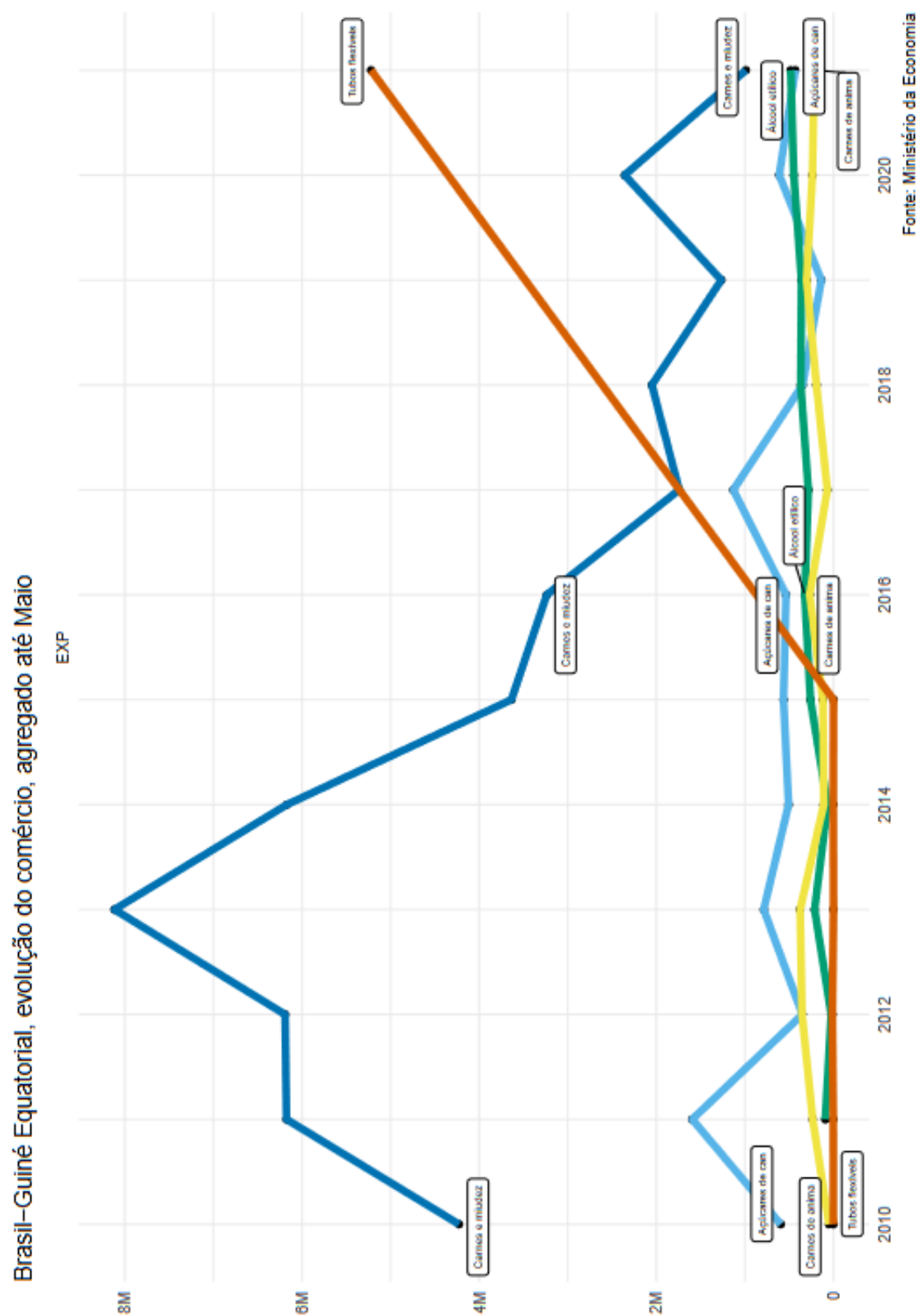
Brasil-Guiné Equatorial, pauta comercial, 2021 até Maio



Brasil-Guiné Equatorial, Proporção de Exportações e Importações 2021 até M



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

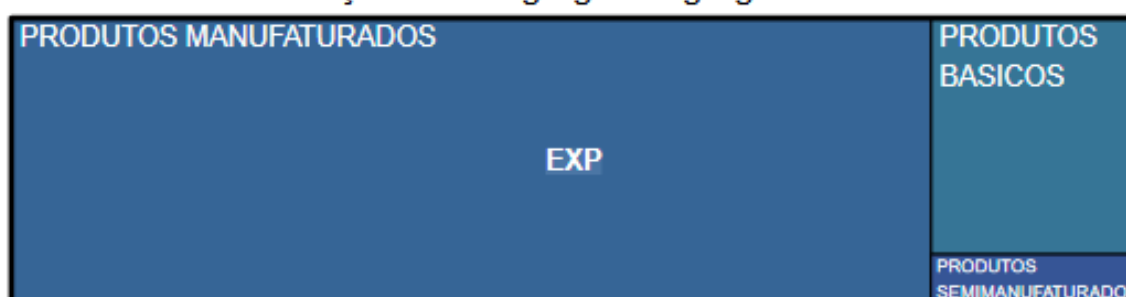
Dados Agregados até Maio						
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção
2021	EXP	Tubos flexíveis de metais comuns, mesmo com acessó..	8307	5.22M	1 948 071,6%	60,3%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	989.78K	-58,0%	11,4%
		Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	483.71K	7,8%	5,6%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	431.94K	-29,5%	5,0%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	217.12K	-8,9%	2,5%
2020		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	2.36M	86,2%	6,4%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	613.00K	344,0%	1,7%
		Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	448.71K	24,0%	1,2%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	238.26K	-21,8%	0,6%
2019		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	1.27M	-38,2%	35,1%
		Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	361.75K	-2,3%	10,0%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	304.84K	58,3%	8,4%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	138.06K	-60,5%	3,8%
2018		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	2.05M	17,7%	46,2%
		Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	370.08K	30,1%	8,3%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	349.59K	-69,1%	7,9%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	192.61K	174,0%	4,3%

2.4 Classificações do Comércio

Classificação ISIC agregado até Maio



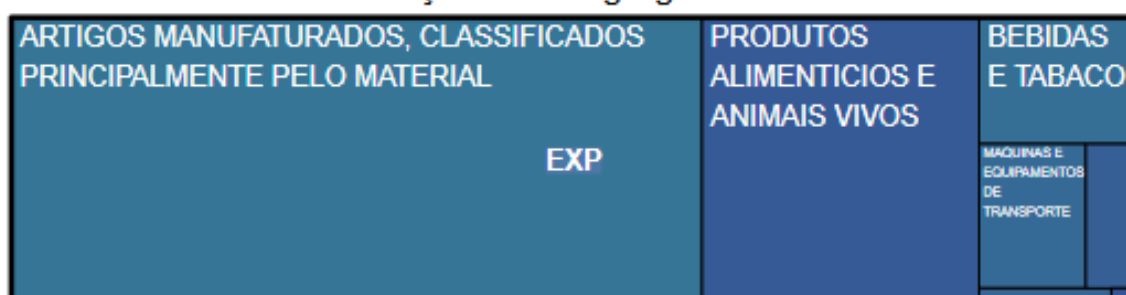
Classificação Fator Agregado agregado até Maio



Classificação CGCE agregado até Maio



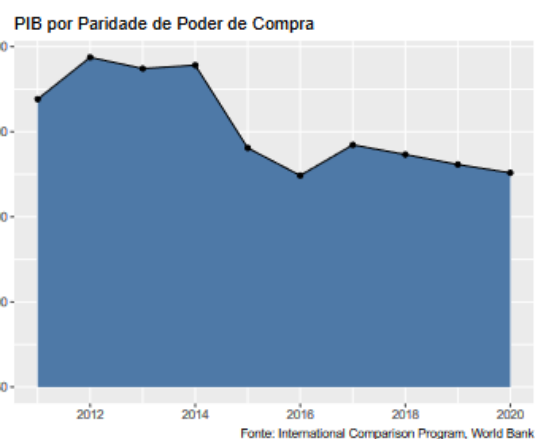
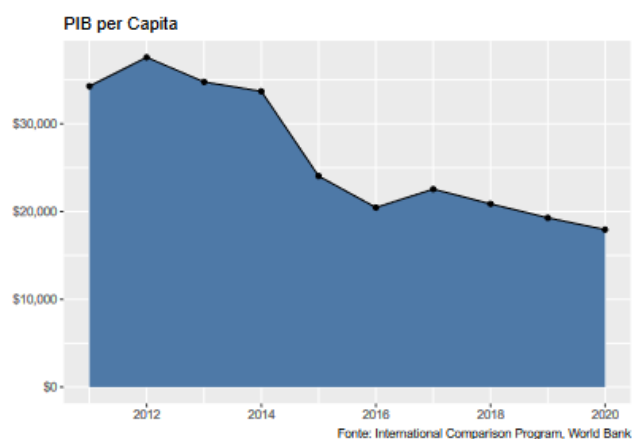
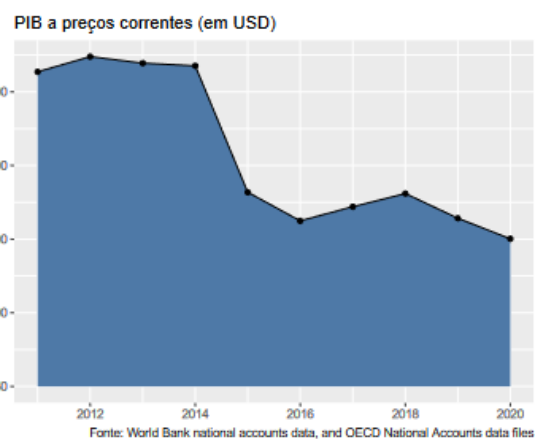
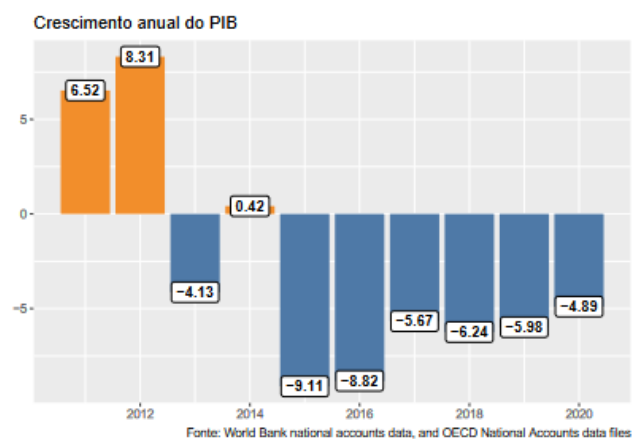
Classificação CUCI agregado até Maio



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

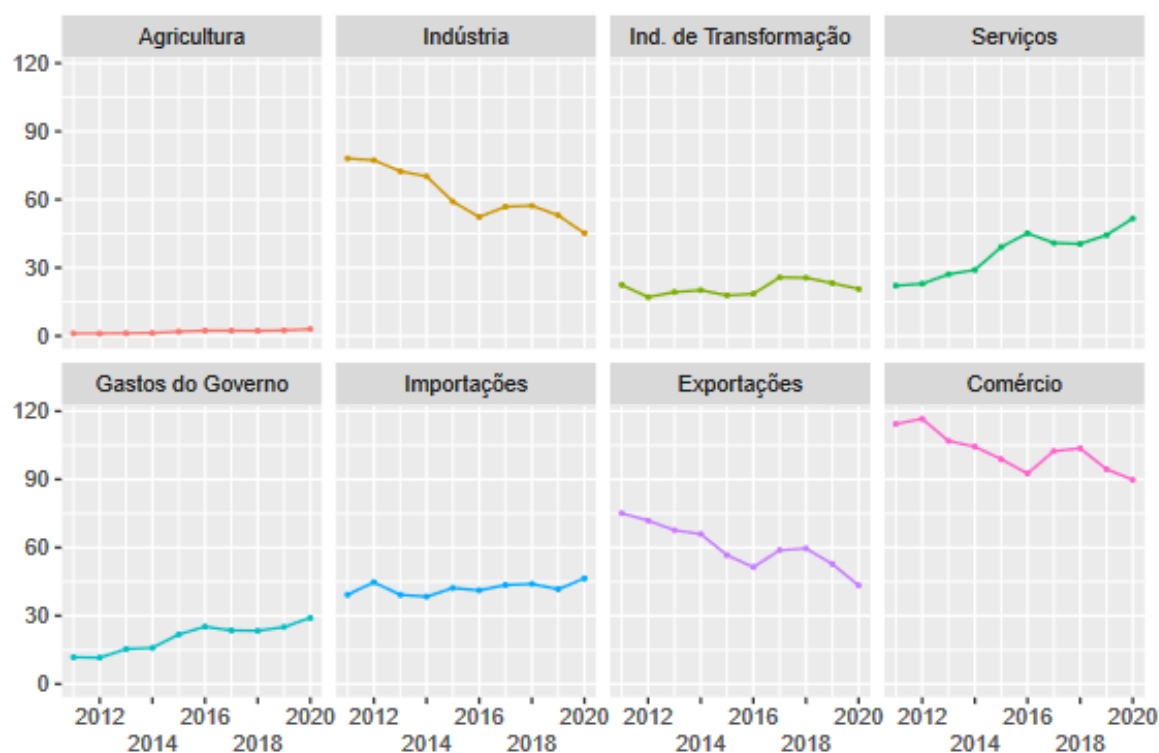
2021, agregado até Maio			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	8.7M	100,0%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	7.1M	81,8%
	PRODUTOS BASICOS	1.3M	15,0%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	275.9K	3,2%
Direção	Classificação CCCE	Valor	%
EXP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	5.9M	68,2%
	BENS DE CONSUMO (BC)	2.4M	27,4%
	BENS DE CAPITAL (BK)	379.0K	4,4%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	5.3M	61,4%
	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	2.1M	24,6%
	BEBIDAS E TABACO	533.4K	6,2%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	414.8K	4,8%
	OBRAS DIVERSAS	193.7K	2,2%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	55.4K	0,6%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	10.3K	0,1%

Produto Interno Bruto



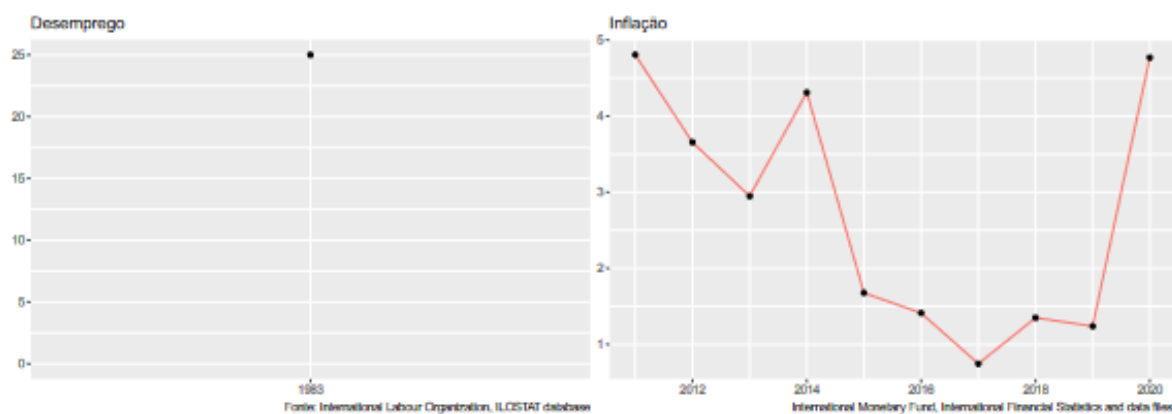
Guiné Equatorial, Indicadores Econômicos Internos

Estrutura da Economia em Proporção do PIB



Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de Inflação e Desemprego

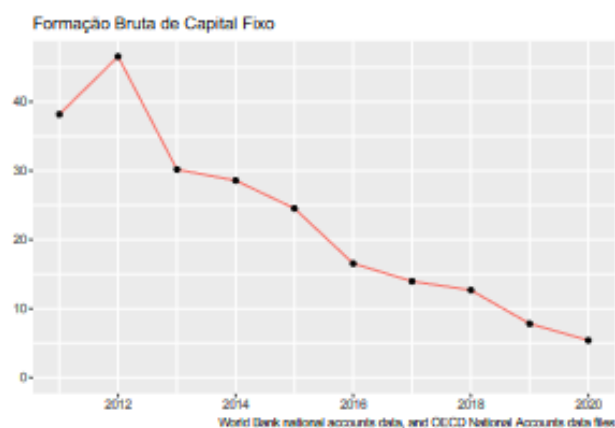


Fonte: International Labour Organization, ILOSTAT database

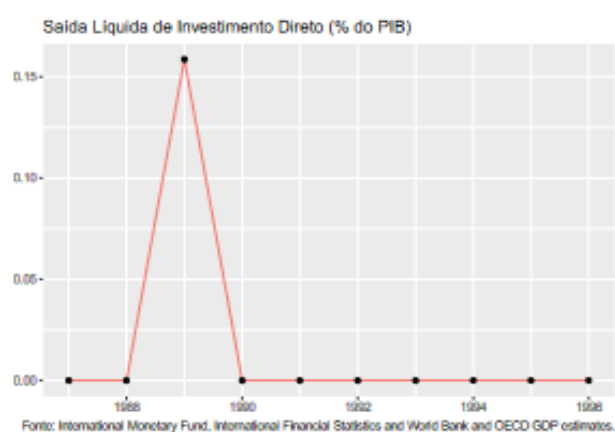
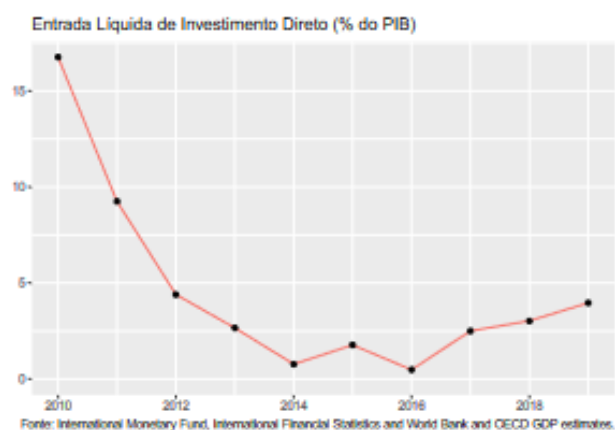
International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files

Guiné Equatorial, Indicadores Econômicos Internos

Indicadores de Investimento

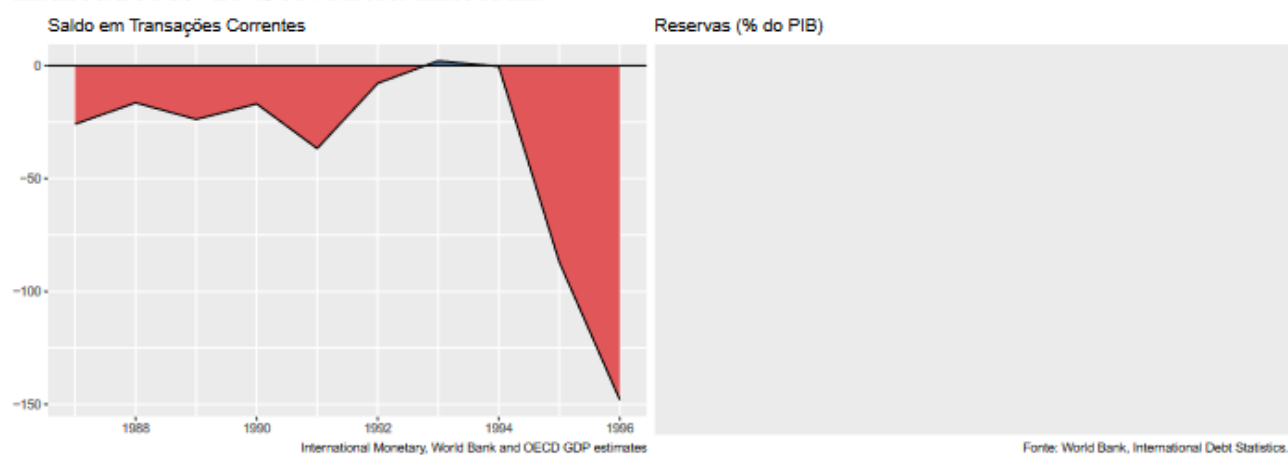


Fluxo de Investimentos



Guiné Equatorial, Indicadores Econômicos Internos

Indicadores de Solvência Externa





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 7, de 2022, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.*

Relator: Senador NELSINHO TRAD

Vem para exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Em observância ao Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata, que é filho de Ivan Carvalho Monteiro e Zenaide Carvalho Monteiro. Nasceu em 22 de junho de 1958, em São Paulo/SP.

No ano de 1979, concluiu o curso de Letras pela Universidade Mackenzie/SP.



SF/22936.66333-33



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Em 1982, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática. Em 1991, concluiu Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2013, o Curso de Altos Estudos.

Iniciou sua carreira, no ano de 1983, como Terceiro-Secretário, tornando-se, em 1987, Segundo-Secretário; e em 1997, Primeiro-Secretário. Por merecimento, em 2006, chegou a Conselheiro; e, em 2015, a Ministro de Segunda Classe, passando para o quadro especial em 2018.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata indicado, no Brasil e no exterior, podemos mencionar: Cônsul-Adjunto em Ciudad del Este (1988-1991); Cônsul-Adjunto em Genebra (1991-1994); Assessor e Subchefe da Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros (1994-1997); Cônsul-Adjunto em Barcelona (1997-2000); Primeiro-Secretário na Embaixada em Wellington (2000-2003) e na Embaixada em Varsóvia (2003-2005); Subchefe Divisão de Pessoal (2005-2006); Assessor do Departamento do Serviço Exterior e Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Islamabad (2006-2007); Assessor da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2007-2010); Cônsul-Geral Adjunto em Paris (2010-2014); Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Jacarta (2014-2016); Embaixador comissionado da Embaixada em Nouakchott desde 2016.

Em 2015, foi condecorado com a Ordem de Rio Branco no grau de Comendador e a Medalha Mérito Santos Dumont.

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio, ainda, acompanhada de documento informativo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Guiné Equatorial.

Brasil e Guiné Equatorial mantêm relações diplomáticas desde 1974. A Embaixada da Guiné Equatorial em Brasília foi instalada em 2005, e a Embaixada do Brasil em Malabo, em 2006.

As relações bilaterais recentemente foram impulsionadas por visitas de autoridades de alto nível e também pelo ingresso da Guiné Equatorial na Comunidade de Países de Língua Portuguesa no ano de 2014.



SF/22936.66333-33



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Desde 2005, foram assinados diversos acordos sobre Cooperação Técnica; Cooperação Educacional; Criação da Comissão Mista de Cooperação; Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático; Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço; Formação e Intercâmbio de Experiências no Âmbito Diplomático e Consular; e Cooperação em Matéria de Defesa.

De 2004 a 2014, o comércio entre o Brasil e a Guiné Equatorial experimentou importante crescimento: de USD 17 milhões, em volume total, para USD 1,1 bilhão, que foi recorde histórico. No entanto, na sequência, houve forte retração, caindo para USD 43,5 milhões em 2019, sendo que as exportações foram USD 9,5 milhões e as importações USD 34 milhões.

Em 2020, as exportações brasileiras para a Guiné Equatorial chegaram a USD 44,8 milhões e as importações caíram para USD 4 milhões. Assim, a corrente de comércio foi de USD 48,8 milhões.

Em 2021, houve nova redução das exportações para USD 15,4 milhões, sem registro de importações.

Até o ano de 2017, na pauta de importações brasileiras predominavam produtos da indústria petrolífera (óleos brutos de petróleo e gás de petróleo, em geral). Essa situação se repetiu em 2019. Já em 2018 e 2020, as importações foram exclusivamente de metanol. Em 2020, o Brasil exportou tubos de ferro e aço.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/22936.66333-33

6

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL*

CPF.: 635.705.301-59

1967 Filho de Rubem Amaral Junior e Ivani Santana Guimarães Amaral, nasce em Montevideu, Uruguai, em 08 de janeiro (brasileiro nato de acordo com o Art. 129, alínea II, 1a Parte da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1989 Licenciatura em História pela Universidade Clássica de Lisboa, Portugal
 1994 CPCD - IRBr
 2003 CAD - IRBr
 2011 CAE - IRBr - O fim da era Mubarak: sociedade, renovação política e esperanças de democracia. Perspectivas para as relações Brasil-Egito e a política externa brasileira para o Oriente Médio
 2012 Mestrado em Arqueologia Histórica pela Universidade de Leicester, Reino Unido

Cargos:

1994 Terceiro-secretário
 1999 Segundo-secretário
 2005 Primeiro-secretário, por merecimento
 2008 Conselheiro, por merecimento
 2014 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1994-97 Divisão da Europa-I (DE-I), assessor
 1997-00 Consulado-geral em Rotterdam, vice-cônsul; cônsul-adjunto; encarregado do consulado-geral
 2000-02 Embaixada em Damasco, terceiro-secretário, encarregado de negócios, a.i.
 2002-05 Consulado-geral em Tóquio, cônsul-adjunto, encarregado do consulado-geral
 2005-08 Divisão de Assistência Consular (DAC), chefe interino; chefe substituto; chefe
 2006 Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior (DBR), chefe substituto
 2008-13 Embaixada no Cairo, ministro-conselheiro comissionado; encarregado de negócios, a.i.
 2013- 16 Embaixada em Acra, ministro-conselheiro comissionado; ministro-conselheiro; encarregado de negócios, a.i.;
 2017-18 Embaixada em Jacarta, ministro-conselheiro; Encarregado de Negócios, a.i.
 2018 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos (SGEB), assessor da Subsecretária-Geral
 2018 Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas (DEPES) do Ministério do Turismo, diretor
 2019-20 Coordenação-Geral de Turismo e Esporte (CGTE), coordenador-geral
 2020- Embaixada em Riade, ministro-conselheiro; encarregado de negócios, a.i.

Condecorações:

1997 Ordem do Infante D. Henrique, Portugal, Oficial
 2010 Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro
 2011 Ordem de Rio Branco, Comendador

KARINA CARNEIRO MORAIS

Chefe, substituta, da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO SUDÃO****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Dezembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Sudão
GENTÍLICO	Sudanês(a)
CAPITAL	Cartum
ÁREA	1 861 484 km²
POPULAÇÃO (BM, 2020)	43 849 269 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Árabe (oficial); inglês (oficial); mais de 500 línguas nativas.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (97%); cristianismo (1,5%), religiões africanas tradicionais (1,5%).
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Conselho Legislativo de Transição (até a realização de eleições em 2023)
CHEFE DE ESTADO	Abdel Fattah al-Burhan (desde agosto de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Abdalla Hamdok (desde agosto de 2019)
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Mariam al-Mahdi (desde fevereiro de 2021)
PIB NOMINAL (FMI, 2021)	US\$ 34,37 bilhões
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 181,71 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-3,6% (2020); -2,5% (2019); -2,3% (2018); 0,7% (2017); 3,5% (2016); 1,9% (2015); 4,7% (2014)
PIB PER CAPITA	US\$ 775,04 (FMI, 2021)
PIB PER CAPITA PPP	US\$ 4.100 (FMI, 2021)
IDH	0,510/170º no ranking (2019)
EXPECTATIVA DE VIDA	65,3 anos (PNUD, 2019)
ALFABETIZAÇÃO	60,7% (PNUD, 2019)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	16,5% (PNUD, 2019)
UNIDADE MONETÁRIA	Libra sudanesa
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Ministro Mohammed El Rashed, encarregado de negócios
EMBAIXADORA EM CARTUM	Patrícia Maria Oliveira Lima (desde 17/01/2019)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MILHÕES F.O.B) – FONTE: MDIC

BRASIL → SUDÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	96,8	81,9	53,8	17,3	24,8	31,47	42,7	16,7	17,8	27,6
Exportações	96,7	81,8	53,6	16,9	23,4	30,4	42,1	16,7	17,3	26,8
Importações	0,06	0,13	0,2	0,4	1,4	1,07	0,6	0,06	0,5	0,7
Saldo	50,5	97,2	100,5	96,6	81,7	53,4	16,5	16,6	16,8	26,1

APRESENTAÇÃO

Terceiro país mais extenso do continente africano, o Sudão está situado nas regiões do Sahel e do Chifre da África. Ao norte, o país faz fronteira com o Egito e a Líbia; ao oeste, com o Chade; ao sul, com o Sudão do Sul; e a leste, com a Etiópia, a Eritreia e o Mar Vermelho. Possui um dos maiores potenciais agrícolas, bem como uma das maiores reservas de ouro, do continente africano, entre outros importantes recursos naturais, como petróleo e gás.

Desde a independência (1956), o conflito entre as regiões norte e sul do país dominou a agenda sudanesa. A secessão do sul, em julho de 2011, impôs ao país dificuldades que o levaram a buscar a diversificação de sua matriz produtiva e a atração de investimentos externos. A independência do Sudão do Sul, em cujo território localizavam-se cerca de 75% das reservas de petróleo exploradas do país, resultou na perda, para Cartum, de grande parte da renda petrolífera. Esta respondia por mais da metade da receita orçamentária do estado e por cerca de 95% do valor das exportações.

Em dezembro de 2018, a grave crise econômica no país levou a demonstrações populares que exigiam a saída de Omar al-Bashir, então no poder há quase três décadas, e a redemocratização do país. Em abril de 2019, Bashir foi deposto e preso, juntamente com dezenas de seus aliados políticos, pelas Forças Armadas sudanesas. Formou-se, então, o Conselho Militar de Transição (CMT). No entanto, as manifestações populares capitaneadas por organizações da sociedade civil e partidos de oposição prosseguiram, em recusa a governo militar. Em agosto de 2019 os militares e os movimentos pró-democracia assinaram acordo de partilha de poder que resultou na formação de um governo de transição civil-militar, com previsão de encerrar suas funções em 2023, quando está prevista a realização de eleições gerais.

As relações entre Brasil e Sudão, embora recentes, têm evoluído positivamente. Investimentos brasileiros no setor agrícola, o reescalonamento da dívida sudanesa (2013) e a execução de projetos de cooperação técnica bilateral no domínio da cana-de-açúcar e do algodão são marcos dessa evolução.

PERFIS BIOGRÁFICOS

ABDEL FATTAH AL-BURHAN

Presidente do Conselho Soberano de Transição



Abdel Fattah al-Burhan nasceu em 1960 e formou-se na Academia Militar. Serviu no exército sudanês e participou nas frentes de combate durante a guerra de Darfur e a Segunda Guerra Civil Sudanesa no Sudão do Sul. Em 2018, foi nomeado comandante das forças terrestres do Exército. Em 26 de fevereiro de 2019, foi elevado ao posto de tenente-general. Entre abril e agosto de 2019, atuou como chefe de Estado de fato do Sudão, ocupando o cargo de presidente do Conselho Militar de Transição (TMC) após a renúncia do ex-presidente Ahmed Awad Ibn Auf. Desde agosto de 2019, atua como presidente do Conselho Soberano de Transição (chefe de estado do governo de transição).

ABDALLA HAMDOK

Primeiro-Ministro



Abdalla Hamdok nasceu em 1956. É bacharel em Ciências pela Universidade de Cartum e doutor em Estudos Econômicos pela Universidade de Manchester. De 1981 a 1987, foi funcionário sênior do Ministério das Finanças e Planejamento Econômico do Sudão. Nos anos 90, Hamdok ocupou altos cargos na Deloitte & Touche e, posteriormente, na Organização Internacional do Trabalho no Zimbábue, seguidos por vários anos no Banco Africano de Desenvolvimento, na Costa do Marfim. Foi diretor Regional para África e Oriente Médio do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (2003-8) e Secretário Executivo Adjunto da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África – UNECA (2011-18). Assumiu a chefia de governo de transição em 21 de agosto de 2019.

MOHAMED HAMDAN ‘HEMEDTI’ DAGALO

Vice-Presidente do Conselho Soberano de Transição



Mohamed Hamdan ‘Hemedti’ Dagalo nasceu na região de Darfur. Tornou-se líder dos *Janjaweed* durante a Guerra em Darfur, que começou em 2003. Foi nomeado brigadeiro-geral nas Forças de Apoio Rápido (*Rapid Support Forces* - RSF) pelo governo de Omar al-Bashir, cujo comando exerceu até recentemente, quando o transferiu para seu irmão. Tornou-se vice-presidente do Conselho Militar de Transição (TMC) após a queda de Bashir, em abril de 2019. Em agosto do mesmo ano, o TMC transferiu o poder para o Conselho Soberano de Transição, no qual Hemedti exerce desde então a Vice-Presidência.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Sudão estabeleceram relações diplomáticas em 1968, contudo, os longos conflitos entre o norte e o sul do país africano (1955-1972 e 1983-2005) dificultaram o estreitamento de seus laços internacionais. A paz alcançada em 2005, por meio do chamado Acordo Abrangente de Paz (AAP) entre o norte e o sul, contribuiu para acelerar o movimento de aproximação com o Brasil. O relacionamento bilateral ganhou maior impulso na década de 2000, como atestam a abertura da Embaixada do Sudão em Brasília (2004), a primeira do país na América do Sul, e a instalação da Embaixada do Brasil em Cartum (2006).

O Sudão identifica no Brasil parceiro privilegiado, capaz de contribuir para o desenvolvimento de setores-chave da economia do país, em especial a agricultura, e para a necessária diversificação da matriz produtiva sudanesa.

Desde 2010, tem-se registrado significativo número de visitas de autoridades sudanesas ao Brasil, de que são exemplo: duas visitas do então chanceler Ali Kharti (2010 e 2013); duas visitas do ministro do Petróleo Awad Al-Jaz (2011 e 2014); duas visitas do ministro da Agricultura (2013 e 2015) e uma visita do ministro das Finanças (2015). Além disso, em março de 2017, a ministra do Bem-Estar e da Seguridade Social, Mashair Ahmed Elamin Abdalla, realizou visita ao Brasil, quando manteve encontro com o então ministro Osmar Terra. Em seguimento a essa visita, o Sudão formalizou pedido de cooperação com o Centro de Excelência do Programa Mundial de Alimentos em Brasília, na área de desenvolvimento social.

Importante marco das relações bilaterais foi o estabelecimento, em 2006, do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Sudão, em cujo âmbito foram realizadas reuniões em 2006, 2007, 2009, 2011, 2017 e 2018, de forma alternada, em Brasília e em Cartum. A “revolução de dezembro”, entre 2018 e 2019, e a pandemia de 2020, contudo, dificultaram a continuidade da troca de visitas de alto nível.

Em 2020, o Brasil fez doação de USD 250 mil ao Centro de Controle de Doenças da União Africana (CDC-UA), como assistência humanitária para apoiar as ações de combate à pandemia de covid-19. Por decisão do CDC-UA, os recursos foram direcionados para a aquisição de kits de testagem para covid-19 e oferecidos ao Ministério de Saúde do Sudão em outubro daquele ano.

Cooperação técnica

O setor agrícola é identificado como prioritário pelo governo sudanês. Condições climáticas e de solo favorecem a agricultura no Sudão. A área agricultável do país, calculada em cerca de 80 milhões de hectares, é comparável à área plantada brasileira. Desse modo, o Sudão poderá desempenhar papel relevante

como fornecedor para países da África do Norte e do Golfo, em sua maioria importadores líquidos de alimentos. O governo sudanês também atribui grande relevância ao incremento da produção de biocombustíveis, como forma de diversificar sua matriz produtiva e energética.

As áreas agrícola e energética têm sido priorizadas pela cooperação técnica brasileira em benefício do Sudão, realizada ao amparo legal do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 11 de maio de 2005 e em vigor desde 21 de setembro de 2006. Atualmente, estão sendo implementados dois projetos de cooperação na área agrícola, voltados para a melhoria da produção sudanesa de cana-de-açúcar, iniciado em 2017 e com término previsto para 2022, e de algodão, iniciado em 2012 e com encerramento previsto para 2022. Entre as atividades de cooperação já concluídas encontram-se o treinamento de técnicos sudaneses na área de biocombustíveis (2009-2010); o compartilhamento de experiências na área eleitoral; o apoio ao referendo de secessão do sul do Sudão (2010-2011); e o treinamento de advogados sudaneses no Brasil (2010-2011).

O Sudão manifestou interesse por projetos de cooperação técnica com o Brasil nas áreas de educação profissionalizante, capacitação profissional e manejo de recursos hídricos, bem como no estabelecimento de parceria no domínio agrícola que envolva o Brasil e países do Golfo. O Sudão mantém parceria estratégica na área de segurança alimentar com esses países, que importam cerca de 78% dos alimentos que consomem.

Temas econômicos, comerciais e financeiros

O fluxo comercial do Brasil com o Sudão atingiu seu pico em 2010, quando totalizou USD 100 milhões, declinando depois de 2014, quando registrou volume de apenas USD 17,3 milhões. O intercâmbio voltou a subir nos anos seguintes, para novamente declinar em 2018, quando atingiu piso histórico de USD 16,7 milhões. Em 2019, aumentou para USD 17,8 milhões e, novamente, para USD 27,6 milhões em 2020.

Historicamente, o intercâmbio comercial é favorável ao Brasil. As exportações brasileiras, sobretudo de açúcares, respondem pela quase totalidade das trocas com o Sudão. Apesar de bastante reduzidas, as importações brasileiras chegaram a superar, em 2015 e em 2016, o patamar de US\$ 1 milhão. Plantas para perfumaria e medicina constituem os principais produtos importados pelo Brasil.

Em maio de 2013, o Senado Federal aprovou o reescalonamento da dívida oficial do Sudão com o Brasil, resultando no perdão de cerca de 90% da dívida total (US\$ 44 milhões). O valor restante foi amortizado em 12 parcelas mensais. A dívida sudanesa constituía entrave à obtenção de créditos para o financiamento de projetos implementados por empresas brasileiras. A renegociação da dívida com o Brasil e a normalização do relacionamento do Sudão com as instituições

financeiras internacionais resultaram na suspensão, em 2017, de sanções econômicas unilaterais impostas pelos EUA. A retirada do Sudão da lista de países patrocinadores do terrorismo, em dezembro de 2020, tem também o potencial de beneficiar setores produtivos brasileiros, como o de maquinário e insumos agrícolas, usinas de etanol, entre outros.

No âmbito dos investimentos, a realização da primeira missão técnica do antigo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio ao Sudão, em 2010, envolvendo BNDES e empresários, estimulou a presença de empresas brasileiras do agronegócio naquele país. Despontaram como pioneiras, na ocasião, empresas de laticínios e, principalmente, fabricantes de máquinas e implementos agrícolas. Nova frente aberta por empresas brasileiras foi iniciada pelo Arranjo Produtivo Local do Açúcar e Alcool (APLA) de Piracicaba, com a realização de missões prospectivas ao Sudão, com desdobramentos positivos, como o início dos trabalhos de prestação de serviços de consultoria agrícola brasileira para incremento da produtividade açucareira sudanesa. Empresas brasileiras do setor agropecuário também estabeleceram parcerias com companhias sudanesas, em atividades de genética animal, piscicultura e avicultura.

Em 2019, novas frentes de cooperação abriram-se entre fornecedora brasileira de equipamentos de irrigação e empresas privadas de Uberaba e Uberlândia, com vistas à troca de experiências para o aumento da produtividade da cana-de-açúcar. Também foi concluída a negociação entre consórcio açucareiro e empresa brasileira, para a produção de etanol no Sudão, a partir da batata-doce.

POLÍTICA INTERNA

A história do Sudão, desde sua independência em 1956, foi marcada, em grande medida, pelo conflito entre as regiões norte e sul do país. A origem dos conflitos encontra-se no histórico domínio exercido pelo norte, com população predominantemente de língua árabe e religião muçulmana, sobre o sul subsaariano, povoado por centenas de etnias, com predomínio de religiões cristãs e animistas.

Desde o domínio otomano, o foco da atenção dos administradores do Sudão foi a região central do país, devido à grande fertilidade da área de confluência entre os rios Nilo Branco e Azul (que tornou possível o cultivo de algodão, então principal produto agrícola de exportação). As profundas diferenças culturais entre as regiões levaram o condomínio anglo-egípcio, que passou a governar o Sudão a partir de 1898, a optar por separar formalmente a administração do sul e do norte. Em 1946, as autoridades coloniais decidiram, à revelia dos sulistas, consolidar no norte a administração do sul. A política interna sudanesa até a independência foi, assim, marcada pelo predomínio de elites islâmicas arabizadas do centro-norte do país, o que contribuiu para que as regiões sul, leste e oeste ficassem, em boa medida, excluídas da partilha de poder e riqueza dos sucessivos regimes.

Nesse contexto de profundas clivagens étnicas, políticas, culturais e econômicas entre o norte e o sul do Sudão, conformou-se cenário político conturbado, marcado por períodos de estabilidade política e de volatilidade interna.

Em 1º de janeiro de 1956, o Sudão alcançou a independência em relação ao condomínio anglo-egípcio. Antes mesmo de o país se tornar soberano, unidades sulistas do exército amotinaram-se contra sua transferência para quartéis comandados por oficiais do norte. Iniciou-se, assim, conflito que perduraria até o final dos anos 1960. Estima-se que a chamada “primeira guerra civil sudanesa” tenha resultado na morte de cerca de 500 mil pessoas.

Governo de Jaafar al-Nimeiri

Em 1969, golpe militar levou ao poder o coronel Jaafar al-Nimeiri. Naquele ano, os sul-sudaneses já controlavam a maior parte do atual Sudão do Sul. O novo governo desejava, como gesto inaugural, terminar o conflito, que consumia vidas e recursos. Em 1972, foi finalmente assinado acordo de paz com os rebeldes, então organizados sob o Movimento de Liberação do Sudão Meridional (SSLM, em inglês, precursor do Movimento Popular de Liberação do Sudão, SPLM). O acordo concedeu maior grau de autonomia à região, incorporando elementos sulistas ao sistema político e integrando os rebeldes ao exército sudanês.

No início dos anos 1980, sob pressão do norte, Nimeiri redividiu o sul em três províncias e proclamou a *sharia*, ou lei islâmica, como base do sistema legal sudanês.

A luta pelo controle dos recursos naturais, a rejeição do papel preponderante da religião islâmica no estado e a luta pela autodeterminação motivaram a retomada da guerra civil em 1983, por parte do SPLM e seu braço militar, o Exército Popular de Liberação do Sudão e seu braço político, SPLA/M no acrônimo em inglês.

Governo de Sadiq al-Mahdi

A escalada dos conflitos internos e a deterioração da situação econômica resultaram em golpe militar em 1985, com a destituição de Nimeiri e a nomeação de Sadiq al-Mahdi para a presidência do país (1986-1989). Nesse período, o exército sudanês enfraqueceu-se, o que facilitou ao SPLA/M dominar quase todo o sul do Sudão. Em 1990, os rebeldes chegaram às portas de Juba e, inclusive, em algumas regiões do norte, como o Nilo Azul e as montanhas Nuba, no Cordofão do Sul.

Governo de Omar Al-Bashir

Em meio ao conflito norte-sul, agravado por sérios problemas econômicos e sociais, Mahdi foi deposto em 1989 pelo general Omar Hassan Ahmed al-Bashir, da Frente Nacional Islâmica (NIF, em inglês), movimento islamista sunita. O novo mandatário suspendeu a Constituição e proscreeu todos os partidos políticos, exceto a NIF (o regime de partido único vigoraria até 2000). O governo Bashir promoveu amplas reformas no sistema legal e judicial do país, a fim de conformá-lo a uma determinada versão de islamismo político. Nesse período, houve confiscos de propriedades privadas e cresceu a influência do fundamentalismo islâmico, sob o comando de Hassan Al-Turabi, ideólogo da NIF. Com relação ao conflito com o sul, o novo governo lançou série de ofensivas militares, chegando a controlar boa parte do território rebelado. Entretanto, o SPLA/M e outras facções separatistas sul-sudanesas foram capazes de impor-se militarmente, reconquistando quase toda a região sul do país.

Nova Constituição foi elaborada em 1996, ano em que também foram realizadas eleições presidenciais – vencidas pelo general al-Bashir – e parlamentares. Em 1997, o governo iniciou conversações de paz com o SPLM e outros grupos rebeldes que se haviam formado no sul. Às rivalidades tradicionais, de cunho étnico e religioso, somava-se a disputa pelos dividendos do petróleo (que passaria a ser explorado em maior escala a partir de 1999).

Em 1998, a Frente Nacional Islâmica foi transformada no Partido do Congresso Nacional (NCP, em inglês), que manteve a estrutura centralizada do

Estado, mas suavizou, sobretudo no plano social, muitas das políticas da época de Turabi. A Constituição elaborada em 1996 entrou em vigor em julho de 1998, com separação de poderes e garantias de liberdade de associação, religião e pensamento. No campo econômico, o NCP passou a seguir a orientação do FMI a partir de 1997, e logrou estabilizar as contas nacionais do país. O Sudão obteve, assim, a partir de 1999, com o início da exportação em grande escala de petróleo, taxas de crescimento da ordem de 13%.

Em 1999, contudo, conflito interno no seio do NCP levou o presidente Bashir a declarar estado de emergência, dissolver o Parlamento e suspender direitos previstos na Constituição, inclusive aqueles relativos às estruturas de governo autônomo dos estados federados. Em dezembro de 2000, foram realizadas eleições gerais, boicotadas pelos partidos de oposição. Bashir reelegeu-se para novo mandato de cinco anos.

O Acordo Abrangente de Paz

Sob os auspícios da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e com o apoio da troika formada por Estados Unidos, Reino Unido e Noruega, o processo de paz sudanês obteve progressos significativos.

O processo iniciado em 2002 culminou, em janeiro de 2005, com a assinatura do Acordo de Paz Abrangente (AAP) entre o governo do Sudão e o SPLM/A, liderado, então, por John Garang. O acordo, que abarcou todos os instrumentos anteriormente firmados, previa a convocação de eleições gerais no Sudão; a formação de Governo de Unidade Nacional; a organização de referendos sobre o status do Sul do Sudão da região fronteiriça de Abyei; a promoção de consultas populares no Cordofão do Sul e no Nilo Azul sobre a partilha de poder nesses estados; e o entendimento sobre as receitas advindas da exploração de petróleo. O AAP previa, especificamente, que as partes envidassem esforços para que a opção pela unidade fosse atrativa aos sul-sudaneses.

Desde seu reinício, em 1983, até a assinatura do AAP, em 2005, estima-se que a guerra civil sudanesa tenha resultado na morte de mais de 2 milhões de pessoas e gerado 4,5 milhões de deslocados internos e refugiados.

As eleições gerais previstas no AAP foram realizadas em abril de 2010, em clima pacífico. Pelos resultados, o presidente Bashir (NCP) foi confirmado no cargo, com 68% dos votos, e Salva Kiir (SPLM), com 93% dos votos, foi eleito presidente do governo do Sul e passou, igualmente, a ocupar o cargo de vice-presidente no Governo de Unidade Nacional. No Parlamento em Cartum, o NCP angariou 72,5% dos assentos e o SPLM, 22,3%. No novo governo, dois dos ministérios foram ocupados por representantes de Darfur, nove do SPLM e o restante por membros do NCP.

Para o SPLM, mais relevante que as eleições gerais foi o pleito para o governo do sul do Sudão, por meio do qual se constituiu instância semiautônoma na região. O interesse em participar do Governo de Unidade Nacional seria instrumental, contudo, para garantir a realização do referendo sobre o status do sul do Sudão.

Independência do Sudão do Sul

Nos termos do AAP, foi realizado, em janeiro de 2011, de forma pacífica, referendo sobre o status do sul do Sudão, cujos resultados confirmaram, por ampla maioria, o desejo dos sul-sudaneses de separar-se do norte (98,83% dos votantes optaram pela secessão).

O presidente Al-Bashir aceitou os resultados e promulgou decreto que confirmou o desfecho do referendo. Em 9 de julho de 2011, após período intermediário de seis meses, estipulado pelo próprio AAP, foi emitida a declaração formal de independência do Sudão do Sul. Salva Kiir assumiu, então, a presidência do novo país. A cerimônia de independência contou com a presença do presidente Bashir. O Sudão do Sul foi admitido como membro da ONU na semana seguinte (14/7/2011).

A secessão sul-sudanesa possuiu relevante caráter simbólico para a África. Foi o primeiro movimento endógeno de redefinição de fronteiras herdadas da era colonial ocorrido no continente, por meio do voto popular e com base em decisão mutuamente aceita.

Queda de Bashir

Sob o impacto da “Primavera Árabe” e da deterioração do quadro econômico, o presidente Bashir buscou promover paulatina abertura do regime, ao mostrar maior propensão ao diálogo. Bashir promoveu reforma ministerial, em fevereiro de 2012, e impôs medidas de restrição fiscal e de enxugamento da máquina pública, tendo em vista a perda de receitas provenientes dos recursos petrolíferos, após a independência do Sudão do Sul. Em abril de 2013, o governo anunciou anistia a todos os presos políticos e reiterou convite a todas as forças políticas para entendimento em torno de um projeto nacional, com vistas à eleição de 2015 e à elaboração de nova Constituição.

Logo no início de 2018, os preços dos alimentos básicos, dos combustíveis e serviços essenciais sofreram repentina majoração de até 300%, em razão de mudanças na taxa de câmbio oficial. O quadro econômico e social sudanês, que já se apresentava crítico desde a remoção de subsídios de produtos de primeira necessidade, ocorrida no final de 2016, foi agravado por influxo crescente de refugiados do Sudão do Sul e por surtos de cólera em diversas regiões do país, sobretudo na região meridional do país e em Darfur. Essa situação gerou

descontentamento generalizado da população. Ocorreram, em janeiro de 2018, diversas manifestações contra a carestia e escassez de alimentos básicos, na capital e no interior, tendo sido reprimidas pelo governo.

Em dezembro de 2018, a grave crise econômica no Sudão levou o presidente Omar al-Bashir, então há quase 30 anos no poder, a decretar medidas de austeridade, eliminando mais subsídios a produtos básicos. O resultante aumento adicional de preços provocou demonstrações populares, que, de início, protestavam contra a situação econômica, mas, já no final de dezembro, haviam ampliado seu escopo, passando a exigir a saída de Bashir do governo e a democratização do país. A Associação de Profissionais Sudaneses (SPA) desde cedo despontou como força organizadora das manifestações e, em janeiro de 2019, juntou-se a partidos de oposição e outras organizações da sociedade civil para formar o movimento Forças pela Liberdade e Mudança (FFC).

Em 23 de fevereiro de 2019, Bashir dissolveu os governos federal e estaduais, prendeu centenas de opositores e impôs estado de emergência. Declarou, também, que abriria mão da presidência do NCP e que deixaria em suspenso sua candidatura presidencial. Os protestos, não obstante, continuaram crescendo e chegaram ao clímax em 6 de abril de 2019, quando mais de um milhão de manifestantes acamparam diante do Complexo Militar, sede das Forças Armadas sudanesas, demandando a saída de Bashir.

Em 11 de abril de 2019, as Forças Armadas decretaram a prisão do presidente e estado de emergência por três meses. Formou-se, então, o Conselho Militar de Transição (CMT), liderado pelo general Abdel Fattah al-Burhan. As FFC, entretanto, prosseguiram com os protestos. Em 3 de junho de 2019, forças de segurança sudanesas reprimiram com violência manifestações pró-democracia, resultando na morte de mais de cem pessoas. O episódio, que ficou conhecido como “Massacre de Cartum”, levou a União Africana a suspender o Sudão, temporariamente, da organização.

Governo de transição

Em julho de 2019, o Conselho Militar de Transição e as Forças pela Liberdade e Mudança firmaram acordo político, prevendo a formação de governo de transição com representação partilhada entre militares e civis, até a realização de eleições. Em 17 de agosto de 2019, o CMT e o FFC acordaram, com a mediação da UA e do primeiro-ministro etíope Abiy Ahmed, a Declaração Constitucional, marco jurídico do período de transição. Pelos acordos, militares e civis indicariam cinco membros cada para compor o Conselho Soberano de Transição (CST). A presidência do CST seria exercida, primeiro, por um militar e, depois, por um civil, até a realização das eleições em 2023.

Em 20 de agosto de 2019, foram empossados os representantes civis e militares no Conselho Soberano de Transição, presidido pelo general Abdel Fattah al-Burhan. Em 21 de agosto, o economista Abdalla Hamdok tomou posse como primeiro-ministro. Em 3 de setembro, foi formado o governo, composto por 14 ministros, entre eles a primeira chanceler do país, Mariam al-Mahdi. O NCP, base política de Bashir, foi extinto em novembro de 2019, com confisco de todos os ativos e fundos do partido, transferidos para o tesouro nacional.

Dois dos primeiros desafios enfrentados pelo novo governo foram a persistência da crise econômica, com filas crescentes para comprar produtos como pão e combustível, e a presença do Sudão na lista de países patrocinadores de terrorismo (*States Sponsors of Terrorism* – SST) do Departamento de Estado dos Estados Unidos, problemas vistos como correlatos, em função do efeito negativo sobre as economias de países considerados patrocinadores de terrorismo, em consequência de sua quase exclusão do sistema financeiro internacional. Após negociações entre o Sudão e os EUA, o país foi enfim retirado da lista SST em dezembro de 2020. Para tal, o Sudão comprometeu-se a pagar USD 335 milhões, a título de compensação às famílias de vítimas de atos terroristas praticados pela Al Qaeda contra as embaixadas dos EUA em Nairóbi e Dar es Salam. Na frente econômica, contudo, persistiam as dificuldades.

No âmbito político, outro desafio foi incorporar ao governo de transição outras forças políticas, sobretudo das regiões mais afastadas do poder, que não participaram das negociações para sua formação. Com esse fim, foi assinado, em 3 de outubro de 2020, o Acordo de Juba para a Paz no Sudão, entre o governo de transição e a Frente Revolucionária do Sudão, que congrega cinco dos principais grupos armados das regiões de Darfur, Cordofão do Sul e Nilo Azul. O principal negociador do acordo, pelo governo sudanês, foi o vice-presidente do CST, Mohamed Dagalo (Hemedti). As negociações foram facilitadas pelos Emirados Árabes Unidos. Como consequência do Acordo de Juba, a Declaração Constitucional foi revista, de modo a permitir a incorporação de representantes destes grupos no governo de transição.

Tendo em vista que o acordo político e a Declaração Constitucional estipulavam alternância entre militar e civil na presidência do Conselho Soberano de Transição, até a realização de eleições de 2023, o general Burhan deveria transmitir a presidência do CST a um civil em novembro de 2021. Nos meses anteriores a esse prazo, contudo, registrou-se aumento da tensão entre militares e civis no interior do governo de transição. Em 21 de setembro de 2021, o governo de transição anunciou haver suprimido tentativa de golpe de estado, envolvendo militares e políticos, alegadamente, ligados ao governo de Bashir. No mês seguinte, ocorreram protestos, por um lado, favoráveis a instauração de um regime militar e, por outro, em apoio ao governo do primeiro-ministro Hamdok.

Em 25 de outubro de 2021, o presidente do Conselho Soberano de Transição, general Burhan, dissolveu o governo, decretou estado de emergência e assumiu plenos poderes. O primeiro-ministro Hamdok, integrantes do governo de transição e outros políticos foram presos. Posteriormente, Hamdok foi transferido para sua residência, onde permaneceu em prisão domiciliar. Em 11/11, foi anunciada a formação de novo Conselho Soberano. O general Burhan deu posse a si mesmo como presidente do Conselho Soberano, nomeando o general Hemedti como vice. O Conselho Soberano inclui representantes das regiões do país e militares que já compunham o dissolvido Conselho Soberano de Transição.

Em reação aos eventos de 25/10, as FFC convocaram campanha de desobediência civil e protestos, exigindo a restauração do governo de transição. Os protestos pacíficos da população foram reprimidos pelas forças de segurança sudanesas, resultando em cerca de 40 mortos, segundo associação de médicos do país.

As medidas de 25/10 foram imediatamente condenadas pela União Africana (UA) e pela a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Ainda em 25/10, o Conselho de Paz e Segurança da UA suspendeu temporariamente o Sudão da organização. Em 28/10, o CSNU divulgou nota à imprensa sobre a situação no país, manifestando “profunda preocupação” com o “golpe militar”; a suspensão de algumas das instituições de transição; a declaração de estado de emergência; e a prisão do primeiro-ministro, bem como de outros membros civis do governo. UE e Liga dos Estados Árabes (LEA) também condenaram a quebra da institucionalidade, bem como os países da troika (EUA, Noruega e Reino Unido). Os EUA anunciaram, ainda, a suspensão da ajuda destinada ao Sudão, de cerca de USD 700 milhões. Da mesma forma, a Alemanha anunciou a interrupção de toda a ajuda humanitária canalizada ao país. O Banco Mundial suspendeu os desembolsos de operações em curso com o Sudão, bem como a análise de novas operações.

Situação atual

Em 21/11 foi anunciado acordo político entre Burhan e Hamdok pelo qual este seria reconduzido à chefia de governo. Na manhã do dia seguinte (22/11), Hamdok foi libertado. Na tarde do mesmo dia, o acordo foi assinado com vistas a reestabelecer governo de transição. O documento, entre outras decisões, reitera a Declaração Constitucional (2019) como baliza legal para o período de transição; emenda a mesma, de modo a garantir representação política a “todos os segmentos sociais, exceto o NCP” (base de sustentação do regime de Bashir); compromete-se à criação de “governo tecnocrático civil”; mantém a data de julho de 2023 para o fim do período de transição, com transferência de poder para governo a ser eleito naquele ano; afirma a “necessidade de reestruturar” o comitê responsável por

investigar e desmontar o regime de Bashir e a possibilidade de rever as decisões adotadas pelo comitê até o momento; e determina a libertação dos presos políticos.

Os movimentos pró-democracia, representados sobretudo pelas FFC, rejeitaram o acordo entre Burhan e Hamdok, mantendo a campanha de desobediência civil e os protestos populares. Em 22/11, 12 ministros dos 17 que compunham o gabinete de Hamdok, inclusive a chanceler Mariam al-Mahdi, demitiram-se em protesto contra o acordo, classificado como um “revés” para a transição democrática.

Enquanto as reações locais ao acordo foram diversas, a comunidade internacional acolheu de forma cautelosamente positiva o novo documento. Nesse sentido, pronunciaram-se UNITAMS, IGAD, Liga Árabe, União Africana, OCI, Troika (EUA, Noruega, UK) e União Europeia; e emitiram comunicados os Ministérios das Relações Exteriores de Turquia, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito, Bahrain, Kuwait, Canadá, Estados Unidos e Suíça.

POLÍTICA EXTERNA

A principal prioridade da política externa do governo de transição do Sudão tem sido romper o isolamento em que o país se encontrava durante o período de Omar al-Bashir, quando acusações de vínculos com o terrorismo internacional resultaram no afastamento dos doadores tradicionais (EUA e países europeus) e na imposição de sanções econômicas unilaterais pelos EUA. As sanções unilaterais norte-americanas agravaram o isolamento do país, ao impedir seu acesso a instituições financeiras internacionais. Assim, o Sudão passou a depender, sobretudo, de ajuda financeira obtida junta aos países do Golfo e das relações econômicas e comerciais com a China.

Em 21 de setembro 2019, o Primeiro-Ministro Hamdok empreendeu a primeira viagem, em muitos anos, de um mandatário sudanês aos Estados Unidos. Participou da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em clara indicação da disposição do governo sudanês de romper com o isolamento e buscar reinserir o país internacionalmente.

EUA

As relações do Sudão com os EUA deterioraram-se sensivelmente durante a década de 1990. Em 1993, o Departamento de Estado incluiu o Sudão na lista de países promotores de terrorismo (SST), bloqueando o acesso do país ao sistema financeiro internacional. Desde 1997, o Governo dos EUA passou também a aplicar sanções econômicas unilaterais contra o Sudão e contra cidadãos sudaneses. A inclusão do Sudão na lista SST e as sanções econômicas contra o país foram motivadas pela percepção norte-americana de que o regime de Bashir teria

franqueado o uso do território sudanês ao grupo terrorista Al Qaeda, liderado à época por Osama Bin Laden.

Em 2016, autoridades dos EUA e do Sudão iniciaram negociações, com vistas ao levantamento, ainda que parcial, das sanções unilaterais norte-americanas. Em janeiro de 2017 foi assinado decreto suspendendo parcialmente as sanções contra o Sudão, mantendo-se, contudo, as sanções contra indivíduos sudaneses. Em outubro de 2017, empresas norte-americanas foram autorizadas a exportar para o Sudão, sem linhas de financiamento. Em novembro de 2017, o então Subsecretário do Departamento de Estado, John Sullivan, esteve em Cartum para iniciar nova fase de negociações, com o objetivo de retirar o Sudão da lista SST.

A queda de Bashir e a formação do governo de transição no Sudão, em 2019, deram novo ímpeto às negociações iniciadas em novembro de 2017. O tópico mais sensível das conversas entre o Sudão e os EUA era o pagamento, pelo governo sudanês, de compensação às famílias dos cidadãos norte-americanos vitimados pelos atentados terroristas contra as Embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia, em 1998, de autoria da Al Qaeda. As partes chegaram a um acordo quanto ao valor da compensação (USD 335 milhões) em outubro de 2020. A retirada do Sudão da lista SST oficializou-se em dezembro de 2020.

Após a retirada do Sudão da lista SST, os EUA estabeleceram programa de ajuda ao país orçado em USD 700 milhões e concederam empréstimo ponte de USD 1 bilhão, para pagamento de parcelas devidas pelo país ao Banco Mundial. Os eventos políticos registrados no Sudão em 25 de outubro de 2021, contudo, levaram à suspensão da ajuda dos EUA.

Israel

No contexto do pagamento de compensação financeira às famílias das vítimas dos atentados de 1998 e da retirada do Sudão da lista SST, ocorreu a normalização de relações diplomáticas entre o país e Israel. Como outros países árabes, o Sudão rompeu relações diplomáticas com Israel em 1967, após reunião da Liga dos Estados Árabes (LEA), realizada em Cartum, em que a organização adotou resolução proclamando “não à paz com Israel, não ao reconhecimento de Israel e não às negociações com Israel”, até que este país se retirasse dos territórios ocupados no contexto da Guerra dos Seis Dias.

O anúncio da normalização de relações entre os dois países ocorreu em outubro de 2020, logo antes do anúncio dos EUA de que retiraria o Sudão da lista SST. Na ocasião, o presidente do Conselho Soberano de Transição, general Burhan, afirmou estar convencido de que a decisão, que encontrou resistência na ala civil do governo de transição, permitiria a reintegração do Sudão à comunidade internacional.

Em janeiro de 2021, o ministro de Inteligência de Israel liderou a primeira delegação oficial do governo israelense ao Sudão, com o objetivo de discutir avanços no processo de normalização entre os dois países iniciado no ano anterior, por intermédio dos Estados Unidos. No mesmo mês, o Sudão assinou a Declaração dos Acordos de Abraão, por ocasião da visita do secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin, a Cartum. Em abril de 2021, o governo do Sudão revogou lei que proibia o país de estabelecer relações diplomáticas e comerciais com Israel.

A expectativa era de que as negociações entre Sudão e Israel culminassem na assinatura de acordo de paz entre as partes, no âmbito dos Acordos de Abraão, como aqueles recentemente firmados por Israel com o Bahrein e com os Emirados Árabes Unidos. Os desenvolvimentos recentes no Sudão, contudo, não têm contribuído para o avanço do processo negociador e a plena normalização de relações entre Sudão e Israel.

Irã e Países do Golfo

O regime de Bashir contou com apoio do Catar, da Turquia e do Irã, até 2015, quando o Sudão rompeu relações com este país. As relações com o Catar e a Turquia, por sua vez, também foram abaladas quando do início da Crise do Golfo, em 2017. Naquele momento, o Sudão ensaiou postura de neutralidade. Em consequência, as relações de Cartum com Riade e Abu Dhabi, que já eram próximas desde 2015, quando o Sudão uniu-se aos esforços de guerra da Arábia Saudita e dos EAU no Iêmen, intensificaram-se. Desde então, Riade e Abu Dhabi realizam contribuições financeiras significativas ao Sudão e investem em projetos agroindustriais no país. A queda de Bashir e o estabelecimento do governo de transição não trouxeram alterações significativas nas relações do Sudão com Arábia Saudita e EAU, que continuam próximas.

China

No contexto das sanções unilaterais norte-americanas ao Sudão, a China tornou-se importante fonte de recursos para a economia do país. Pequim constitui, atualmente, o maior parceiro comercial do Sudão, além de maior investidor estrangeiro. O país asiático investiu pesadamente na infraestrutura de escoamento do petróleo no norte sudanês. Com a secessão do Sudão do Sul, que herdou em seu território cerca de 75% das reservas petrolíferas do Sudão, passou adotar postura de equidistância no relacionamento com os dois países. Mais recentemente, além de investimentos em infraestrutura, mineração, hidrocarbonetos e construção civil, a China passou a investir em projetos agroindustriais no Sudão, especialmente nos setores de algodão e soja. Esse quadro não foi alterado com a queda de Bashir.

A mesma postura foi adotada pela China por ocasião da deposição do governo civil e na detenção do primeiro-ministro Hamdok pelo presidente do Conselho de Transição, general Abdel Fattah al-Burhan, em 25 de outubro de 2021. Nessa ocasião, a Chancelaria chinesa conclamou as partes envolvidas a “resolverem suas diferenças por meio do diálogo, com a manutenção da paz e da estabilidade”, evitando condenar o episódio.

Egito e Etiópia

Tema complexo das agendas externas de Sudão, Egito e Etiópia é a construção da Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope (GERD). A GERD começou a ser construída em 2011 e a previsão é de que venha a ser a maior represa do continente africano e a décima no mundo, em termos de produção de eletricidade por turbinas hidráulicas. Acordos da era colonial que dão ao Egito o direito de obstar a construção de represas no Nilo e outorgam ao governo egípcio 55,5 bilhões de m³ de água fluvial não são reconhecidos pela Etiópia, que não participou das negociações. O Egito declara não ser contrário à construção da GERD pela Etiópia, mas considera “unilaterais” as medidas adotadas para seu enchimento, manifestando preocupação com o represamento do Nilo, fonte de mais de 97% dos recursos hídricos consumidos pela população egípcia.

Em 2020, proposta de acordo de diretrizes e regras para a primeira fase de enchimento da represa, auspiciada pelos EUA, foi aceita pelo Egito, mas rejeitada pela Etiópia. Desde julho de 2020, a União Africana busca mediar as negociações de acordo definitivo sobre o cronograma de enchimento da represa.

O governo de transição do Sudão vinha adotando posição próxima ao ponto de vista etíope, com os argumentos que a GERD ajudaria a controlar as enchentes no Sudão e poderia prover energia demandada pelo país. A partir de 2020, contudo, a posição sudanesa pendeu em direção ao Egito.

Além da questão da GERD, outro tópico do relacionamento entre o Sudão e a Etiópia é a disputa de fronteira no chamado triângulo de Al Fashaga. Segundo os acordos de delimitação de fronteira entre os dois países, de 1902 e 1907, quando o Sudão estava sob domínio britânico, Al Fashaga faria parte do território sudanês. A Etiópia, contudo, contesta a soberania sudanesa sobre a área em disputa, recorrendo ao argumento de que essa zona de terras férteis tem sido historicamente ocupada por agricultores etíopes. Em 2008, os dois países chegaram a um arranjo informal, pelo qual a Etiópia reconhecia a soberania sudanesa do território reclamado e o Sudão admitia o direito dos agricultores etíopes de nele se estabelecerem. No entanto, desde o início do conflito na Etiópia, opondo o governo federal ao governo regional de Tigré, em novembro de 2020, esse entendimento demonstra ter-se fragilizado. O interesse estratégico pelo território em disputa aumentou com o conflito, pois Al Fashaga faz fronteira com as regiões etíopes de

Amara e Tigré. Em dezembro de 2020, os dois países aumentaram suas presenças militares na região e têm sido registradas escaramuças entre tropas sudanesas e etíopes.

Sudão do Sul

Embora particularmente tensas no primeiro ano que se seguiu à independência do Sudão do Sul em 2011, as relações entre Cartum e Juba têm registrado processo de distensão, a partir da adoção de postura pragmática voltada à valorização do diálogo como condição essencial para a prosperidade de ambos. Desde então, os dois países obtiveram avanços nas negociações dos termos para o escoamento do petróleo sul-sudanês pelo território do Sudão e para a demarcação da fronteira comum.

A questão do escoamento do petróleo produzido no Sudão do Sul, em cujo território estão localizadas 75% das reservas de petróleo do Sudão unificado, permanece como um dos temas mais importantes da pauta bilateral. A produção sul-sudanesa de hidrocarbonetos é escoada por oleoduto sudanês e exportada por Porto Sudão. Após a independência do Sudão do Sul, o novo país passou a acumular dívidas com o Sudão, relativas ao pagamento dos serviços para o escoamento e exportação da produção de petróleo.

Em 2012, o governo sul-sudanês chegou a anunciar a interrupção da produção, por considerar abusivos os valores cobrados por Cartum para escoamento e embarque do petróleo sul-sudanês. O impasse ganhou contornos militares, mas, após alguns meses, acordaram-se tarifas para escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa. Em 2016, após a queda global do preço do petróleo, os dois países concordaram em reduzir as taxas de trânsito do petróleo do Sudão do Sul através do oleoduto do Sudão. Assim, o acordo de 2012 foi renovado por mais três anos.

As relações entre os dois países tornaram-se mais próximas após a queda de Omar Al-Bashir. Indicadores dessa reaproximação foram a negociação e assinatura, em Juba, do Acordo para a Paz no Sudão, celebrado entre o governo de transição e grupos rebeldes sudaneses, bem como a ativa mediação de Cartum no Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul, assinado em 2019, que pôs fim à guerra civil iniciada em 2013.

A disputa mais relevante entre Sudão e Sudão do Sul, ainda pendente de solução, refere-se à delimitação da fronteira na região de Abyei, que abriga grandes reservas petrolíferas. No âmbito das negociações do Acordo Abrangente de Paz, assinou-se o Protocolo para a Resolução do Conflito de Abyei, que concedeu à região estatuto administrativo próprio e determinou a realização de referendo local, para definir a qual país estará vinculada. A votação, contudo, foi adiada indefinidamente em razão de controvérsias quanto à participação eleitoral da

população Misserya (nômades que migram sazonalmente para a região e que possuem vínculos com o norte).

A fim de monitorar a desmilitarização da área e supervisionar a zona disputada, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1990 (2011), criando a Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), que conta com a participação de militares brasileiros. As negociações sobre a questão de Abyei, contudo, não têm progredido, em decorrência da situação interna dos países.

ECONOMIA

A secessão do Sudão do Sul produziu diversos impactos negativos na economia do Sudão. O maior deles foi a perda da receita do petróleo, cujas reservas localizam-se majoritariamente (75%) em território sul-sudanês. As receitas do petróleo representavam mais da metade das receitas do governo e 95% das exportações do Sudão antes da secessão, após a qual o crescimento econômico do Sudão viu-se comprometido e a taxa de inflação passou a aumentar (163% em 2020).

A eclosão da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, e a consequente interrupção de sua produção de petróleo, penalizou ainda mais a economia sudanesa, privada das receitas do escoamento do petróleo sul-sudanês (oleoduto e exportação via Porto Sudão). A assinatura do Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul, em 2019, pondo fim à guerra civil iniciada em 2013, abriu perspectivas para que a economia do Sudão possa voltar a se beneficiar das receitas geradas pelo escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa.

O governo de transição do Sudão elegeu como uma de suas prioridades criar condições para que a economia sudanesa possa recuperar-se. Nesse sentido, além de reformas internas, Cartum tem buscado eliminar barreiras ao acesso do Sudão ao sistema financeiro internacional (como a retirada da lista SST, tratada acima), de modo que o país possa renegociar sua dívida e obter novos financiamentos junto ao FMI e ao Banco Mundial.

Em março de 2021, o Sudão pagou seus atrasados à Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA – Banco Mundial), após os EUA retirarem o país da lista SST, em dezembro de 2020, e concederem empréstimo ponte no valor de USD 1 bilhão para esse fim, em janeiro de 2021. Esse pagamento permitiu o reengajamento total do Sudão com o Banco Mundial, após quase 30 anos, e abriu caminho para que o país tenha acesso a novos fundos do IDA, estimados em cerca de US \$ 2 bilhões, para a redução da pobreza e recuperação econômica sustentável.

Ao liquidar as parcelas em atraso junto ao Banco Mundial, o Sudão deu passo fundamental para habilitar-se a receber alívio da dívida externa ao abrigo da Iniciativa para Países Pobres Muito Endividados (HIPC), no âmbito do Clube de Paris. Em 29 de junho de 2021, o Sudão atingiu o ponto de decisão HIPC, tornando-se assim o 38º país elegível para receber alívio da dívida ao abrigo da iniciativa. O alívio da dívida externa do Sudão, de USD 23,3 bilhões, é a maior operação da iniciativa HIPC. O país deverá beneficiar-se, ainda, de outros programas de renegociação de sua dívida, vinculados à iniciativa HIPC. Como resultado, espera-se alívio de mais de 90% da dívida externa sudanesa.

Os eventos políticos registrados no Sudão em 25 de outubro de 2021, contudo, levaram o Banco Mundial a interromper os desembolsos destinados ao Sudão.

Quanto ao comércio internacional, os principais produtos de exportação sudaneses são pérolas, sementes oleaginosas, animais vivos e combustíveis. O país importa, sobretudo, cereais, combustíveis, veículos e açúcar. Os principais destinos das exportações sudanesas são Emirados Árabes Unidos (EAU), China, Arábia Saudita, Egito e Índia. As importações sudanesas originam-se, sobretudo, de China, Rússia, Arábia Saudita, Índia e EAU.

Impactos econômicos da pandemia de Covid-19

Além da incerteza política e econômica, o Sudão tem experimentado, como outros países, o impacto social e econômico sem precedentes da pandemia de Covid-19. Segundo o Banco Mundial, o efeito econômico adverso da pandemia tem sido significativo no Sudão, incluindo aumento do preço dos alimentos básicos, crescimento do desemprego e queda das exportações. Em 2019 e 2020, o PIB do país registrou taxas negativas de crescimento (-1,3% e -1,5%, respectivamente).

Em dezembro de 2020, o Banco Mundial aprovou o projeto do Sudão de resposta emergencial à pandemia de Covid-19. O projeto alocou USD 21,9 milhões, com o objetivo de prevenir, detectar e responder à ameaça representada pelo vírus e fortalecer os sistemas nacionais de saúde pública. Em julho de 2021, financiamento adicional de USD 100,9 milhões foi aprovado, para aquisição de vacinas contra a covid-19 e fortalecimento do plano nacional de imunização.

ANEXOS

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1968	Brasil e Sudão estabelecem relações diplomáticas.
2003	Brasil recebe visita do ministro dos Transportes do Sudão.
2003	Brasil recebe visita do ministro da Educação sudanês.
2004	Sudão abre embaixada no Brasil, a primeira na América do Sul.
2005	Osman Ismail, então chanceler sudanês, participa da I Cúpula ASPA.
2005	Brasil contribui com observadores militares à UNMIS.
2005	Brasil e Sudão assinam Acordo de Cooperação Técnica.
2006	Brasil e Sudão assinam MdE de Consultas Políticas.
2006	É realizada, em Brasília, a I Reunião Bilateral de Consultas Políticas.
2006	Brasil abre embaixada residente em Cartum.
2006	Embaixador Hélio Magalhães de Mendonça apresenta credenciais.
2007	Governador de Cartum visita o Brasil e realiza programação empresarial.
2007	Subsecretário-Político II vai a Cartum para a II Reunião Bilateral de Consultas Políticas.
2008	Embaixador Omer Salih Abubakr assume a embaixada do Sudão no Brasil.
2008	Brasil recebe visita do Enviado Especial do presidente Al-Bashir, Ali Ahmed Karti.
2009	Realizada em Brasília a III Reunião Bilateral de Consultas Políticas, que contou também sessão para exame das áreas de cooperação.
2009	O então deputado Nilson Mourão realiza visita oficial ao Sudão (Cartum e Darfur), sendo recebido pelo presidente Al-Bashir.
2010	Osman Khalid Modawi, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento do Sudão, visita o Brasil, em reciprocidade à visita realizada pelo deputado Nilson Mourão.
2010	O Brasil, em parceria com Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, participa da Feira Internacional de Cartum (fevereiro).
2010/mar	Realizada missão de prospecção da ABC a Cartum, com

	representantes do MDA, Embrapa, Fiocruz e “Olé Brasil” (março).
2010	Atendendo a pedido do governo do Sudão, o Brasil envia àquele país missão de observação eleitoral (abril).
2010	Visita ao Brasil do ministro de Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Karti, durante a qual foi celebrado acordo que estabelece a Comissão Mista entre os dois países (novembro).
2011	Visita do governador de Cartum ao Distrito Federal, ocasião na qual foi firmado acordo estabelecendo as duas capitais como cidades-irmãs, com cooperação nas áreas de saneamento básico, desenvolvimento agrícola, transporte, entre outras (abril).
2011	IV Reunião de Consultas Políticas Bilaterais ocorre em Cartum, e conta com presença do Subsecretário Político III, do Itamaraty, e da alta cúpula da Chancelaria sudanesa (dezembro).
2012	Visita ao Brasil do ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz. Visita ao Brasil do presidente da Assembleia Nacional do Sudão, Sr. Ahmed Ibrahim El-Tahir (novembro).
2013	Visita do ministro da Agricultura do Sudão ao Brasil – que já havia visitado o Brasil, em 2007, na qualidade de governador de Cartum (março).
2013	Governo brasileiro anuncia perdão de 90% da dívida sudanesa. Assinatura de projeto entre a ABC e o governo sudanês na área do plantio da cana-de-açúcar (maio).
2013	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Ahmed Karti (junho).
2014	Visita ao Brasil do ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz.
2015	Visita do ministro da Agricultura do Sudão ao Brasil
2017	Visita da ministra do Bem-Estar e da Seguridade Social, Mashair Ahmed Abdalla (março).
2017	Realizada, em Brasília, a V Reunião Bilateral de Consultas Políticas, com participação do subsecretário do ministério dos Negócios Estrangeiros do Sudão (abril).
2017	Início das atividades do projeto de cooperação técnica "Melhoramento da Produção da Cana-de-açúcar no Sudão", em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (agosto).
2018	VI Reunião de Consultas Políticas Bilaterais ocorre em Cartum, e conta com presença do Subsecretário de África e Oriente Médio, do Itamaraty, e da alta cúpula da Chancelaria sudanesa (abril).
2020	Doação ao Ministério da Saúde sudanês de kits para testagem de

	Covid-19, adquiridos com recursos doados pelo Brasil ao Centro de Controle de Doenças da União Africana (outubro).
--	--

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Situação
Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Sudão sobre o estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente para Cooperação	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Sudão sobre isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço (especiais)	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Memorandum de entendimento para o estabelecimento de Consultas Políticas	09/05/2006	09/05/2006	Vigente
Acordo de cooperação técnica	11/05/2005	21/09/2006	Vigente



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 8, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 51

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2022.

EM nº 00005/2022 MRE

Brasília, 25 de Janeiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Sudão, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA**, deverá ser removida no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 55/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem por meio da qual o Senhor Presidente da República submete, à consideração dessa Casa, o nome do Senhor **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 15/02/2022, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3187720** e o código CRC **FC1DE6AC** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000663/2022-38

SEI nº 3187720

RELATÓRIO Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 8, de 2022 (MSG nº 51/2022), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.*

Relatora: Senadora **NILDA GONDIM**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Dessa forma e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor Rubem Guimarães Coan Fabro Amaral, filho de Rubem Amaral Junior e Ivani Santana Guimarães Amaral, nasceu em 08 de janeiro de 1967, na cidade de Montevidéu, Uruguai (brasileiro nato de acordo com o art. 129, II, da Constituição de 1946).



Em 1989, concluiu a licenciatura em História pela Universidade Clássica de Lisboa, Portugal. No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1994), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2003) e o Curso de Altos Estudos (2011), tendo defendido a tese com o seguinte título: “O fim da era Mubarak: sociedade, renovação política e esperanças de democracia. Perspectivas para as relações Brasil-Egito e a política externa brasileira para o Oriente Médio”. Ainda no plano acadêmico, concluiu mestrado em Arqueologia Histórica pela Universidade de Leicester, Reino Unido.

O indicado foi nomeado Terceiro-Secretário em 1994 e Segundo-Secretário em 1999. Chegou, por merecimento, a Primeiro-Secretário em 2005; a Conselheiro em 2008; e a Ministro de Segunda Classe em 2014.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral Tóquio (2002-05); Chefe da Divisão de Assistência Consular (2005/08); Chefe substituto da Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior (2006); Encarregado de negócios nas embaixadas no Cairo (2008/13), Acra (2013/16), Jacarta (2017/18); assessor da Subsecretária-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos (2018); diretor da Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas do Ministério do Turismo (2018); coordenador-geral na Coordenação-Geral de Turismo e Esporte (2019/20); e encarregado de negócios na embaixada em Riade (desde 2020).

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Sudão. Constam dados básicos desse país, informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, suas políticas interna e externa, sua situação econômica, bem como relação de acordos bilaterais em vigor.

A República do Sudão ocupa território com dimensão equivalente à área dos estados do Amazonas e Tocantins somados. Trata-se do 3º maior país da África, mesmo após ter perdido 25% de sua área territorial com a secessão do Sudão do Sul em 2011. Nessa superfície vivem aproximadamente 37 milhões de habitantes. Em 2021, seu Produto Interno Bruto (PIB) nominal foi, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), de US\$ 34,37 bilhões de dólares, o que propicia um PIB *per capita* de US\$ 775,04.



Trata-se de uma república presidencialista, com 97% da população, de aproximadamente 44 milhões de pessoas, professando a religião islâmica.

Apesar de Brasil e Sudão terem estabelecido relações diplomáticas em 1968, elas adquiriram maior dinamismo neste século. Os conflitos civis entre o norte e o sul do país (1955-1972 e 1983-2005) constituíram entrave ao adensamento das relações bilaterais. O fim do conflito, em 2005, foi fator importante para o movimento de aproximação.

Em 2004, o Sudão abriu Embaixada residente em Brasília, a primeira daquele país na América do Sul. Em reciprocidade ao gesto sudanês, o Brasil estabeleceu Embaixada em Cartum no ano de 2006.

Na percepção do Itamaraty, o Sudão identifica o Brasil como parceiro privilegiado, capaz de contribuir para o desenvolvimento de setores importantes da economia do país e para a necessária diversificação de sua matriz produtiva. Também no plano bilateral, verificam-se relevantes iniciativas de cooperação nos domínios da agricultura e da energia.

O intercâmbio comercial segue sendo bastante incipiente. Ele tem oscilado bastante. Partindo de US\$ 100 milhões em 2010, caiu para US\$ 27,6 milhões em 2020. As exportações brasileiras respondem por mais de 98% desse montante. Elas estão majoritariamente centradas em açúcares (bruto e refinado). Importamos fundamentalmente plantas utilizadas em perfumaria e medicina.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

7

8

9

10

11

12